

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MUSEU NACIONAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

Dissertação de mestrado

***O PONTO DA MISTURA: RAÇA, IMIGRAÇÃO E NAÇÃO EM
UM DEBATE DA DÉCADA DE 20***

JAIR DE SOUZA RAMOS

Rio de Janeiro, Setembro de 1994

Para Tati,
pelo calor de tua presença, que é o pão e o vinho de meus dias.

"E não peça que eu te guie não peça despeça que eu te guie desguie que eu te peça
promessa que eu te fie me deixe me esqueça me largue me desamarre que no fim eu
acerto que no fim me revento que no fim eu conserto e para o fim me reservo e se verá
que estou certo e se verá que tem jeito e se verá que está feito que pelo torto fiz direito
que quem faz cesto faz cento se não guio não lamento pois o mestre que me ensinou já
não dá ensinamento."

(Caetano Veloso e Haroldo de Campos)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO PRIMEIRO	
<i>Do Escravo ao Imigrante: Forjando a Nação no Caldeirão das Raças</i>	
Introdução	18
Os Dilemas da Raça e a Construção da Nação	20
Os Fundamentos da Lógica Racial e o Papel do Sangue Branco	33
O Ideal do Branqueamento e a Seleção dos Imigrantes	48
CAPÍTULO SEGUNDO	
<i>Definindo os componentes da Mistura: A Classificação dos Homens e a Produção do Povo</i>	
Os Debates sobre Imigração e o Inquérito da SNA	51
A Estrutura dos Discursos e as Representações sobre os Imigrantes	54
As Possibilidades de Classificação: a Hierarquia na Mistura	65
CAPÍTULO TERCEIRO	
<i>As Fórmulas da Mistura: As Propostas sobre a Produção do Povo</i>	
Introdução	94
A Natureza e a Gestão dos Homens	97
A Obtenção do Imigrante Ideal	101
A Nacionalização do Imigrante	109
Distribuindo os Imigrantes, Hierarquizando o Espaço	116
CAPÍTULO QUARTO	
<i>Palavras e Ação. A SNA em Defesa da Imigração Japonesa</i>	
Introdução	123
Inquérito, Opinião Pública e Poder	124
A Estrutura da SNA e o Inquérito como Modalidade de Atuação	128
Os Interesses em Jogo: A SNA e a Importação de Braços	137
Construindo a Posição: A Estrutura e a Interpretação do Inquérito	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
BIBLIOGRAFIA CITADA	173

AGRADECIMENTOS

"Se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem respeitos - dizemos ainda gentilezas. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e ele se dá, porque ele se deve - ele e seu bem - aos outros." (Marcel Mauss)

Essa dissertação é produto de trocas, reciprocidades e dívidas. Dívidas contraídas com prazer, algumas das quais estão na origem de coisas muito mais importantes que este texto - sem elas ele sequer seria possível ou necessário - coisas da parceria da vida e da felicidade. E que dizem respeito a um número de pessoas maior do que poderia nomear aqui. Espero que, mais do que os próprios agradecimentos a seguir, o esforço e a dedicação que esta dissertação materializa sejam uma retribuição, ainda que nunca à altura, a estas pessoas pelas dádivas que recebi nos anos de produção desse trabalho. Espero ter tornado possível perceber, a cada passo da construção desse trabalho e de sua conclusão, o quanto eu me "devo" - e o meu bem - a estas pessoas.

A minha orientadora, professora Giralda Seyferth, além de algumas das principais idéias sobre as quais se apóia este trabalho, agradeço essa preciosa combinação de respeito à independência intelectual do orientando e capacidade de apontar armadilhas e "buracos" no caminho que busquei trilhar.

Ao professor Antonio Carlos de Souza Lima, por muitas coisas. Pelo amigo que é e pelo mestre que sempre foi. Por ter talhado, a machadadas, rigor e eficácia em meu olhar de pesquisador. E por ter estado presente, em idéia e afeto, em tudo o que produzi intelectualmente nestes últimos 4 anos.

Aos amigos de Niterói e seus agregados, em especial Maurício, Hans, Déia e Fabio, por uma convivência que, desde da graduação na Fluminense e ainda hoje, nos fez parceiros de copo, idéias e afetos.

A Adriana Rezende, encontro de uma vida inteira, pela pesquisa em *A Lavoura* e por algumas sugestões incorporadas ao texto, mas sobretudo pelos quase 10 anos de apoio, confiança e amizade mútuos, que são parte fundamental das melhores coisas que possuo em minha vida. E pelas melhores risadas.

A Dayse, pelo amparo afetivo e material de segunda mãe em minhas viagens de pesquisa ao Rio.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFES, pela cooperação na distribuição das tarefas acadêmicas durante o período em que esta dissertação foi escrita e, em especial, a Alberto Tosi, Jurema Brites e Antônia Colbari, pelo diálogo intelectual.

Aos meus alunos, agradeço tanto o prazer que o magistério tem me proporcionado quanto a paciência com que lidaram com os momentos em que a dissertação mais me absorveu.

Ao grupo de trabalho Antropologia e História dos poderes públicos e, em especial à professora Sonia Mendonça, pelas sugestões durante a reunião da ABA de 1994.

Ao professor João Pacheco pela orientação inicial desta pesquisa.

A CAPES, CNPq e Fundação Ford pelos recursos que subsidiaram tanto esta pesquisa quanto a reprodução material deste pesquisador durante os anos de mestrado.

A Cristina da Biblioteca do PPGAS, pela boa vontade com que sempre atendeu minhas solicitações sempre confusas por textos e livros, e à Tânia da secretaria, pela eterna disponibilidade e interesse na busca de soluções para as dificuldades burocráticas e os crônicos problemas de bolsa que afligem os estudantes de mestrado e doutorado. Sem esse tipo de apoio material e concreto, a vida intelectual corre os mesmos riscos que um castelo de cartas.

A Tatiana Motta Lima, meu grande amor, por estar dentro de mim em tudo que faço e por ser, senão o princípio, o fim de tudo.

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XIX, a diplomacia brasileira se esforçara por desenhar, do Brasil, o retrato de um país abençoado pela ausência de preconceito racial e de conflitos entre sua população. Essa imagem, levada ao público internacional por meio de livros, palestras e exposições, foi um dos elementos responsáveis pela chegada em massa de imigrantes japoneses ao país, nas primeiras décadas do século XX. Essa imagem foi, também, o motivo que levou um grupo de negros americanos a entrar em negociações, em 1921, por meio de uma companhia de colonização, com o Presidente do Estado do Mato Grosso visando obter terras para a fundação de uma colônia.

Quando essa notícia chegou aqui, naquele mesmo ano, a imprensa brasileira fez soar um "alarme" acerca dos riscos a que o Brasil estava exposto pela falta de controle sobre a vinda de imigrantes para o país. Riscos diretamente ligados ao progressivo aumento do número de imigrantes japoneses entre nós, e à possibilidade de que a esses viessem se somar os tão temidos negros americanos, que eram vistos como portadores, não só da inferioridade racial que pesava sobre os imigrantes japoneses, como também daquele mal maior que a "democracia racial" brasileira supostamente extirpara: **o ódio entre as raças.**

Temos aí a presença e os impasses daquela que foi uma das mais recorrentes representações acerca da especificidade do Brasil como Nação, e que Roberto Da Matta denominou: "Fábula das Três Raças". Essa imagem corresponde a um mito de origem em que "índios", "negros", e "brancos" são apresentados como partes complementares da *Nação brasileira*. Essa complementaridade se definiu em torno de um conjunto de propriedades diferenciais: negro/força, índio/coragem, branco/ inteligência, por ex, que, uma vez combinadas historicamente, teriam dado origem ao Brasil (Da Matta, 1984:63).

Na contramão dessa formulação, segundo a qual a Nação foi construída por meio de uma integração harmoniosa de atributos raciais complementares, Da Matta apontou o funcionamento da "Fabula das Três Raças" como ideologia justificadora de um poderoso conjunto de hierarquizações que atravessam a sociedade brasileira. Porém, mais do que justificar, a fábula produziu uma hierarquização simbólica em que "índio", "negro" e

"branco" configuram categorias que demarcam posições diferenciadas entre os grupos definidos por esses rótulos dentro da sociedade brasileira. Nesse sentido, a fábula foi estruturada por meio de categorias raciais de modo a definir uma imagem de Nação - i.é., uma identidade nacional - ao mesmo tempo em que definia as partes e o lugar de cada parte neste **todo que é nação**. (idem: 69).

Temos aí, como que uma dupla face dessa "**fábula**" em que, de um lado a **nação** é definida como produto de uma perfeita **mistura** entre seus componentes; e de outro, tal mistura se assenta sobre uma **hierarquia** que ela deve reforçar e preservar. Essa dupla face da "fábula das três raças" foi responsável pelo mal entendido vivido pelos negros norte-americanos que supuseram, a partir da propaganda de "democracia racial", uma receptividade à sua imigração. O que lhes escapou é que à suposta "ausência de preconceitos de raça", por meio do qual se operava a **mistura** de que o Brasil era produto, sobrepunha-se um **princípio hierárquico** que concedia papel privilegiado à raça branca no interior daquela mistura, ao mesmo tempo em que definia **o branqueamento do povo brasileiro** como direção básica da mistura a ser operada com as populações imigradas ao país.

Essa direção teve um peso significativo na condução das políticas migratórias levadas a cabo, no Brasil, desde a metade do século passado até os anos quarenta deste século. Senão, vejamos.

Em seu *Origins Of Mass Immigration In Brasil*, Michael Hall aponta para a existência de dois tipos de política migratória que orientaram a imigração em massa no período que vai da década de 70 do século XIX até os anos 20 do nosso século. De um lado, temos os esforços para a obtenção de braços para a lavoura cafeeira em São Paulo; e de outro, temos o estímulo à vinda de colonos europeus visando a ocupação, na situação de pequenos proprietários, da região Sul do país (Hall, 1969:4).

Neste segundo caso, trata-se de um tipo de política migratória com fins geopolíticos da proteção de fronteiras posta em prática desde a metade do século XIX e que conheceu um influxo particular no quadro da expansão imperialista européia em fins do século XIX, a qual colocou na ordem do dia de intelectuais e políticos brasileiros

preocupações em torno da perda de autonomia ou de parte do território brasileiro para as potências expansionistas européias.

Essas preocupações informaram o temor em relação a existência de "vazios demográficos" no território brasileiro e a associação entre a presença de trabalhadores nacionais em determinadas regiões e a integridade do território e da soberania nacional (Sevcenko, 1983:84). Ambos os tipos de política imigratória, uma orientada por preocupações econômicas e direcionada a São Paulo e outra orientada por preocupações geopolíticas dirigida ao sul do País, foram, porém, igualmente informadas por classificações raciais com base nas quais definiu-se tanto o imigrante ideal quanto aqueles considerados indesejáveis. Como nos mostra Giralda Seyferth, desde a lei de terras de 1850 definiu-se o imigrante ideal como "..branco, camponês, resignado.." (Seyferth, 1991:165), ao passo que eram tidas como indesejáveis "as raças atrasadas, não civilizadas e inferiores.." (idem:166).

A autora explicita, assim, a presença de um *cálculo racial* na orientação das políticas imigratórias não só durante a vigência do Estado Imperial, mas também nas primeiras décadas do século XX (idem:170), e não só em relação às áreas do Sul do país mas também em relação à zona cafeeira de São Paulo (idem: 167). Cálculo, que foi tributário da idéia de caldeamento das raças no sentido da constituição de um "tipo brasileiro" fisicamente homogêneo.

Desse modo, a autora chama a atenção para o fato de que nos debates sobre imigração, aspectos objetivos - tais como o estabelecimento de colônias de pequenos proprietários ou a substituição do escravo pelo trabalhador livre -, foram, muitas vezes, suplantados pela ênfase dada ao papel branqueador atribuído ao imigrante europeu e suas implicações na formação do povo brasileiro (idem: 174).

Nesse sentido, podemos supor que a **"fábula das três raças"** expressa um **esquema classificatório de base racial que, desde o Império, foi uma das ideologias fundamentais a reproduzir, simbolicamente, a hierarquização objetiva da sociedade brasileira**, e que, frente a luta anti-escravista e a expansão imperialista do início do século XX, foi levado ao primeiro plano das disputas ideológicas sobre o

construção da Nação, a partir da idéia de que a unidade racial/cultural do povo era a base da integridade da própria comunidade política.

E, mais do que justificar uma hierarquia, esse esquema classificatório produziu uma hierarquização simbólica em que "negro", "amarelo", "polaco", "índio", etc.. demarcaram posições diferenciais entre os grupos identificados por tais rótulos dentro da Nação e diante do Estado. Essa hierarquização simbólica orientou uma diversidade de ações que visaram constituir ao nível das hierarquizações objetivas o lugar diferenciado de cada um daqueles grupos na sociedade brasileira e dentro do espaço geográfico definido como território brasileiro.

A partir dessa hipótese interessa-nos investigar de que modo esse esquema classificatório de base racial esteve presente nos debates acerca da formulação de políticas públicas notadamente aquelas orientadas à constituição de um mercado de trabalho por meio da imigração. Nesse sentido, o que pretendemos ter investigado nesta dissertação é a **presença e o alcance, nos debates sobre imigração, deste esquema classificatório nos termos de um cálculo racial acerca da formação do povo brasileiro.**

Tomamos por **material** de estudo nessa investigação, uma parcela das discussões ocorridas, em meados da década de 20, em torno da apresentação ao Congresso Nacional em 1923, de um projeto do deputado federal por Minas Gerais, Fidélis Reis, no qual se propunha que o governo federal restringisse de modo absoluto a imigração de negros e, de modo parcial, a de amarelos ao Brasil. Esse projeto foi, na sua origem, apresentado como substitutivo dentro da comissão de agricultura da Câmara a um outro projeto de Cincinato Braga, de 1921, o qual tinha por objetivo impedir, de maneira definitiva, "ameaças" como aquela da imigração dos negros norte-americanos para o Mato Grosso.

As discussões em torno do projeto substitutivo de Fidélis Reis representam uma oportunidade particularmente interessante para o esclarecimento da **questão** que conduz a nossa análise, qual seja **o modo como aquele cálculo racial, apontado mais atrás, conformou, na década de 20, tanto a classificação dos imigrantes em tipos humanos**

mais ou menos adequados as trabalho no campo quanto as propostas de políticas públicas acerca da imigração.

Para tal, analisamos uma parcela das discussões ocorridas em torno do projeto, mais especificamente, os 161 questionários respondidos pelos mais variados membros da elite política republicana a um inquérito sobre imigração, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura ainda durante a discussão do projeto na Câmara. Questionários que tratam dos temas da raça, da imigração e da lavoura, sob o pano de fundo de uma discussão mais ampla acerca da Nação.

Existem dois aspectos particularmente interessantes no material analisado. Em primeiro lugar, ele propicia condições à uma investigação muito rica acerca do modo pelo qual uma parcela significativa, mas pouco estudada, das elites políticas republicanas construiu, a partir daquele esquema classificatório, representações sobre o trabalhador imigrante e a Nação.

Em segundo lugar, a parcela destas elites que será investigada é uma fração daqueles grupos ligados à representação do que se definia, à época, como "interesses da agricultura". Fração que diz respeito à porção dominada destas elites agrárias, quais sejam **as elites dirigentes de complexos agrários que se encontravam em posição periférica ao domínio da cafeicultura paulista**. Elites periféricas que ficaram conhecidas como "oligarquias bagageiras". E o interesse na análise das posições assumidas por esse segmento das elites republicanas, acerca das políticas públicas de imigração, se deve ao fato do sentido último de todos os esforços imigratórios feitos no Brasil ter sido, desde o Império, **a obtenção de "braços para a lavoura"**, para usar uma expressão da época. Isso significa a possibilidade de identificar o modo pelo qual aquele *cálculo racial de formação do povo brasileiro conformou, por meio de uma tipologia dos tipos humanos adequados e inadequados para o trabalho no campo, as propostas de constituição de um mercado de trabalho para a agricultura e a pecuária*, num período posterior ao fim da escravidão - mais exatamente na década de 20.

Resta-nos ainda uma descrição das condições em que nossa análise foi realizada. Para tal iremos expor de forma mais detida o contexto que originou o material pesquisado, bem como, o modo como foi trabalhado em nossa análise.

Em 1925, em meio ao debate sobre o projeto Fidélis Reis na Câmara, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), uma entidade em torno da qual articulavam-se as demandas das chamadas **"oligarquias bagageiras"** - **isso é, a fração das elites agrárias que tinha como eixo unificador básico seu próprio caráter periférico frente à dominação exercida pelos representantes do complexo cafeeiro paulista sobre o Estado Republicano** - promoveu um inquérito sobre a imigração, cujo o eixo básico foi a discussão do projeto de Fidélis Reis. O motivo que levou a entidade a promover o inquérito foi a ameaça que o projeto representava ao interesse, de parte de sua diretoria, em produzir condições para a imigração de colonos japoneses para o Norte do país.

Esse inquérito foi conduzido através do envio de 6000 questionários à governadores, prefeitos, jornais, entre outros. Através dele, a SNA visou alcançar uma espécie de "média de opiniões" sobre o tema da imigração tendo por referência o debate em torno do projeto de Fidélis Reis. Foram recebidas 166 respostas provenientes de todas as regiões do país e de quase todos os estados, que foram publicadas parcialmente pela SNA num volume datado de 1926. O adjetivo "parcialmente" diz respeito ao fato do produto do inquérito ter vindo à público sob a forma de fichas individuais onde se encontravam citados ou parafraseados trechos das respostas de cada inquirido ao questionário.

Esse uso de paráfrases foi uma das dificuldades iniciais que se interpuseram à nossa análise da documentação, uma vez que os recortes operados pela SNA nas respostas poderiam ter implicado uma certa "maquiagem" do discurso dos inquiridos. Ocorre que o esforço da SNA em controlar as respostas e sua leitura, exerceu-se menos através destes recortes do que sobre uma estrutura de interpretação e publicação que será objeto de análise no último capítulo. Ao contrário, em que pese o uso de paráfrases e citações, o material revelou-se denso e abrangente o bastante para que fosse possível analisá-lo quase como entrevistas dirigidas a determinados temas e problemas.

Assim, face à riqueza do material que veio à luz nas respostas aos questionários, buscamos desconstruir as questões colocadas pelos organizadores do inquérito, reorganizando o material das respostas segundo outras questões, as quais dizem respeito ao **modo como aquele esquema classificatório de base racial definiu uma classificação dos imigrantes potenciais em tipos humanos adequados e inadequados para o trabalho no campo**, bem como **conformou propostas acerca de políticas públicas de imigração**.

A segunda dificuldade com que nos deparamos refere-se à escassez e à heterogeneidade das informações, nas respostas ao inquérito, sobre seus signatários. Escassez relativa, sobretudo, à informações sobre o tipo e o local de formação escolar destes, o que dificultou uma interpretação das respostas que tomasse por referência os *habitus* inculcados pelos inquiridos no processo escolar.

Já a montagem de um perfil de sua inserção social só foi possível à custa de uma simplificação das informações acerca do tipo de atividade desenvolvida pelos que responderam ao inquérito. Essas informações estão relatadas nos questionário de maneira pouco uniforme e em várias combinações. Tomando por base a definição principal que o inquirido se atribuía, podemos apontar a presença de 53 fazendeiros - o que inclui tanto a agricultura quanto a criação de animais -, 18 comerciantes, 15 industriais, 13 funcionários públicos, 11 advogados, 4 médicos, 5 juizes, 5 professores, 6 engenheiros, 17 prefeitos, 14 inquiridos sem identificação e 5 de profissões diversas. Sendo que, pelo menos 7 dos fazendeiros identificados responderam, também, como representantes de associações agrícolas e pastoris.

Desse modo, o que pudemos obter destas informações foi a consolidação de um determinado perfil dos que responderam ao inquérito. Perfil que aponta, entre os inquiridos, de um lado, para a forte presença de interesses ligados às atividades rurais; e de outro, uma distribuição regional homóloga àquela que estruturava a própria SNA, posto que de alcance nacional e com o predomínio de áreas periféricas à cafeicultura paulista.

As dificuldades até aqui apontadas acabaram, porém, por oferecer a possibilidade de interpretar os discursos menos como uma **amostra** - em que os discursos pudessem

ser sistematizados segundo a origem do inquirido - do que como um **debate** - em que os discursos são organizados segundo suas diferenças internas, delimitando assim, um conjunto finito de tomadas de posição sobre o tema. Tratava-se aqui, da possibilidade de "tratar os discursos no jogo de sua instância", nas palavras de Foucault. Possibilidade que implica em tomar os discursos concretos em suas relações de apoio, distância e dispersão. Isso é, como um sistema de relações.

A riqueza dessa abordagem está em nos permitir entender as abordagens aparentemente específicas acerca do "japonês", do "alemão", do "italiano", etc., não como formulações isoladas entre si, mas como partes de um sistema de representações abrangente e bastante disseminado entre as elites republicanas em geral. Sistema do qual, interessa-nos entender tanto as regras por meio das quais são produzidos seus discursos, quanto sua aplicação concreta na forma de um mapa cognitivo através do qual foram definidas sugestões de ação. Isso, de modo a explicitar, a um só tempo, o universo de discursos raciais possíveis acerca da imigração, as relações que esses discursos mantêm entre si, e o modo pelo qual propõem formas diferenciadas de tratamento aos imigrantes, uma vez que classificados enquanto diferentes tipos humanos.

E esse sistema de relações formado pelos discursos raciais é articulado, em nossa análise, com três elementos extra-discursivos, quais sejam: uma série de determinações estruturais advindas do processo de *conquista* sobre o qual organizaram-se a sociedade e o Estado brasileiro, as quais sustentaram a abrangência e a efetividade do discurso racial entre a elite republicana; a confluência destas determinações estruturais com o enfrentamento, por parte da elite republicana, de dois processos históricos que marcam a sociedade brasileira no início do século XX: a construção de um mercado de trabalho sob o pano de fundo da ruptura da ordem escravista, e a expansão imperialista européia sobre os continentes africano e asiático; e um conjunto de disputas políticas ocorridas na década de 20 - nas quais a SNA tomou parte e de que o inquérito sobre imigração foi produto - acerca do imigrante japonês como solução das demandas por mão-de-obra na região Norte do país.

Essa análise tomou a forma de 4 capítulos assim estruturados:

No primeiro, procuramos mapear os momentos da montagem daquele esquema classificatório de base racial, desde o período da dominação portuguesa até a década de 20 deste século. Década em torno da qual estrutura-se a nossa análise. Esse mapeamento teve por finalidade a identificação dos processos históricos que fundamentaram tanto esse esquema classificatório quanto o modo por meio do qual ele conformou as propostas de política imigratória. Buscamos enfatizar aí, o papel que o processo histórico da *conquista portuguesa* teve como elemento estruturante desta classificação racial. Classificação a qual, em sua confluência com os dilemas postos pelo fim da escravidão e pela partilha imperialista do mundo na passagem do século XIX para o XX, fundamentou a existência de um **cálculo racial de formação da nacionalidade** que, operando por meio de um conjunto de **critérios de classificação**, conformou as proposições acerca dos tipos desejáveis e indesejáveis de imigrantes para o país.

No segundo capítulo, o que buscamos foi organizar o material proveniente das respostas ao inquérito, de maneira a identificar o modo concreto pelo qual esse **cálculo racial** conformou, entre o conjunto de agentes reunidos em torno do inquérito sobre imigração, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura na década de 20, a classificação dos possíveis imigrantes ao país em tipos humanos adequados e inadequados para o trabalho no campo. Nossa análise resultou na identificação, nas respostas ao inquérito, de um esquema classificatório estruturado em torno de supostas qualidades de **eugenia**, **civilização** e **assimilação** que as populações imigradas carregariam.

A identificação deste esquema, mostra que as diversas possibilidades de imigração foram representadas, não somente em termos de solução de demandas econômicas acerca da mão-de-obra, mas também como um **ingrediente físico e cultural a ser adicionado à mistura na qual se acreditava residir a especificidade do Brasil como povo e nação**. Esse esquema classificatório preexistiu às imigrações concretas, definindo uma hierarquia de positivities e negatividades, capaz de julgar as imigrações antes mesmo que elas acontecessem.

Já no terceiro capítulo, procuramos identificar as propostas, conformadas por esse esquema classificatório de base racial, sobre as políticas imigratórias a serem conduzidas pelo Estado brasileiro. Para isso, fizemos uso tanto das respostas ao

inquérito quanto de formulações presentes nas páginas de *A Lavoura*, periódico oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Tais propostas revelam que esse esquema classificatório configurou um sistema de representações altamente estratificado e disseminado de forma abrangente entre a elite republicana, tendo dado suporte às reflexões dela sobre o mundo do trabalho e, mais especificamente, *sobre a gestão das populações imigradas*.

Neste capítulo, procuramos mostrar como o mapa cognitivo que a classificação racial forneceu às elite republicana conformou a representação da gestão das populações imigradas, ou por imigrar, nos mesmos termos aplicados à gestão da natureza, tendo orientado a formulação de estratégias por meio das quais essa elite visou, por meio do controle e direção sobre os fluxos imigratórios, construir um *povo* como requisito da construção da *nação*.

No quarto e último capítulo, nós tomamos o próprio inquérito da Sociedade Nacional de Agricultura como objeto de análise, entendendo esse inquérito, de um lado, como modalidade de atuação política desta entidade, em geral; e, de outro, como uma forma específica de intervenção no debate que aquele esquema classificatório conformava. Debate acerca dos tipos humanos adequados à mistura na qual se acreditava residir a especificidade do Brasil como povo e nação.

Uma vez partindo do pressuposto que a luta política é, antes de tudo, luta simbólica, nosso objetivo nesse último capítulo foi identificar a maneira pela qual a própria organização do inquérito configurou uma modalidade de luta simbólica operada por setores da SNA. Luta, cujo objetivo foi impor, dentro daquele quadro classificatório, a representação do imigrante japonês segundo determinadas possibilidades classificatórias mais favoráveis, em detrimento de outras nem tanto.

Uma vez que aquele esquema classificatório de base racial forneceu o terreno à lutas simbólicas em torno da imposição de imagens de Nação, procuramos demonstrar, neste capítulo, como o esforço conduzido pela direção da SNA na década de 20 em, através do inquérito sobre imigração, manter aberta a possibilidade de imigração japonesa ao país, significou, na verdade, uma tentativa em impor, como preferenciais, determinadas imagens de nação entre aquelas que o esquema classificatório de base

racial propiciava. Imagens que garantiriam um lugar de destaque ao imigrante japonês, notadamente como instrumento civilizatório do trabalhador nacional na região Norte. A análise do inquérito da SNA enquanto instrumento de luta política representa, assim, um momento particularmente privilegiado para identificarmos o modo como foram conduzidos, tendo por referência a moldura definida por esse esquema classificatório, os embates acerca das políticas públicas de imigração.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DO ESCRAVO AO IMIGRANTE FORJANDO A NAÇÃO NO CALDEIRÃO DAS RAÇAS.

"A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defende-la, não só contra os atos anti-sociais - os crimes - dos seus próprios representantes, como ainda contra os atos anti-sociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrário manifestações do conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas". (Nina Rodrigues)

1. INTRODUÇÃO

A prática de interpretar a realidade brasileira a partir das formulações raciais é facilmente identificável nos escritos da maioria dos intelectuais republicanos do primeiro quartel do século XX. Em princípio, essas interpretações foram tributárias do enorme sucesso das teorias raciais vindas da Europa e EUA, formuladas desde a segunda metade do século XIX. Se, todavia, a predominância das interpretações raciais de Brasil na primeira República se estabeleceu com a incorporação dessas teorias, o modo como foram apreendidas pelos intelectuais brasileiros ancorou-se num aparato simbólico, há muito existente, que relacionava diferenças raciais e hierarquia social e que esteve na base de todo o processo histórico de constituição dessa unidade política chamada Brasil.

Esse aparato simbólico diz respeito a um esquema de classificação de base racial que remonta ao período da conquista portuguesa. Funcionando, inicialmente, como um princípio estruturante da *diferença* entre as populações da colônia, esse esquema de classificação conheceu um desenvolvimento específico durante o processo de Independência. Em face da idéia de Nação ele passou a estruturar também o princípio de *unidade* entre aquelas populações exercendo um papel fundamental no processo de constituição do Estado Nacional brasileiro.

Num primeiro esforço para descrever o seu desenvolvimento desde o período colonial, passando pela confluência com o processo de construção do Estado, primeiro imperial depois republicano, podemos apontar as seguintes articulações históricas entre classificações raciais e hierarquia social¹

1_ A constituição do esquema classificatório de base racial se deu num processo de longo prazo iniciado com a formação das sociedades coloniais, que configuravam sistemas sociais altamente estratificados, duplicando-se simbólica e empiricamente na forma de estratificações raciais que envolviam povos conquistadores e conquistados;

2_ O processo de longo prazo por meio do qual a classificação racial tornou-se a base para interpretar a realidade brasileira e nela intervir, teve no processo de independência da colônia portuguesa e de consolidação do Estado Imperial - em que pese esse basear sua soberania no princípio monárquico - um momento privilegiado. Isso na medida em que coube ao Estado Imperial a tarefa de produzir uma unidade sobre o conjunto de regiões e populações abarcadas pelo Império colonial português na América, e que essa unidade mesma foi pensada por alguns de seus dirigentes, entre outros José Bonifácio, como devendo resultar, de um lado, do fim da diferença **civil** entre as populações abarcadas pelo Estado nacional; e de outro, da preservação da **hierarquia** entre estas populações, tomando sua **diferença física** como eixo dessa hierarquização.

3_ A constituição do Estado Republicano como Estado Nacional passou necessariamente pela elaboração de um conjunto de representações acerca de uma identidade Nacional. E as imagens de Nação fabricadas ao longo das primeiras décadas da República retomaram a preocupação imperial com a **unidade nacional**, concebendo-a, todavia, como problema relativo à produção de um **povo brasileiro** concebido nos termos de uma unidade racial a ser criada em meio à diversidade de populações presentes no território brasileiro. Esse **povo** foi pensado como requisito básico à constituição de uma **unidade nacional** que fizesse frente a dois processos históricos que ameaçavam a

¹ Cabe assinalar que partimos aqui de algumas formulações de Norbert Elias acerca dos processos de formação dos Estados Nacionais europeus. Elias considera a formação das Nações - entendidas nos termos de processos de integração territorial e social marcados e movidos por conflitos - como a última linha de um desenvolvimento de longo prazo dos estados europeus, tornados assim Estados Nacionais. Desse modo, fica evidente um certo vínculo entre Estado e Nação que consiste no fato de as ideologias de nacionalidade terem propiciado a construção de identidades coletivas e de auto-imagens nacionais que serviram como catalizadores em processos de integração de grupos regionais dispersos e diferentes estratos sociais em torno de certos grupos dominantes alocados à direção dos Estados europeus. (Elias, 1970:19)

integridade do território nacional e a estrutura hierárquica de suas populações: a partilha imperialista operada pelas potências ocidentais e a luta anti-escravista e seus desdobramentos no pós-abolição. O enfrentamento desses dois processos foi responsável, ainda, pela colocação do tema da imigração europeia em primeiro plano no interior daquele esquema classificatório de base racial.

Buscaremos na seção seguinte, desenvolver de forma mais extensa os três momentos históricos que, grosso modo, identificamos na montagem da classificação racial. Em seguida, na última seção procuraremos apontar os processos históricos que fundamentaram tanto esse esquema classificatório quanto o modo por que conformou as propostas de política imigratória na Primeira República.

2. OS DILEMAS DA RAÇA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

O ponto de partida na montagem daquele esquema de classificação racial pode ser encontrado já no período colonial. O que podemos perceber desse período é que, na contramão da imagem de uma democracia racial lusitana que teria se expressado na miscigenação racial praticada nas colônias, autores como Boxer e Tucci Carneiro mostram como toda a administração portuguesa, tanto dentro de Portugal quanto em suas colônias, foi marcada por práticas de discriminação racial estruturadas em torno do chamado *estatuto de pureza do sangue*. (Boxer, 1977 e Carneiro, 1983). Originado no bojo da contra-reforma como instrumento de luta contra as práticas religiosas que fossem alternativas ao catolicismo, o Estatuto de pureza do sangue orientou a discriminação contra judeus, mouros, negros e mulatos, garantindo que tanto no comando do Estado português quanto na hierarquia da Igreja Católica os cargos e o poder se concentrassem nas pessoas de "sangue limpo". Segundo Boxer:

"..o século XVII representa o início da discriminação legalizada e específica contra os negros e os mulatos, considerando a estreita relação entre a escravatura humana e o sangue negro. A confirmação desse fato é dada por uma lei de Agosto de 1671, que lembrava que ninguém com sangue judeu, mouro, mulato, ou casado com mulher nestas condições, estava autorizado a ocupar qualquer posto oficial ou público" (Boxer, 1977:192)

O Estatuto, bem como as práticas a ele associadas, estiveram presentes também na montagem do Império colonial português. De modo que o processo de constituição do Estado Absolutista português e sua expansão na forma de um Império colonial estruturaram-se, paralelamente, sobre um artifício ideológico por meio do qual as diferenças físicas e religiosas entre os homens forneceram a base para sua hierarquização social. Vale dizer, a construção da hierarquia social sobre a qual se estruturava o Império Português apropriou-se de uma prática cultural, originada na Idade Média, que negava ou rejeitava o diferente, reformulando-a nos termos de um estatuto legal que transformava a diferença cultural e física de largos setores da população que vivia em Portugal e nas colônias, em desigualdade de seus portadores frente à lei e ao Estado.

Mas se, em Portugal, o principal alvo das práticas discriminatórias foi a população judia, no Brasil, o Estatuto, rigidamente aplicado, teve como função primeira evitar a "africanização" da colônia. O temor desta "africanização" esteve ligado à emergência de um contingente de negros livres e até ricos, em alguns casos, cuja libertação foi produto da exploração do ouro em Minas Gerais e da conseqüente urbanização.

Nessa conjuntura, não só o Estatuto definiu restrições que atingiram desde casamentos interracialis até a ocupação de funções públicas, como também incidiu sobre as formas culturais negras através da proibição de cultos africanos. Garantindo assim que, mesmo frente às alforrias, os negros e mulatos livres permanecessem discriminados culturalmente e despojados de seus direitos civis e políticos. Desse modo, através do Estatuto e de outros instrumentos, o status legal dos negros foi definido de maneira muito mais próxima do escravo do que do homem livre.

A situação dos não-brancos ganharia novos contornos com o processo de Independência da Colônia. Nesse processo, a elite colonial se serviu das imagens de *liberdade* e *nação* oriundas da Guerra de Independência americana e da Revolução Francesa como instrumento de construção de uma identidade opositiva a da metrópole. Assim, ancorados sobre uma concepção de Nação que enfatizava a unidade e a homogeneidade de seus membros, autores com José Bonifácio buscavam transformar a unidade já partilhada por aquela elite em unidade *nacional*.

E, para José Bonifácio, essa unidade esbarrava em obstáculos não mais localizados na dominação portuguesa, mas nos próprios grupos subordinados à elite colonial. Tais dificuldades diziam respeito ao "risco político" a que estava submetida a Nação pela presença de dois contingentes populacionais que não estavam a ela ligados por laços de lealdade: os negros escravos e as populações indígenas. José Bonifácio tinha em mente o estado de tensão permanente produzido de um lado, pela existência de "tribos de índios bravos"; e de outro, pela violência necessária à manutenção da escravidão.²

As formulações de Bonifácio traduzem a confluência de um esquema classificatório de base racial, sobre o qual se definia parte significativa da diferença entre as populações da colônia, e o pressuposto de unidade e homogeneidade presente na idéia de Nação.

Para entender essa confluência, é interessante recorrer a algumas formulações de Brackette Willians. Em seu texto "*A class act*", a autora construiu uma argumentação acerca da relação entre identidade nacional e a construção de rótulos étnicos que é fundamental para nosso estudo. A reflexão da autora gira em torno do nexos existente entre Estado Nacional e os processos envolvidos na formação de auto-representações de Nação e das representações acerca do étnico, A que ela chamou "rótulos étnicos".(Willians, 1989:401).

Apontando o uso que os ideólogos da nacionalidade fazem de uma idéia de Nação, que pressupõe a homogeneidade física e cultural do *povo* como base da existência dos Estados Nacionais, a análise de Willians busca explicitar o esforço feito, a partir da construção destas imagens de nação, i.é, identidades nacionais, para desenhar uma homogeneidade e uma integração sobre realidades sociais radicalmente heterogêneas e autônomas. A autora nos mostra, ainda, que a produção desse tipo de imagem de Nação frente a uma realidade social heterogênea implica a associação entre esse **todo**, pretensamente homogêneo, e um determinado segmento social dentre os inúmeros abarcados pelos Estados Nacionais. E, em decorrência, implica também a definição de identidades e papéis dos demais segmentos sociais por sua maior ou menor proximidade àquele segmento ao qual cabe expressar a identidade da Nação (Idem: 428).

² Cf. Bonifácio (1963)

Nesse sentido, os "rótulos étnicos" expressam representações acerca de segmentos tomados como contrapostos a essa representação de homogeneidade, fazendo com que a construção de uma identidade nacional implique, simultaneamente, a produção de representações sobre as diversas populações submetidas a um Estado Nacional.

Em resumo, esses mitos de homogeneidade se inserem nos esforços de totalização operados pelos grupos dominantes a partir do Estado ao permitirem a construção simbólica de um *todo* que é a Nação, ao mesmo tempo em que definem o lugar de cada *parte* nesse *todo*. Com os rótulos étnicos operando a fusão entre esse *todo*/Nação e um segmento social que é ao mesmo tempo uma classe, uma cultura e um tipo étnico/racial. (Idem 429)

Partindo destas reflexões, é possível considerar as propostas de José Bonifácio como expressão de uma ideologia da nacionalidade, tendo como meta a construção da Nação concebida como um todo homogêneo. Em tal esforço de homogeneização, Bonifácio definiu o "índio" e o "negro" como problemas a serem resolvidos, exatamente na medida do seu afastamento em relação ao "nacional", contrapondo, de um lado, "índios" e "negros" como os que viriam a ser nacionais e, de outro, os que já eram brasileiros.

No seu esquema classificatório, aqueles que já eram brasileiros eram constantemente referidos aos termos branco/cristão/proprietário/homem livre /cidadão, em contraposição àqueles "índios" e "negros" cujos destinos tais "brasileiros" deveriam decidir. Nessa ordem de classificação, a função do branco/brasileiro na produção de uma unidade nacional expressava-se na fórmula "fardo civilizatório do homem branco". Herdeiros da colonização portuguesa, esses homens deveriam dar continuidade à sua obra civilizatória, "construindo" a ordem moral através da fé cristã, a ordem civil através da lei, e a ordem econômica através da educação para o trabalho.

A contrapartida do "fardo" seria o usufruto do trabalho daqueles que são objeto desse esforço civilizatório. Tendo em vista a unidade nacional, porém, esse usufruto deveria ser obtido menos pela violência da guerra ou da escravidão do que por um conjunto de práticas disciplinares que produzissem, ao mesmo tempo, a lealdade de negros e índios à Nação Branca.

Nesse sentido, a construção da Nação Imperial não mais exigia a definição de mecanismos de exclusão. Pelo contrário, tratava-se de elaborar os instrumentos que permitissem uma inclusão diferenciada de negros e índios à Nação, preservando, a um só tempo, a unidade política e a hierarquia social. Vale dizer que a construção da Nação, principalmente quando vinculada a um projeto abolicionista - caso de José Bonifácio -, necessariamente implicou que se projetasse também o lugar dos ex-escravos na Nação.

Isto se torna mais claro quando, na segunda metade do século XIX, a Abolição da escravatura se afigurou como movimento irreversível. Como nos mostra Scharcz, o progressivo encaminhamento da Abolição implicou dois movimentos paralelos: de um lado, a crescente tematização da figura do *Negro* no imaginário das elites; e, de outro, a constituição de representações progressivamente mais negativas sobre o ex-escravo a medida que se aproximava o fim da escravidão. (Scharcz, 1987)

Tais representações, expressas nos jornais, foram constituídas tendo como cenário inicial o mesmo tema de José Bonifácio: a civilização. Assim, a desqualificação do negro recaiu menos sobre uma leitura biológica do que sobre o fato desse portar em si as marcas da selvageria africana expressa nos hábitos bárbaros, na violência de suas vidas, nos crimes passionais, nos assassinatos dos senhores, enfim, na não incorporação daqueles pressupostos hierárquicos que sustentaram política e socialmente o Império brasileiro e que se expressam na idéia de civilização. Nesse sentido, é que as representações veiculadas pelos jornais tomaram a oposição entre negros e brancos como oposição entre bárbaros e civilizados.

Mas, se a moldura inicial das discussões foi fornecida pelo tema da civilização, pode-se vislumbrar também a progressiva constituição de um discurso científico como estratégia de desqualificação do não-branco, em particular do negro. Tal discurso foi acionado para explicar os suicídios entre negros, e a explicação "científica" residiria na associação entre suicídio e loucura e, em seguida, entre loucura e raça.

A autora chama ainda a atenção para o fato de que os jornais abolicionistas trabalham sua propaganda por meio de um tema recorrente no imaginário das elites: o

medo da grande insurreição. Seja nos termos de uma revolta nos moldes da ocorrida no Haiti, seja como estopim de uma guerra civil como nos EUA.³

Esse grande medo produziu, às vésperas da abolição, duas imagens opostas do negro: uma que o retratava como indivíduo violento e perigoso, nesse caso equacionava-se fuga, criminalidade e violência; e uma outra que o retratava como o servo fiel e dependente, mesmo quando livre, realizando a fantasia de um negro plenamente adaptado a uma posição tutelada na sociedade branca (Idem: 175).

Estas duas imagens, contudo, se transformaram no pós-Abolição. Desapareceu a figura do negro fiel e dócil, e a violência negra passou a ser lida nos termos de um discurso científico que enfatizava a degeneração da raça. Temos, finalmente aqui, a confluência das imagens da população não branca, estruturadas a partir daquele esquema classificatório racial, com as imagens veiculadas pelas teorias do racismo científico entre os intelectuais brasileiros na virada do século. E o racismo científico foi responsável também pela transformação da mestiçagem no principal tema de reflexão nas três primeiras décadas da República, tendo fornecido, às imagens do negro, um arsenal de conceitos "científicos" que permitiram a releitura dos temas da bruxaria, capoeiras e alcoolismo - tradicionais expressões do caráter bárbaro dos negros - como expressão do "fetichismo", do "atavismo" e da "degeneração" da raça negra.

Face a esse conjunto de representações então produzidas sobre o negro e a nação, não é de surpreender que a temática abolicionista tenha sido constantemente referida a uma outra, a da imigração. Antes mesmo de 1888.

Na verdade, para muitos dos abolicionistas⁴ trabalho livre e imigração estavam associados e, portanto, a escravatura era vista como obstáculo ao crescimento econômico que deveria advir da imigração européia, por conta da desvalorização do trabalho livre. Conseqüentemente, a denúncia do tráfico orientava-se não somente pela preocupação com um comércio desumano mas também pela idéia de algo que trazia incessantemente um fluxo de negros bárbaros ao país e obstava os benefícios econômicos e civilizatórios produzidos pela imigração branca.

³ Isto está exemplificado no clássico texto de Perdigão Malheiro (1976) sobre o Direito escravista, uma vez que o projeto de abolição proposto por ele foi marcado pelo temor de levante de escravos ou mesmo de uma guerra civil motivada pela escravidão. Ele tinha em mente o exemplo americano.

⁴ Cf. o texto de Perdigão Malheiro acima referido.

Além destes prejuízos econômicos e civilizatórios, concebia-se a escravidão como prejudicial também à **nacionalidade**. Isso está claro no texto *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco, escrito em 1883 e, portanto em plena campanha abolicionista. Ao mesmo tempo em que condenava a escravidão como imoral e ilegal, propondo de imediato a libertação e, em seguida, a educação do negro, Nabuco estabeleceu uma incompatibilidade entre escravatura e formação da Nacionalidade que implicava a desqualificação do ex-escravo. (Nabuco, 1977)

Ainda nesse texto, Nabuco concebeu a abolição, a um só tempo, como mecanismo reparador de uma injustiça contra os negros e como meio através do qual se projetava a purificação da Nacionalidade, uma vez que abria caminho para a vinda de trabalhadores europeus. Ele aliava assim, abolição e branqueamento em seus cálculos sobre o futuro do país.⁵ Nesse sentido, tanto Nabuco quanto outros líderes abolicionistas conceberam um conjunto de transformações por que passaria a sociedade brasileira após a Abolição, nas quais a população negra não teria papel de destaque, ao contrário, o papel principal ficaria a cargo dos imigrantes europeus.

Ficam nítidas aqui duas atitudes recorrentes face ao negro no período pré-abolição e que se intensificaram com o advento do racismo científico na virada do século: de um lado, a escravidão é imoral e injusta para com o negro; mas, de outro, o negro não serve para formar a nação, o que implicava em propor o empenho do Estado Brasileiro em oferecer atrativos à imigração européia.

Esse tipo de representação presente mesmo entre autores abolicionistas revela uma questão maior e central assim definida por Celia Azevedo: "**..o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?**" (Azevedo, 1987:33). A autora procura criticar a visão, corrente em parte da historiografia, segundo a qual a marginalização da população ex-escrava esteve ligada à sua incapacidade para o trabalho livre, apontando, ao contrário,

⁵ Tal associação implicava pensar a Abolição como uma dupla redenção, a um só tempo dos negros e da Nação. Idéia presente também nas propostas de José Bonifácio. Como já vimos, José Bonifácio propunha a abolição tanto como meio de reparar as injustiças contra a população negra quanto de eliminar a ameaça permanente de uma revolta negra pairando sobre a "Nação de sangue europeu", ao mesmo tempo em que acreditava ser esse também o meio através do qual a elite branca poderia recuperar seu papel civilizador. Cf. o texto já citado de José Bonifácio.

para o fato de que as respostas àquela questão foram formuladas tendo em vista a manutenção do lugar subordinado da população de ex-escravos no interior da Nação.⁶

Nesse sentido, o que se percebe na análise dos discursos abolicionistas desde o começo do século XIX é a presença de uma forte preocupação com "**..um país marcado por uma profunda heterogenia sócio-racial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária e uma maioria não-branca, pobre e não-proprietária.**"(Idem: 36) E esse "medo branco", termo que nas palavras da autora identifica o temor da elite branca frente as possibilidades de violência negra, teve como contrapartida a busca pela construção de uma unidade nacional - temas que, como já vimos, estão presentes desde José Bonifácio.

Essa busca conheceu dois momentos: Inicialmente, os abolicionistas se voltaram para a própria legião de escravos e libertos visando, de um lado a disciplinarização e introjeção de uma ética positiva do trabalho entre eles. No primeiro caso trata-se de projetos que definiram a todo o momento um papel tutelar para o Estado frente aos ex-escravos tendo em vista a constituição da cidadania negra como cidadania regulada e subordinada ao Estado⁷. E, no segundo caso, a construção de um povo brasileiro por meio de um amálgama racial.

Num segundo momento, que se iniciou a partir dos anos 70 do século passado e se estendeu até o fim da década de 20 deste século ⁸, a ênfase dos discursos recaiu sobre as soluções imigrantistas e o sangue branco europeu passou a ser o ingrediente fundamental na construção de um povo e de uma raça brasileira.(Idem: 37) Nesse sentido, passou-se de uma ênfase na *reforma* do povo, através das práticas disciplinares

⁶ Nas palavras da autora: ".até que ponto a imagem de negros e mestiços como uma massa inerte, desagregada e inculta, sem grande importância histórica em fins do século XIX - na medida em que já teria saído marginal da escravidão e deformada por ela - não surgiu do âmago de todo um imaginário racista que procuraria com isso justificar a necessidade de trazer imigrantes europeus em substituição aos escravos?" (p.252)

⁷ Azevedo chama a atenção para o fato de que tais projetos imaginavam um tempo de transição para que se complementasse a Abolição. Segundo a autora: "Esta passagem era concebida como um tempo ordeiro de superação gradativa dos graves problemas sócio-raciais, em que um conjunto de táticas de controle e de disciplina seria aplicado a fim de se atingir no futuro o tão sonhado tempo de progresso... estabelecendo um tempo de transição para o trabalho livre à custa da disciplinarização do ex-escravo e seus descendentes, bem como dos pobres nacionais em geral" (p.60)

⁸ Claro que aí já não são os abolicionistas que discursam e, sim, as elites dirigentes de um modo geral.

de educação para o trabalho, a uma ênfase na *regeneração* do povo através da imigração branca.⁹

É essa perspectiva de regeneração do povo que fundamentou as teorias do branqueamento que analisaremos mais adiante. Mas podemos adiantar que, baseados nessas teorias, os intelectuais e dirigentes da nascente República brasileira acreditavam ser possível, através da importação de sangue branco e da depuração do sangue negro pela mestiçagem, a regeneração dos componentes étnicos que fundaram o Brasil e a produção efetiva de um "tipo" racial brasileiro mais eugênico - porque possuidor de maior quantidade de sangue branco. E esse futuro tipo brasileiro, regenerado pela entrada de sangue europeu, teria duas virtudes básicas: de um lado, ele forneceria a base sobre a qual o povo brasileiro construiria sua unidade racial e cultural num patamar mais elevado que o proveniente da mistura de raças inferiores; e, de outro, garantiria uma evolução futura do país pela melhora dos tipos raciais que o compunham.

E foi essa idéia de regeneração do povo através do branqueamento, pelo menos como utopia, que acabou por conformar ações do Estado brasileiro no sentido de, por um lado, incentivar a imigração européia, seja por meio de propaganda no exterior ou de benefícios legais relacionados à posse da terra; e, por outro, reprimir ou reduzir a imigração de tipos raciais "menos eugênicos", isto é, daqueles povos considerados "raças inferiores", notadamente os amarelos e os negros.

Fica evidente, portanto, que essa ênfase na regeneração do povo foi claramente tributária da vigência das teorias do racismo científico entre os intelectuais e dirigentes estatais - papéis que, de resto, se confundiam inúmeras vezes. E essa vigência forneceu um quadro de interpretação da realidade social brasileira em que a presença negra e indígena, vale dizer a presença das raças inferiores, foi tomada como fator explicativo do "atraso" do Brasil frente aos países europeus, bem como elemento definidor de uma "identidade nacional brasileira".¹⁰

⁹ Na verdade, essa passagem só se verificou efetivamente em São Paulo, posto que a burguesia cafeeira foi a única fração da classe dominante em condições de bancar os empreendimentos imigratórios sem auxílio da União. Daí que, se a imigração européia se mostrava atraente à grande maioria das frações regionais da burguesia agrária, essa atração acabou cedendo lugar, entre essas elites, à renovação das propostas de controle e disciplinarização da população de ex-escravos e de seus descendentes como procedimento básico de obtenção de mão obra. Para uma análise das posições diferenciadas frente às soluções imigrantistas, segundo a diversidade de complexos econômicos ver, Mendonça (1990)

¹⁰ Para uma análise do uso da idéia de raças inferiores como elemento de explicação do atraso, concebido em termos claramente evolucionistas, e de definição de uma Identidade Nacional

É em função desse quadro que, segundo Ortiz, o conceito de raça forneceu o solo epistemológico a partir do qual os intelectuais brasileiros definiram, na passagem do Império à República, a especificidade da sociedade brasileira. (Ortiz, 1985:15) Entre os intelectuais que são objeto de sua análise, o autor destaca aqueles que são considerados os "fundadores" das ciências sociais no Brasil - Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha -, chamando atenção para o fato de que, baseado nesses autores, claramente influenciados pelo racismo científico, construiu-se a imagem de uma especificidade histórica e social brasileira definida a partir da síntese das três raças.(Idem: 13)

A perspectiva que enfatiza a síntese racial, e que esses autores menos inauguraram do que concederam estatuto científico, utilizou o instrumental fornecido pelo Darwinismo social e pelo racismo científico, notadamente a associação entre raça e cultura, como ferramentas de interpretação da realidade brasileira e definição daquilo que Dante Moreira Leite chamou o "caráter nacional brasileiro" (Leite, 1967). A partir dessas teorias, autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues conferiram importância à mestiçagem menos como experiência concreta do que como temática simbólica orientada pela preocupação com a construção da Nação.

A idéia de mestiçagem de raça se apresentou, assim, como a chave de entendimento da composição física e cultural do povo brasileiro, bem como da definição dos caminhos de sua transformação. Segundo Romero:

"Deste imenso mestiçamento físico e moral, desta fusão de sangues e de almas é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há de sair cada vez mais nítido o do futuro". (Romero apud Ventura, 1991:48)

Dentro desse tipo de perspectiva incluíam-se esquemas de classificação raciais que definiam a superioridade da raça branca e a inferioridade de negros e amarelos nos termos de uma escala evolucionista em que as raças expressariam a caminhada da humanidade da selvageria à civilização. Partindo desses elementos comuns, os autores da época produziam apropriações distintas da mesma teoria.

Assim, ao passo que Romero definiu a mestiçagem como um dado positivo por ser a base de construção da nacionalidade e da cultura brasileira, Nina Rodrigues

Brasileira, ver Ortiz (1985).

interpretou a mistura com as raças inferiores que constituíram o Brasil como uma tragédia que nem o advento da imigração européia poderia sanar. O mais radical, entre estes contemporâneos, em sua filiação aos princípios da eugenia, Nina Rodrigues acreditava que a mistura com as raças inferiores levaria sempre à degradação da espécie. Nesse sentido, ele partiu do determinismo racial das teorias do racismo científico para interpretar o episódio de Canudos como uma epidemia de loucura, expressão das taras herdadas de seus antepassados indígenas pelos mestiços em luta, ao contrário de Euclides da Cunha que tomou os mestiços de Canudos como "rocha viva da nacionalidade", na expressão célebre de *Os Sertões*.

Em contraposição, ainda que partilhando de pressupostos comuns, Sílvio Romero valorou positivamente a mestiçagem, tomando-a como instrumento de regeneração e constituição de uma raça brasileira. Essa valoração positiva só era possível na medida em os autores invertiam os pressupostos das teorias raciais, fazendo uma leitura muito particular e mesmo pondo em dúvida algumas de suas formulações originais. Pois se elas se originaram na Europa e EUA, a verdade é que as versões brasileiras, principalmente no que tange à produção de imagens de Nação se encontravam solidamente enraizadas em esquemas classificatórios que, segundo vimos, remetem ao Império.

Foi esse enraizamento que possibilitou aos intelectuais brasileiros, como Sílvio Romero e João Batista de Lacerda, produzirem uma versão muito peculiar daquelas teorias racistas, então em voga. Versão essa, que a historiografia do tema denominou de "teoria do branqueamento", e serviu de base às principais "soluções" dadas ao que Nina Rodrigues chamou o "problema negro".¹¹

Segundo Seyferth, a teoria do branqueamento foi elaborada entre o final do Império e a Primeira Guerra Mundial. Sua principal característica é a ambigüidade: concebe a mestiçagem ao mesmo tempo como um bem e um mal, definindo um conjunto inteiro de reflexões com os tipos e graus de mestiçagem e sua importância na formação

¹¹ Eufemismo que dizia respeito, basicamente, ao lugar que os ex-escravos e seus descendentes deveriam ocupar na República que nascia. Partindo das formulações do racismo científico, Nina Rodrigues descreveu esse dilema da seguinte maneira em *OS AFRICANOS NO BRASIL*: "Capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço afro-americano; necessidade do seu concurso para o aclimatação dos brancos na zona intertropical; conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país: tal é na expressão de sua rigorosa feição prática o aspecto por que no Brasil se apresenta o problema negro" (Rodrigues, 1932:264)

da Nação. Em comum com as teorias raciais estrangeiras, os autores brasileiros acreditavam na desigualdade das raças, na inferioridade dos mestiços e na incapacidade dos povos de raça negra em alcançar a civilização sem a tutela ocidental.

A peculiaridade nacional, contudo, residia na crença em que a inferioridade dos mestiços não era um fato absoluto e que, através da miscigenação das raças inferiores com as melhores raças brancas -, os "dolicocefalos louros" de Lapouge e Oliveira Vianna - era possível produzir-se, por uma espécie de seleção natural, um tipo racialmente mais branco e evoluído do que as raças não brancas e que, este é um ponto fundamental, esse processo estava acontecendo no Brasil. Para tal, contribuíam uma baixa fertilidade dos negros e mulatos, a tradição portuguesa de cruzamento interracial e a imigração européia. Por conta disso, o país adquiriria com o passar do tempo um padrão racial mais branco e uma civilização correspondente (Seyferth, 1984).

Essa valorização do mestiço de branco com as raças inferiores produziu uma aglutinação entre todos os que defendiam as teses do branqueamento na defesa da imigração branca pensada como instrumento pelo qual, de um lado, se operaria a regeneração da raça, e de outra se produziria um amálgama, um povo homogêneo, garantindo a integridade da Nação.

Mas, esse privilégio da imigração européia como instrumento de constituição de um *povo*, definido a partir da teoria do branqueamento, implicou certas diferenças em relação ao modo como a imigração fora concebida já no fim do Império. Isso porque o ideal de um branqueamento da população pela adição de imigrantes brancos já fora uma das determinações políticas que orientaram os estímulos à imigração nas últimas décadas do Império. Tratava-se de obter uma inversão da pirâmide populacional cuidando que houvesse mais brancos do que negros no país. Mas, dos anos 80 do século passado em diante, uma ênfase particular recairia na disponibilidade das raças brancas para *miscigenação* e para a *assimilação* cultural ao Brasil.

A partir daí, a prática ou não da miscigenação - bem como os tipos que ela viria a produzir - e a disponibilidade à assimilação funcionaram como valores de referência ao estímulo e à crítica de todos os empreendimentos migratórios, até mesmo dos "brancos". Sílvio Romero, por exemplo, tendo por referência o imperativo da miscigenação e da assimilação como requisitos para a construção de uma Nação branca formulou críticas

ao "enquistamento alemão" no sul do país, preocupado com o fato de colonos imigrados não se casarem e não aprenderem a língua portuguesa (Seyferth, 1990).

Efetivamente, a preocupação com a miscigenação e com a assimilação, levantada pela teoria do branqueamento, conformou a maior parte das posições dos intelectuais e políticos diante da imigração nas primeiras décadas da República. Como nos mostra Skidmore, as teorias raciais foram uma presença recorrente nas formulações republicanas sobre a imigração tanto nos debates envolvendo publicistas, quanto nas próprias leis republicanas (Skidmore, 1976).

A primeira legislação republicana sobre imigração, datada de 1890, restringia de modo absoluto a entrada de imigrantes africanos ou asiáticos no país (Idem: 154). Se essa lei foi abrandada em 1907, o que permitiu a entrada dos primeiros imigrantes japoneses, as posições públicas em favor de uma imigração exclusiva ou preferencialmente branca predominaram durante toda a primeira metade de século.

Assim, um mesmo eixo definido a partir da teoria do branqueamento atravessou toda a legislação sobre imigração produzida no Brasil do fim do Império até o fim do Estado Novo: a preocupação com a *eugenia*. Vale dizer, a preocupação com a "higiene das raças", com o tipo de mistura racial que se estava estabelecendo no Brasil, uma vez que dessa mistura adviria um *povo brasileiro*, base a um só tempo do progresso e da unidade da Nação.

Analisemos mais detidamente os fundamentos destas concepções e o modo pelo qual estruturaram as propostas de política migratória.

3. OS FUNDAMENTOS DA LÓGICA RACIAL E O PAPEL DO SANGUE BRANCO

Ainda que o uso da idéia de raça como instrumento de explicação das relações humanas remonte ao século XVII, sua sistematização é produto da expansão imperialista do século XIX. Foi nesse século que o conceito de raça, utilizando uma linguagem biológica e roupagem científica, tornou-se o principal instrumento de que se serviu o etnocentrismo ocidental para operar a hierarquização simbólica entre homens e povos.¹²

¹² Cf. Gould (1981) e Montagu (1945)

Com a classificação racial, os pensadores europeus e seus congêneres latino-americanos equacionaram a diversidade cultural humana à diversidade biológica, acreditando que a diversidade de raças determinaria a diversidade cultural. Tais influências se traduziram num conjunto de formulações como as que associam raça à civilização ou progresso e que dão conta das diferenças culturais e sociais entre os homens segundo suas diferenças físicas. E, entre estas escolas, uma em particular, o Darwinismo Social, permitiu a leitura da história humana como produto da luta entre raças.

A partir desses pressupostos, o racismo instituiu-se como uma ciência cujo objetivo era explicar as desigualdades entre os homens e cujos instrumentos eram o estudo dos costumes e práticas dos povos primitivos, a medição de crânios e corpos e a análise do tamanho e formato dos cérebros. Tudo isso visava alcançar o que era *inato* nos homens e, dessa forma, descobrir de que modo a natureza os hierarquizava.

À idéia de uma hierarquia racial entre os homens, contudo, somava-se ainda um outro conceito presente de forma poderosa no imaginário europeu de fins do século XIX, o de evolução. Por meio dele, o Darwinismo Social - que teve como pai intelectual Spencer, e não Darwin - permitiu definir a hierarquia racial como expressão de um movimento evolutivo da espécie humana, evolução essa definida pela sobrevivência dos mais aptos e que explicaria o porquê da expansão européia em todo o globo terrestre e seu domínio sobre as outras raças.

Dessa forma, a hipótese da diferença humana como diferença *natural* nos termos de uma evolução da espécie levou também à pressuposição de programas sociais desiguais para raças desiguais. A tese da hierarquia racial como verdade científica e ordem de evolução da humanidade teve como correlata a idéia de uma intervenção "científica" nas relações entre as raças, visando o controle e mesmo a eliminação progressiva das raças e tipos humanos inferiores por meio da segregação, da assimilação pelos tipos mais evoluídos, da seleção para casamentos e migrações, ou mesmo da luta entre as raças.

A *eugenia* e a *antropossociologia* - que melhor expressaram estes pressupostos - tinham como objetivo básico o aperfeiçoamento das características da espécie humana e admitiam para tal, contrariando as posições de Spencer, a intervenção do Estado como

agente "purificador". O próprio significado do termo eugenia remete a "higiene das raças" e o objetivo de seus partidários consistiu em desenvolver estratégias de modo a evitar a reprodução dos elementos socialmente indesejáveis.

É importante perceber que tais teorias e práticas foram geradas dentro das grandes universidades européias, não representando formulações meramente periféricas. No início do século, os antropossociologistas "ressuscitaram" Gobineau como uma espécie de precursor dos princípios gerais de uma ciência voltada para o estudo das relações entre as raças. Também Broca é resgatado com suas idéias de evolução e seleção social.

No mesmo sentido, a antropologia criminal italiana fundiu, associando traços físicos e condutas morais, crime e patologia, colocando o conceito de raça no centro das discussões sobre criminalidade conduzidas na virada do século e nas primeiras décadas do século XX. Essa associação definiu uma sistemática das autópsias em que estas passaram a ter como objetivo a investigação da organização cerebral defeituosa.¹³

Foi nesse quadro que o debate em torno da imigração ganhou relevo, pois se pressupunha que o Estado devia impedir a entrada dos imigrantes pouco "eugênicos", elementos oriundos das raças inferiores como os negros e amarelos. E esse tipo de preocupação esteve bastante presente nos discursos dos intelectuais republicanos sobre a imigração, desde o final do século passado. Tais discursos carregavam uma série de temores relativos ao tipo de imigrante que o país recebia e aos mecanismos de sua incorporação.

Mas, a presença de tais temores devia-se, como pretendemos demonstrar, menos à incorporação pura e simples dessas teorias do que à sobreposição de dois processos históricos contemporâneos aos intelectuais republicanos: a expansão imperialista que iniciada no último quartel do século XIX, e que fez sentir seus efeitos em duas guerras mundiais na primeira metade do século XX; e a constituição do Estado Nacional

¹³ É importante ressaltar que a medicina legal que Nina Rodrigues visava constituir como disciplina no Brasil foi diretamente tributária destas questões o que explica porque ele chegou a defender penas diferentes para indivíduos de raças diferentes nas discussões acerca do código civil brasileiro. O pressuposto aí era de que negros e brancos não poderiam ser julgados da mesma maneira, uma vez que os negros são vistos como menos responsáveis por suas ações pelo fato de atualizarem em seus crimes um passado atávico de selvageria.

Brasileiro como um processo que teve início no movimento de Independência e que sofreu uma inflexão particular com a Abolição e o fim do regime monárquico em 1889.

Essa sobreposição definiu dois temas básicos em torno dos quais se articularam os temores e preocupações com a imigração: a ocupação dos chamados "vazios demográficos" em termos que garantissem a manutenção da soberania do Estado Brasileiro sobre a integridade do território Nacional; e a presença de um discurso sobre as raças definindo a unidade racial como base da unidade nacional, ao mesmo tempo que concebia as diferenças entre as nações e entre os homens também nos termos de uma diferença racial.

O discurso das diferenças humanas e nacionais como diferenças raciais, sistematizado nas formulações do *racismo científico* acima descritas, foi partilhado por membros tanto das nações que foram sujeito, quanto das nações passíveis de serem objeto da expansão imperialista. Partilhar estes pressupostos comuns, todavia, levou, no caso brasileiro, a conclusões opostas àquelas elaboradas na Europa. Notadamente em relação ao tema da *miscigenação*, como Giralda Seyferth demonstrou em seu estudo sobre a relação entre Estado Nacional Brasileiro e as populações de origem alemã imigradas para o Brasil na virada do século. (Seyferth, 1990)

Seyferth denominou essa oposição "paradoxo da miscigenação", identificando o fato de os mesmos argumentos racistas - a heterogeneidade racial como impossibilitando a constituição de um povo, e em decorrência, de um Estado Nacional e a crença na inferioridade racial dos não-brancos - fundamentarem duas posições antagônicas: de um lado, a tentativa dos teuto-brasileiros em permanecerem culturalmente diferenciados; de outro, a função a eles destinada pelas elites brasileiras de misturar o sangue branco europeu ao do mestiço nacional.

E esse papel reservado aos imigrantes europeus revela um dado fundamental à nossa análise: a *miscigenação* é definida a um só tempo como resposta tanto para a questão da ocupação do território nacional em condições que preservam a soberania do Estado Brasileiro quanto para a constituição de um único e melhorado "tipo racial" brasileiro tomado como base necessária da unidade do Estado nacional e condição de progresso da nação.

Temos assim uma equação realmente paradoxal, uma vez que, partindo dos mesmos pressupostos do racismo científico tal como elaborado na Europa e EUA, as elites brasileiras não só valorizaram a miscigenação como a definiram como resposta privilegiada para os problemas de unidade nacional e desenvolvimento do país. Essa posição paradoxal acerca da *miscigenação* pode ser esclarecida se considerarmos o modo pelo qual a expansão imperialista colocou os temas da raça e da miscigenação em primeiro plano no começo do século.

Como nos mostra Hobson, a defesa científica do Imperialismo ao final do século XIX abusou de concepções biológicas, notadamente daquelas originadas do Darwinismo, tais como as de luta entre as espécies como motor de sua evolução. Desmolins, autor extensamente citado por intelectuais como Sílvio Romero e Oliveira Vianna, chegou a insistir que o progresso da humanidade requeria a manutenção de uma luta seletiva entre raças que carregam tipos diferentes de civilização. (Hobson, 1954:155) No mesmo sentido, Gumbowitz, outro autor citado por Romero e Vianna, considerava a luta entre raças a base da constituição dos Estados nacionais modernos.

Ao mesmo tempo, essas concepções estabeleceram uma relação cada vez mais negativa entre *nação* e *humanidade*, isso porque se entendia que só poderia haver sociedade se existisse uma certa homogeneidade de caráter, interesses e simpatias entre os homens que a formassem. E concebia-se, no período que imediatamente antecedeu à primeira guerra mundial, que esse tipo de laço entre os homens só era possível dentro dos *Estados nacionais*. (Hobson, 1954:165) Isto é, a nação passa a ser vista como o locus último de sociabilidade, excluindo a existência de um laço humano que ultrapassasse os próprios Estados Nacionais e definindo, como núcleo de experiência comum entre os homens, *os caracteres raciais e de tradição cultural que marcam as diferenças entre as nacionalidades*.

Cabe ainda recuperar Marcel Mauss, que escreveu uma década depois de Hobson e nos mostra como a segunda metade do século XIX conheceu um conceito de nação diferente daquela assembléia de homens racionais proposta como imagem da Revolução Francesa. Ao invés de expressão de um reconhecer-se num projeto coletivo, o laço de um homem à sua nação foi redefinido nos termos de um compromisso de *nascença*, uma relação que herda, da idéia de família, a imagem do partilhamento de um sangue comum

como laço que une os homens. Tal conceito define o **povo** como expressão de um **parentesco coletivo** que se concretiza num **tipo racial uniforme**, sobre o qual se sustenta **a unidade do Estado Nacional**.(Mauss, 1970)¹⁴

Nesse sentido, a expansão imperialista de fins do século XIX estabeleceu uma relação entre raça e nação que teve dois desdobramentos: de um lado, estabeleceu a ligação necessária entre unidade racial e identidade nacional; e de outro, legitimou a dominação imperialista de alguns povos sobre outros, com base numa linguagem evolucionista que valorizava a "luta entre raças" e definia a dominação como expressão da superioridade evolutiva de umas raças sobre outras.

Essas formulações foram especialmente críticas para as elites daqueles países que se encontravam diante da real possibilidade de serem objeto de práticas imperialistas. E, no caso específico das elites brasileiras, as respostas à imposição do tema da raça, seja como base da unidade nacional seja como explicação das diferenças entre os homens, foram tributárias do processo histórico de construção do Estado Nacional brasileiro, como herdeiro da *conquista ibérica*.

Para visualizar esse processo e entender as respostas que gerou, é necessário recuperar a oposição que Hobson, em 1905, estabeleceu entre o colonialismo gerado pelas grandes navegações da era moderna e o que foi produto da expansão imperialista.

Segundo o autor, esse segundo colonialismo não implicou, como o primeiro, na transposição de parcelas da população metropolitana para regiões no Novo Mundo, em que deveriam viver segundo as mesmas leis de seu país de origem, seja como parte associada, seja como Estado independente. Ao contrário, tratou-se de exportar uma população de colonos e administradores

¹⁴ No mesmo sentido, temos a seguinte afirmação de Hanna Arendt quanto ao contexto alemão: "Somente a partir de 1814 essa origem comum passa a ser frequentemente descrita em termos de "parentesco de sangue", de laços familiares, de unidade tribal, de origem pura sem "misturas". Essas definições, que surgem quase simultaneamente nas obras do católico Josef Goerres e de liberais nacionalistas como Ernst Moritz e F. L. Jahn, comprovam o fracasso das esperanças de despertar verdadeiros sentimentos nacionais no povo alemão por outros meios culturais - como idioma ou história. Por causa dessa impossibilidade de transformar o povo alemão em nação, da ausência de reminiscências históricas comuns e da aparente apatia popular pelo futuro destino comum, nasceu uma exortação nacionalista dirigida a instintos tribais como eventual substituto daquela aparente unidade nacional que constituía, aos olhos de todo mundo, a esplêndida força da nação francesa." (Arendt, 1992:196)

..que formam uma pequena minoria exercendo domínio político ou econômico sobre uma maioria de povos estrangeiros submetidos, eles mesmo sob o controle despótico de um governo Imperial. (Cf. Hobson, 1954:70).

Recuperando, anos mais tarde, as formulações de Hobson, Hanna Arendt opõe os impérios e o colonialismo da era moderna à expansão Imperialista de fins do século XIX. O primeiro, marcado pela integração e assimilação a longo prazo, das populações e dos territórios conquistados, na América, às unidades políticas européias na forma de súditos das Coroas metropolitanas; e o segundo, definido por um movimento em que se estabelece uma pura dominação exploração dos Estados Nacionais europeus sobre as populações e territórios nos quais ao invés de se operar uma conquista, operou-se uma expansão Expansão essa que se dá por meio do..

"..estabelecimento de uma casta exclusiva num país estrangeiro cuja única função era o domínio e não a colonização " (Arendt, 1992: 214)

Essa oposição define o colonialismo pré-imperialista como sendo marcado por diversas fórmulas de transposição para o Novo Mundo, das estruturas legais e culturais do Velho Mundo, por meio das quais colônias e metrópoles se constituem partes diferenciadas de uma unidade político-cultural.

A grosso modo podemos falar de uma fórmula anglo-saxônica de colonização na América - mais no Norte que no Sul - em que essa transposição se fez constituindo-se de colônias de cidadão britânicos nas quais, menos do que dominar e explorar as populações nativas, buscou-se a reprodução de padrões de sociabilidade característicos da sociedade inglesa e a realização de valores religiosos e morais em unidades sociais, excludentes em relação às populações derrotadas. Nesse sentido, tratou-se menos da conquista do que da expulsão de populações nativas dos territórios na América em que os colonos buscavam construir uma "vida nova".

Noutra direção teríamos uma fórmula **ibérica**, em que se estabeleceu, sobre unidades sociais nativas, um processo de colonização a partir de feitorias, entrepostos, missões e cidades visando tanto a subordinação quanto a integração daquelas unidades - por meio da catequese, do aprendizado da língua oficial, da imposição das leis metropolitanas, etc..., levadas a cabo pela Igreja e por um membros da administração

colonial. Esse modelo de colonização explorou os povos conquistados tanto quanto incorporou-os cultural, política e mesmo *fisicamente* aos povos conquistadores.

Num aprofundamento original desses temas, no caso brasileiro, Lima mostra que a colonização portuguesa na América se estabeleceu com base na *conquista*, a qual pressupõe que "**..parte dos povos nativos cujos territórios são invadidos por organizações militares conquistadoras a elas devem se aliar e/ou fundir, tornando-se integrantes dos povos conquistados, maximizando as forças invasoras**" (Lima, 1993:15). Nesse sentido, a *conquista* implicou a fixação de parte do povo conquistador português nos territórios adquiridos pela guerra e sua posterior fusão a uma parcela das populações conquistadas.

Em que pese as diferentes fórmulas de colonização - ibéricas ou anglo-saxônicas -, ambos os tipos de colonização geraram unidades sociais que, ao mesmo tempo integradas culturalmente à metrópole, a ela estavam politicamente submetidas. Essa dupla condição permitiu a emergência, nas unidades sociais colonizadoras, de identidades contrastivas frente ao domínio metropolitano que se expressaram na consciência do "viver em colônias", e que resultaram nas diversas guerras de independência em que se desfez a subordinação política às metrópoles.

Além disso, quando das lutas de independência nos países de colonização ibérica, as elites criollas serviram-se das imagens de *liberdade e nação* oriundas do processo de independência americano como meio de construção de uma identidade opositiva à da metrópole. E essas imagens, assim como as produzidas a partir da revolução francesa, definiram a idéia de *nação* com sua passagem de súditos a cidadão e sua referência aos homens livres e iguais, como referência de organização dos novos Estados que nasciam na América (Anderson, 1989:13 e 61).

Sintomaticamente, para muitos dos "pais fundadores" das novas nações emergentes de uma colonização baseada na *conquista* surgiu o problema da transformação de *índios* e *negros* em *nacionais*¹⁵, ao mesmo tempo que se representavam as lutas de independência como expressão de uma unidade entre as elites criollas e os contingentes de índios e negros escravos na luta contra o inimigo

¹⁵ Cf. San Martim em Anderson, 1989:60; Bolivar em Maybury Lewis, 1985:196 e José Bonifácio em Mattos, 1987:123.

metropolitano. Essa especificidade ibérica pode ser explicada a partir do tipo de relação que Lima estabelece entre conquista e nação

No texto já citado, o autor se pergunta "*Que sociedade, que Estado e que Nação surgem, pois, da invasão e do confronto entre conquistador e conquistados?*", para em seguida responder:

... que toda a conquista envolve a subsequente administração do butim, processo capaz de produzir homogeneidades inexistentes antes de sua intervenção de terras indivisas, ou sujeitas a outros padrões de delimitação criam-se territórios, produz-se uma população capaz de se reconhecer como um comunidade (enquanto objeto de controle racional por aparelhos de poder) onde antes só existiam povos dispersos, histórica, lingüística e culturalmente distintos (Lima, 1993:30 e 31).

Vale dizer que os Estados Nacionais que emergem da **conquista**, herdeiros do aparato fiscal, da intermediação do comércio de escravos e produtos de agro-exportação e do monopólio de violência exercidos pelos antigos governos coloniais¹⁶, têm, por força dessa herança, de produzir um território e uma população que possam ser reconhecidos - essa última deve, acima de tudo reconhecer a si mesma - como **nacionais**. Assim, na medida em que "Brasil", "México", "Peru", etc..., eram rótulos que cobriam uma diversidade de terras e de povos só existente como unidade por meio de uma totalização empreendida pelas administrações coloniais, cumpria aos recém-constituídos Estados Nacionais reproduzir essa totalização e o elemento central nessa reprodução consistiu no esforço em "**forjar uma nação homogênea**" - tarefa que José Bonifácio definia como sendo a principal do Império brasileiro.

Para Bonifácio, a manutenção da integridade das antigas terras portuguesas na América, sob controle do nascente Império brasileiro, dependia de esforços em desmontar o perigo que "índios bravos" e "escravos rebeldes" significavam para o que ele denominava "**a nação de sangue europeu**" representada pelo Império . E um dos meios concebidos para eliminação desse perigo, além da abolição da escravatura no caso dos negros, consistia numa série de medidas que tornassem preferencial o casamento de índios e negros com mulatos e brancos. Tratava-se de **miscigenar/misturar as diversas populações recobertas pelo Estado Nacional, tomando a idéia de povo racialmente**

¹⁶ No caso brasileiro, Carvalho demonstra como a burocracia que esteve a frente do Estado pós-independente se beneficiou do treinamento e profissionalização imprimidos pelo Estado português através das rotinas burocráticas e da formação comum em Coimbra. (Carvalho, 1980:29 e 30)

homogêneo como base da unidade nacional e tendo o sangue branco como elemento de amálgama.

Como nos mostram Mattos (1985) e Carvalho (1980), a manutenção da integridade do território sob controle do Império brasileiro, todavia, consistiu menos nas tarefas de homogeneização propostas por Bonifácio do que na montagem de um sofisticado engenho de centralização política montada pelo *saquaremas* em torno da figura do Imperador Pedro II.

As propostas de Bonifácio relativas à produção de uma "nação homogênea" - incluindo a principal delas, o fim da escravidão - teriam de esperar o ocaso do Império para ganhar o centro da ação do Estado Brasileiro. Isto é, na medida em que se avoluma a violência do processo de luta pela abolição principalmente a partir dos anos 70 do século passado, concretiza-se o antigo temor de Bonifácio de que a escravidão produzisse "inimigos da pátria" e se define por parte das elites, sejam escravocratas sejam abolicionistas, tanto um esforço de controle da violência negra quanto uma preocupação em "branquear" a população promovendo através da *imigração* um afluxo de sangue branco para o país e incentivando sua posterior *mistura* com os nacionais.

Em resumo, à medida que avança o processo de Abolição radicaliza-se a imagem de uma *ameaça negra* ao domínio exercido pelos proprietários de escravos, os quais se vêem como substância de uma "nação de sangue europeu". Cresce todo um imaginário do medo que alarga as fissuras entre negros e brancos e gera medidas de repressão e controle da população negra.

É nesse quadro que se define como temática fundamental acerca do "futuro da nação brasileira" aquela que, segundo Lima, é uma das principais tarefas de um Estado Nacional que emergiu da *conquista*: a de produzir uma *população* que se reconheça como *unidade*. E essa produção teve como modelo a idéia de um *povo racialmente homogêneo*. Em outras palavras, a *unidade nacional* é concebida como algo a ser alcançado por meio da *miscigenação* das diversas populações cobertas pelo Estado Nacional brasileiro no sentido da produção de um *tipo étnico brasileiro*.

É a partir dessa herança gerada pela *conquista* e seus desdobramentos frente à luta abolicionista que se definiu essa releitura paradoxal que as elites brasileiras fazem dos postulados do *racismo científico*. Nossa leitura, contudo, ficaria incompleta, e

compactuaríamos com os mitos da "democracia racial", se não alertássemos para o fato de que valorizar a miscigenação não correspondeu nem a uma igualdade entre os elementos nela envolvidos nem a definição aleatória desses elementos. Ao contrário havia uma clara hierarquização racial na definição de quais elementos deveriam entrar em processo de miscigenação e qual o papel reservado a cada um.

Essa hierarquização estava claramente definida no bojo do racismo científico - salvo o fato de que, como já visto, o racismo científico recriminava incisivamente a própria miscigenação. Como assinala Seyferth, entretanto, e como já demonstramos em relação a José Bonifácio, as formulações que estruturam a teoria do branqueamento e sua lógica da miscigenação são historicamente anteriores à vigência, entre as elites brasileiras, das teorias do racismo científico. A explicação de anterioridade também reside nas dinâmicas próprias às nações que emergem de um processo de conquista.¹⁷

Como já visto, enquanto herdeiras do império Luso-brasileiro, as elites republicanas tiveram como tarefa produzir um **povo**, significando aí a produção do reconhecimento de uma identidade social comum entre populações diversas física e culturalmente. Mas, como nos mostra Lima, se a *conquista* implica tal tarefa, por outro lado as populações incorporadas o são de modo diferenciado no que diz respeito à sua posição na hierarquia social e na cidadania. As sociedades que emergem da *conquista* são marcadas por uma estratificação social que é tributária *das posições diferenciais ocupadas por cada população envolvida na sua conquista ou dela, subseqüentemente, aliada.* (Lima, 1993:11)

Essa estrutura que combina unidade e hierarquia pode ser exemplificada na relação entre metrópole e colônia, que a um só tempo se constituía na unidade do Império português e distinguia politicamente portugueses de Portugal e portugueses do Brasil. Essa estrutura, todavia, abrange principalmente as populações nativas colonizadas, uma vez que sua incorporação às jovens nações americanas é definida em

¹⁷ Como assinala a autora acerca de um texto de Menezes e Souza: "O texto acima referido é de uma época (1875) em que ainda não existiam teorizações mais elaboradas acerca do branqueamento da raça, porém ele é revelador da contradição sobre a qual tais teorias se constituíram no pensamento brasileiro: acreditavam no dogma da superioridade racial branca, mas certamente havia dúvidas quanto à capacidade dos brancos imporem seu fenótipo num processo de miscigenação a curto prazo. Para tanto, era preciso inverter os números reveladores da pirâmide demográfica, que mostravam uma população demasiadamente escura para os padrões raciais da elite".(Seyferth, 1990:7)

termos bem mais excludentes, do ponto de vista político, e bem mais precários, em termos de status econômico e condição social.

Acima de tudo, cabe chamar atenção para o fato de que *tais sociedades são marcadas por uma estratificação social que é expressão de uma hierarquização entre populações física e culturalmente diferenciadas*, isto é, *nas sociedades de conquista a hierarquia social é uma duplicação da hierarquização étnica*. Temos aí os fundamentos sociais de um discurso racista *avant la lettre*, porque toda e qualquer justificação ideológica do *status quo* que repousasse sobre a naturalização da hierarquia social implicava a conseqüente naturalização de uma hierarquia entre populações.

É o que nos mostram os trabalhos de Vainfas (1986) e Tucci Carneiro (op.cit.). O primeiro mostrando o temor colonial em relação à existência de uma "comunidade negra", termo com o qual definiam a rede de sociabilidades tecida entre os escravos das mais diversas etnias no ambiente comum dasenzala¹⁸, e o segundo apontando o uso que se fez do "estatuto da pureza do sangue" como mecanismo de hierarquização social e política sobre os elementos não brancos.

Isto significa dizer que as doutrinas do racismo científico, quando aportam às praias brasileiras encontram aqui terreno sólido posto que ancorado na própria realidade vivida por nossas elites. Mais além, como nos mostra Da Matta (1984), a ideologia racial que essas doutrinas vêm reforçar, foi o único instrumento de hierarquização simbólica que restou à República depois do desmonte da ideologia jurídica que sustentava o Império, tendo sido empunhada pelas elites republicanas no sentido do controle da população ex-escrava.

Gostaríamos agora de recuperar a distinção proposta por Hanna Arendt e Hobson entre os impérios e o colonialismo da era moderna e a expansão Imperialista de fins do século XIX. O primeiro, marcado pela integração e assimilação a longo prazo, das populações e dos territórios conquistados, na América, às unidades políticas européias na forma de províncias física e culturalmente integradas às metrópoles

¹⁸ Segundo Vainfas comentando o universo da escravidão: "A referência básica que o sistema dava ao africano era de natureza dupla: a condição de escravo, com todas as exigências que tal condição acarretava, e a condição de negro, comum aos escravos submetidos aos senhores brancos. A construção pragmática da idéia de negro, identificada à situação de escravo, articulava ... o processo de integração dos africanos para além de suas origens culturais ... a idéia de negro, invenção da situação colonial, convertia o racismo na viga mestra da ordem social escravista" (Vainfas, 1986:35)

européias; e o segundo, em que se estabelece a pura dominação exploração dos Estados Nacionais europeus sobre as populações e territórios com os quais não se misturam física ou culturalmente, alicerçada em um discurso racial que, a um só tempo, condena a miscigenação por força de uma lógica *eugênica* e justifica a dominação das raças superiores sobre as inferiores como expressão das leis que regem a evolução das espécies.¹⁹

Acreditamos que o fato de a primeira República ser, a um só tempo, produto de um Império da era Moderna e contemporânea da expansão imperialista de fins do século passado pode funcionar como chave tanto para o entendimento dos temores das elites republicanas em relação à imigração quanto para as suas soluções, notadamente a miscigenação

O que queremos assinalar é que na medida em que a expansão imperialista - iniciada na década de 70 do século passado e atingindo seu ápice na primeira grande guerra - colocou na ordem do dia, por meio de um discurso racista, a ameaça à integridade territorial ou à soberania política dos países povoados por raças inferiores e, como tal, incapazes de se constituírem em unidades políticas, ou de vencerem a "luta pela sobrevivência entre as nações", definiu-se entre as elites brasileiras um duplo impacto daquelas ideologias imperialistas.

De um lado, frente ao tema da homogeneidade racial como base da unidade da nação as elites brasileiras passaram de uma política de lenta assimilação dos grupos étnicos europeus presentes em território brasileiro (caso dos teuto-brasileiros) mediante a imposição da lei e soberania políticas do Estado brasileiro, para uma política de rápida assimilação por meio da nacionalização do ensino e do favorecimento de casamentos interracialis²⁰; e de outro lado, aprofundaram os esforços seculares de assimilação dos

¹⁹ Hanna Arendt nos mostra como a prática de tratar povos como se fossem raças foi um dos principais instrumentos da expansão imperialista: "Os primeiros a perceber todo o impacto da experiência africana foram os líderes da rale como Carl Peters, que se julgavam legitimamente pertencentes à raça dos senhores. As possessões coloniais africanas tornaram-se o solo mais fértil para que florescesse o grupo que viria a ser mais tarde a elite nazista. Viram ali como era possível transformar povos em raças e como, pelo simples fato de tomarem a iniciativa desse processo, podiam elevar o seu próprio povo à posição de raça dominante... Esses líderes compreendiam muito bem que, precisamente por terem descido ao nível das tribos selvagens, os boêres eram agora seus senhores absolutos. Conscientes disso, estavam perfeitamente dispostos a pagar o preço necessário, a retroceder ao nível de uma organização racista, desde que com isso pudessem conseguir o domínio de outras "raças"." (Arendt, 1992:237)

²⁰ Seyferth assinala o final do século XIX como o momento em que o Estado brasileiro muda de posição em relação às populações imigradas enfatizando menos o papel colonizador de certos povos

povos conquistados produzindo a representação de uma homogeneidade, senão física, pelo menos cultural do *povo brasileiro*²¹. Em ambos os casos, essas elites enxergavam na diversidade física e cultural das populações que ocupavam o território brasileiro, uma ameaça à obra de unificação territorial herdada da colonização ibérica, seja no que tange aos ex-escravos, seja no que concerne às populações de imigrantes europeus oriundas de países envolvidos na corrida imperialista.

Por outro lado, frente a um discurso que considera as diferenças humanas e entre as nações como diferenças raciais, as elites republicanas tanto nele se reconhecem quanto a ele reagem. Como vimos esse reconhecimento diz respeito ao fato de a República ter nascido sobre o desmonte de uma hierarquia simbólica, da qual só restou uma ideologia de desigualdade entre populações oriunda do processo de conquista. Ideologia essa que as elites republicanas transformariam ao longo da segunda metade do século XIX, progressivamente, em ideologia *racista*, fazendo uso do chamado *racismo científico* como instrumento de desqualificação e disciplinarização da população ex-escrava²². Já a reação dessas elites diz respeito à ameaça que o país sofria em ser objeto de práticas imperialistas justificadas por um discurso racial - vale dizer que a presença de "raças inferiores" como componentes principais da população definia, senão a impossibilidade, pelo menos a dificuldade de afirmação de uma identidade e, conseqüentemente, uma autonomia nacionais.

Esse reconhecimento e essa reação desembocaram no uso da hierarquia racial que estruturava aquelas teorias como referência das propostas de políticas públicas, mormente as relacionadas à imigração isto tanto no sentido de estimular-la quanto no de restringi-la. Em ambos os casos, a imigração foi vista como instrumento de

do que sua disponibilidade à assimilação, ao mesmo tempo em que definia um temor em relação aos chamados "quistos étnicos": "Quando entra em cena a tese do branqueamento, no final do século XIX, esta hierarquização - dos alemães como povo branco preferencial à imigração - sofre uma ligeira modificação, ao ser privilegiada a imigração dos povos latinos, em nome do processo de miscigenação. Os alemães (e mesmo os teuto-brasileiros), considerados inassimiláveis, passam também a ser vistos como um "perigo".(Seyferth, 1990:11)

²¹ É interessante observar como muitos dos intelectuais que escrevem nas últimas décadas do século passado, e também depois, definem o **mestiço** como base física e cultural da identidade nacional brasileira. Cf. Ventura (1991).

²² Segundo Corrêa: "...não parece ter sido apenas pela persuasão ideológica, apoiada em relações de favor entre as raças, que os negros foram excluídos da participação em vários setores da vida pública, mas também pela manutenção de uma política autoritária em cuja definição a presença da discriminação não pode ser esquecida. Esta exclusão parece ter sido também o resultado de uma atuação coerente, apoiada por um racismo `científico`, que legitimou políticas seja em nível nacional ou regional de exclusão e repressão da população negra." (Corrêa, 1982:37)

aprimoramento do tipo racial brasileiro, aumentando a dose de sangue ariano na população e de produção mesmo de um *povo* na medida em que esses imigrantes europeus deveriam se fundir *fisicamente*²³ à massa de nacionais, servindo de amálgama físico e elemento difusor de *civilização* entre a massa difusa e diversa de populações que ocupavam o país.

Em resumo, se a idéia de homogeneidade racial como base da Nação seja como herança da *conquista* tornada urgente pela ruptura abolicionista, seja como ideologia generalizada pela expansão imperialista, define a *miscigenação* como sua prática privilegiada, por outro lado tal prática foi concebida como devendo ser orientada pelos pressupostos de desigualdade contidos nas teorias raciais. Essa combinação de *miscigenação* e *desigualdade racial* - ou, em outros termos, de *mistura* e *hierarquia entre raças* - foi responsável pela definição de um papel privilegiado para os povos de raça branca. E o papel a eles destinado consistiu na sua definição como portadores de um *sangue* e de uma *cultura* aos quais cabia servir, tanto como elemento aglutinador entre os descendentes dos povos conquistados quanto elemento de definição de um papel hierarquicamente inferior para aqueles descendentes frente a uma elite que se concebia como expressão perfeita, senão de um sangue, pelo menos de uma cultura européia.

Em suma, as correntes migratórias vindas dos países europeus foram avaliadas positivamente segundo uma imagem que lhes pressupunha uma contribuição à *regeneração racial* do povo brasileiro - isto é, ao seu "branqueamento" - ou a sua reforma por meio de um *esforço civilizador* - isto é, à difusão entre os mestiços brasileiros de um determinado modelo de comportamento baseado na ética do trabalho.

4. O IDEAL DO BRANQUEAMENTO E A SELEÇÃO DOS IMIGRANTES

A contrapartida daquele elogio da imigração européia foi a definição oriunda dos mesmos critérios, de representações negativas em relação à uma série de possibilidades de imigração vistas como "ameaças" à unidade nacional, entendida aí como produto de

²³ Segundo Seyferth: "Embora a preocupação mais imediata estivesse relacionada à assimilação dos imigrantes e seus descendentes, à transformação deles em brasileiros *de fato*, a questão fundamental mascarada por trás da palavra "abrasileiramento" era antes de natureza biológica do que sociológica. A miscigenação, assim, tornou-se sinônimo de assimilação" (Seyferth, 1990:1 - grifos da autora).

uma "mistura" que deve necessariamente tender para um "revigoramento" racial e cultural da porção branca da população brasileira.

Foram tais preocupações que, concretizadas num conjunto de critérios de seleção definiram tanto a imagem do imigrante ideal quanto os temores em relação a outros tipos de imigrantes. Vale dizer que, tomando o imigrante como um "ingrediente" regenerador na mistura de que deveria emergir um povo brasileiro racialmente mais puro, as elites republicanas buscaram selecionar os tipos possíveis de imigrantes segundo pelo menos três critérios, quais sejam: o grau de *eugenia* da raça imigrada, sua disponibilidade à *assimilação* e seu estado *civilizatório*.

Analisemos tais critérios. O primeiro critério de classificação quanto aos riscos e benefícios da imigração é o do grau de eugenia dos povos imigrados. O conceito de eugenia remete à "pureza" ou "limpeza" do sangue. Em termos mais concretos, o termo referia-se ao grau de proximidade do povo imigrado ao tipo "branco europeu". Nesse sentido, própria imigração era considerada um instrumento de *regeneração da raça*, na medida em que visava o aumento da proporção de sangue branco no povo brasileiro.

Um segundo critério visava avaliar o grau de civilização do povo imigrado. E tais representações acerca da presença ou ausência de *civilização* foram usadas como critério de avaliação de uma gama de hábitos culturais, reais ou imaginários, associados aos povos imigrados, hábitos que vão da religiosidade à higiene. Mas, na verdade, o núcleo das representações do que era um povo civilizado passava por dois elementos fundamentais: de um lado, pela importância internacional do país de origem do imigrante; e de outro, pela associação entre povo imigrado e a existência de uma disciplina para o trabalho, da posse de técnicas de produção da higiene na organização da casa e da produção e do respeito às leis.

Nesse caso, o imigrante branco era visto como agente/instrumento difusor entre os "trabalhadores nacionais" de uma "civilização" cujos conteúdos eram a disciplina, a produtividade, a higiene, o respeito às leis e à propriedade. E esta função seria realizada por meio do que poderíamos chamar uma *pedagogia do exemplo*.

Estes dois critérios se combinavam de modo tal que, se é verdade que o tipo racial do povo brasileiro é o mestiço - o qual, em última instância, fundamenta a própria unidade nacional -, esse tipo misto poderia, de um lado, tornar-se progressivamente mais

puro pelo incremento de sua porção de sangue branco. Por outro lado, pensava-se igualmente que a mistura dos povos racial, cultural e socialmente diferenciados que compunham o povo brasileiro deveria progressivamente dar lugar a um "todo homogêneo" por meio da difusão de um *sangue\ cultura europeus* trazidos pelo imigrante branco.

Um terceiro e fundamental critério de avaliação das possibilidades de imigração é o da propensão dos povos imigrados em se deixarem assimilar pelo "meio" racial e cultural brasileiro. Nas representações das elites republicanas, conformadas pela teoria do branqueamento, a imigração branca, com todos os elementos positivos de raça e cultura que poderia trazer, carregava como função básica *a de misturar ao nacional*, de tal forma que a resistência a esta *mistura* implicava a própria negação desse papel fundamental.

A *assimilação* como critério seletivo, contudo, articula-se também com o temor de que, mantida a unidade cultural e física do imigrante em regiões fracamente ocupadas pelo elemento nacional, essa unidade *étnica* desse origem seja à uma ocupação imperialista, seja à reivindicações pela constituição de comunidades políticas próprias. Vale dizer, o temor acerca do surgimento, a partir da manutenção de uma unidade física e cultural entre os povos imigrados - a qual, como vimos, é tomada como base da unidade dos Estados Nacionais Modernos -, de *Estados* dentro do *Estado* Brasileiro. Nesse sentido é que tais preocupações definiram um elenco de medidas visando a dissolução dessa suposta unidade física e cultural do imigrante.²⁴

Em resumo, a preocupação esteve diretamente ligada ao modo como o tema da homogeneidade racial e cultural se impunha duplamente para aquelas elites republicanas envolvidas na consolidação do Estado Nacional, seja como meio de produzir uma unidade tanto física quanto simbólica entre as diversas populações abarcadas pelo Estado

²⁴ Segundo Seiferth: "...a realidade teuto-brasileira acabou se transformando numa espécie de pesadelo, num perigo real, pois poderia se tornar um exemplo para outros grupos imigrados, igualmente não assimilados. Nas quatro décadas que antecederam a campanha de nacionalização, o perigo da formação de Estados dentro do Estado - derivado da forma desastrosa com que foi realizada a colonização do sul - foi o argumento empregado por segmentos da elite brasileira e pelo próprio Estado para justificar uma assimilação forçada, única forma de integrar os quistos étnicos para, finalmente, através dos mecanismos da assimilação e do caldeamento, chegar à nação homogênea ideal."(Seiferth, 1990:32)

brasileiro, seja como meio de produzir a unidade nacional como unidade racial/cultural frente à ameaça da expansão imperialista.²⁵

²⁵ Em alguns casos esta preocupação foi tão poderosa que chegou a originar desde rejeições que abrangiam vários povos e raças até o extremo da rejeição absoluta de qualquer imigração. Neste último caso imperava a crença de que a própria diferença *física* entre as populações tenderia a servir de base a um conflito.

CAPÍTULO SEGUNDO

DEFININDO OS COMPONENTES DA MISTURA A CLASSIFICAÇÃO DOS HOMENS E A PRODUÇÃO DO POVO

"Quem parte e reparte e não leva a melhor parte ou é burro ou não sabe da arte" (Dito popular)

Todo aquele conjunto de formulações em torno da mistura racial, da assimilação dos imigrantes e do branqueamento que descrevemos no capítulo anterior revela-se de modo particularmente explícito nas respostas ao inquérito sobre imigração da SNA. O que procuraremos explicitar a seguir é a maneira pela qual tais discussões mais abstratas conformaram, **nos termos de um esquema de classificação dos possíveis imigrantes segundo o tipo de contribuição que poderiam dar à mistura de onde emergiria um suposto tipo étnico brasileiro**, as posições sobre a política imigratória a ser conduzida pelo Estado brasileiro, assumidas por um determinado conjunto de agentes reunidos em torno do inquérito sobre imigração da Sociedade Nacional de Agricultura, na década de 20.

1. OS DEBATES SOBRE IMIGRAÇÃO E O INQUÉRITO DA SNA

Já foi dito que a primeira legislação republicana sobre o tema definia restrições à entrada de "negros" e "amarelos".²⁶ Trata-se da lei de imigração que data de 1890, tendo vigorado em texto até 1908 e em "espírito" até bem mais tarde. Espírito que se fez presente quando, em 1921, circulou na imprensa brasileira um boato acerca da imigração de negros norte-americanos ao estado de Mato Grosso, tendo originado prontamente um projeto de lei com apenas dois artigos, apresentado à Câmara pelos deputados Cincinato Braga (SP) e Andrade Bezerra (PE) proibindo de modo absoluto a entrada de imigrantes negros no país.

²⁶ Cf. infra pg.19

Como nos mostram os Anais da Câmara, esse projeto foi bastante atacado na Câmara sob a acusação de ser anti-republicano, atentar contra a igualdade e a fraternidade, ser anti-católico e desprezar a herança negra na nacionalidade.²⁷ Conseqüentemente, o projeto teve vida curta na Câmara, perdendo-se nas comissões parlamentares.

Em 1923, uma nova versão foi apresentada dessa vez num contexto mais geral de "formação étnica de nacionalidade", nas palavras de seu autor, o deputado Fidélis Reis (MG), engenheiro agrônomo e membro da Sociedade Nacional de Agricultura e que já havia apoiado o projeto de Cincinato Braga quando de sua apresentação à Câmara. Seu projeto preconizava estímulos à imigração européia e restrições parciais à imigração amarela (uma cota anual correspondente a 3% dos imigrantes já entrados no país) e restrições absolutas à entrada de imigrantes negros. (Anais da Câmara, 1923, vol.14:213).

Esse projeto, melhor recebido do que o primeiro, foi objeto de debates na Câmara ao longo da década de 20, tendo sido, naquele momento, rejeitado. Na década de 30, seu espírito seria resgatado na definição de cotas de imigração introduzida na constituição de 1934 (Skidmore, 1976: 217).

Quando de sua apresentação, o projeto foi alvo tanto de críticas quanto de elogios. Algumas dessas críticas e elogios estão presentes num conjunto de quatro textos, que reúnem respostas a uma consulta pessoal do deputado Fidélis Reis a quatro "eminentes" brasileiros no período. São eles: Francisco José Oliveira Vianna e Afrânio Peixoto, com pareceres favoráveis ao projeto, e Clóvis Beviláqua e Raimundo Teixeira Mendes, com pareceres negativos.

Além desses pareceres, o projeto foi objeto de outras discussões fora da Câmara, notadamente daquelas que se desenvolveram em torno de um "inquérito" sobre a imigração promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura em 1925, e que teve por origem a própria apresentação e discussão do projeto de Fidélis Reis.

Esse inquérito foi realizado pelo então presidente da SNA, Lira de Castro, fazendeiro paraense e engenheiro agrônomo, com o objetivo de: *"abrir um vasto inquérito em todo o país para colher a média de opiniões sobre as controvérsias do*

²⁷ Cf. Brasil, Câmara dos Deputados, 1921.

projeto"(SNA, 1926:474). Estruturado sobre a representação de uma "média das opiniões no país", o inquérito foi conduzido por meio do envio de 6000 questionários a toda a diretoria da SNA, a associações rurais e comerciais, a presidentes e governadores de estado, à academia de medicina, à Sociedade Brasileira de Geografia, ao IHGB, a prefeitos de SP, RS, SC, RJ, GO, AL, ES, MT, MG, AM, CE, BA, PA, MA, PE, PB, ES, AC; todos os principais jornais do país e mais um conjunto de indivíduos tidos como "autoridades" nos temas abordados.(SNA, 1926:14). Desses, 166 receberam resposta de todas as regiões do país e de quase todos os estados, tendo sido publicadas parcialmente pela SNA num volume datado de 1926, exceto 23 das respostas que, consideradas "notáveis", mereceram publicação integral dos organizadores.

Foi desses 6000 questionários, enviados a um conjunto de membros da elite política republicana, que a SNA visou alcançar o "pensamento brasileiro" sobre o tema da imigração tendo por referência o debate em torno do projeto de Fidélis Reis. Para tal, baseou-se num conjunto de perguntas que iam desde a importância da imigração até o tipo de raça adequada à região do inquirido. Vale dizer que a interrogação conduzida pela SNA sobre o tema da imigração, seguindo a linha do projeto em discussão - frente ao qual, diga-se de passagem, a diretoria da SNA era contrária -, foi igualmente modelada pelo idioma da raça.

Uma outra observação importante diz respeito à estrutura de resposta ao questionário. Pois, em que pese a SNA tê-los distribuído segundo um padrão determinado, as respostas obtidas foram de três tipos: membros da própria SNA, secretários estaduais de agricultura e colonização, funcionários federais que dirigiam órgãos ligados a povoamento e imigração, e indivíduos interessados no tema. Além disso, o gênero de resposta foi a carta. Ou seja, aqueles que responderam, tendo tomado conhecimento do questionário seja através de correspondência direta, seja através da leitura em jornais, o faziam de próprio punho enviando suas cartas à SNA. E tais respostas não continham dados que pudessem delinear a formação escolar do inquirido.

Essa estrutura, bastante diferenciada em relação aos diversos tipos de agentes que responderam ao inquérito, aliada à insuficiência de informações contidas no questionário acerca do tipo de formação dos inquiridos, produziu um padrão de resposta que não nos permitiu tomar aquelas duas variáveis - formação e interesses regionais -

como eixo principal de interpretação dos discursos produzidos pelo inquérito. De forma que elas foram por mim analisadas mais como um *debate* do que como uma mostra. Vale dizer que os discursos foram organizados segundo os diferentes tipos de posição tomadas a respeito dos temas da imigração e da raça, e não segundo o tipo de agente envolvido no debate.

2. A ESTRUTURA DOS DISCURSOS E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS IMIGRANTES

Organizar as respostas ao inquérito promovido pela SNA segundo não tanto a origem dos agentes quanto a natureza das posições assumidas, implica a retomada de uma prática de larga história na Antropologia, qual seja a de buscar uma estrutura lógica presidindo a organização e a dispersão dos próprios discursos.

Isso não significa que tais discursos estejam fora da realidade. Ao contrário, o que a análise irá demonstrar é que uma mesma estrutura de elaboração dos discursos pode dar origem a tomadas de posição muito diferentes entre si, que se explica, em última instância, pelo *habitus* e pela *posição de classe* do agente que produz o discurso.²⁸

Quer dizer, de um lado, as posições concretamente assumidas pelos agentes o são com base na natureza de seu capital cultural acumulado e na sua inserção numa dada estrutura de classes; e, de outro lado, essas posições são definidas no universo das opiniões possíveis. Segundo Bourdieu os discursos produzidos são literalmente "tomadas" de posição dos indivíduos diante de problemáticas e respostas já constituídas, de modo que **"..alguém que propõe uma posição que não está prevista no mapa é visto como eclético ou incoerente."** (Bourdieu, 1990)

Existem estruturas que presidem a formulação das respostas acerca de temas do debate político, tal como é o caso desse debate sobre as políticas imigratórias, que podem ser reveladas. E para identificar tal estrutura, fizemos uso da noção de *modelo* estrutural como foi definida por Levi-Strauss (Levi-Strauss, 1975:45)

²⁸ Para a conceituação de *habitus* e *posição de classe*, Cf. Bourdieu, 1987.

Buscamos estabelecer um conjunto de variáveis que, uma vez combinadas, estabeleceriam um conjunto de discursos possíveis, inclusive em sua oposição mútua, independente de sua incidência concreta no debate. Mais além, esse conjunto de variáveis representa uma espécie de "gramática" dos discursos, com os agentes produzindo as mais diversas posições tanto segundo a combinação que estabelecesse entre as variáveis, quanto segundo a ênfase diferenciada que pusesse em cada uma das variáveis na construção de sua posição.

A meu ver, a vantagem de tal procedimento reside em que ele possibilita extrair do debate uma tipologia de posições acerca da relação entre imigração e raça, ainda que as respostas ao inquérito em si sejam estruturadas de forma aleatória, ou mesmo desigual, segundo o peso real das regiões e dos agentes no cômputo geral da população brasileira no período.

O debate organizado a partir das respostas ao inquérito da SNA nos fornece, com a definição de um certo número de variáveis que permeiam a totalidade dos discursos, uma estrutura de classificação das possíveis posições que articulam imigração e raça, não restrita à distribuição concreta e desigual das respostas ao questionário.

Mas de que modo definir essas variáveis ?

Cabe aqui recordar que desde o início da república os tipos possíveis de imigrantes foram selecionados segundo pelo menos três critérios, quais sejam: a propensão à *assimilação* que possui a raça imigrada, seu grau de *eugenia*, e o estado de evolução de sua *civilização*. E, de fato, tais critérios estão presentes na maior parte das respostas ao questionário da SNA. É interessante observar que esse conjunto de critérios definiu não somente a rejeição ou aceitação de esforços de imigração efetivamente realizados mas até imigrações meramente supostas e até mesmo, em alguns casos, remotamente realizáveis.

Essa última observação implica que o debate sobre as raças desejáveis à imigração para o Brasil não necessariamente tenha se definido em torno de razões de ordem prática ou mesmo orientado por experiências concretas. Ao contrário, ele se moveu no interior de representações bastante dogmáticas que permaneceram quase imutáveis desde a década de 80 do século passado até meados do século XX. E mais, tais critérios definiram um quadro classificatório preexistente às imigrações concretas,

estabelecendo uma hierarquia de positivities e negatividades capaz de julgar as imigrações antes mesmo que elas acontecessem.²⁹

Assim, se organizarmos esses critérios na forma de um modelo estrutural levi-straussiano, poderíamos identificar as possibilidades de classificação tanto quanto definir os diversos conjuntos de raças ou povos que parecem corresponder a tais classificações nas respostas ao Inquérito. O quadro seria assim:

ASSIMILAÇÃO	EUGENIA	CIVILIZAÇÃO
+	+	+
+	+	-
+	-	-
-	-	-
-	-	+
-	+	+
+	-	+
-	+	-

Onde (+) significa a presença ou maximização do critério e (-), sua ausência ou condição inferior.³⁰ Teríamos, assim, oito possibilidades com elementos negativos que envolveriam algum grau de "risco" à jovem República. Analisaremos mais adiante cada

²⁹ Segundo Seyferth : "O Brasil do futuro, na década de 1940, é o mesmo imaginado por Sílvia Romero e seus contemporâneos no auge da popularidade pseudo-científica das teorias racistas, mais de meio século antes - uma civilização branca, de acordo com uma tradição histórica de caldeamento das raças proporcionada pela ausência de preconceitos arraigados; a miscigenação e seu corolário da assimilação cultural concebidas como elementos primordiais de um processo homogeneizador da nação." (Seyferth, 1990:22)

³⁰ É importante ter em mente que, construídos tendo por referência o paradigma evolucionista, os discursos falam mais em superioridade e inferioridade do que em ausência de cada um daqueles critérios nos povos imigrados. Daí que o que o nosso quadro indica com os sinais + e - deva literalmente ser tomado como mais ou menos civilizado, eugenico e assimilável.

uma das posições. Antes, porém, cabem algumas observações sobre a especificidade de cada um desses critérios nos discursos produzidos em resposta ao inquérito.

Se tivéssemos de definir de antemão que coluna concentra a maior parte das preocupações dos representantes das elites agrárias que responderam ao inquérito da SNA, não teríamos dificuldade em apontar o tema da assimilação, e a conseqüente preocupação com os "enquistamentos étnicos", como o mais recorrente do debate.

Senão, vejamos. Um dos consultados, o "etnógrafo" e membro da Sociedade Nacional de Geografia, Antonio Carlos Simões da Silva ³¹, em sua resposta - que foi descrita como *"..parecer que serviu de base ao parecer da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, também subscrito por Daniel Henninguer, engenheiro civil e professor de escola polytécnica do Rio.."* (SNA, 1926:77) - afirmava :

"Deve-se aceitar a imigração japonesa apenas com as restrições que se devem fazer a todos os imigrantes, isto é, só aceitar gente agrícola ou quando não, operária, sadia, de físico e moral perfeitos e distribuída por todas as regiões do país, impedida de constituir-se em grandes núcleos para evitar o chamado enquistamento de uma só raça ou classe de imigrantes numa determinada localidade de seu território." (p.78)

Como procuramos mostrar, essa preocupação estava diretamente ligada ao modo como o tema da homogeneidade racial e cultural se impunha duplamente para aquelas elites agrárias, seja como meio de produzir uma unidade tanto física quanto simbólica entre povos conquistadores e conquistados, seja como meio de reproduzir a unidade nacional como unidade racial/cultural diante da ameaça de expansão imperialista.

Em alguns casos essa preocupação foi tão poderosa que chegou a originar desde rejeições que abrangiam vários povos e raças até o extremo da rejeição absoluta de qualquer imigração. Nessa última hipótese imperava a crença de que a própria diferença **física** entre as populações tenderia a servir de base a um conflito. Isso foi o que aconteceu com o advogado de Uberabinha (MG) J. Rodrigues Valle, que levou a tal ponto o pressuposto da pureza racial como base da nacionalidade que chegou a conceber a diferença racial e a possibilidade de seu acirramento como um risco à própria existência da Nação. Ele se posicionava contra a imigração nos seguintes termos:

³¹ Para uma análise do alcance e significado de termo *etnógrafo* à época, bem como o papel assumido por Antonio Carlos Simões da Silva no debate sobre as populações indígenas no mesmo período Cf. Lima (1985)

"..sou contra a imigração porque país habitado por muitas raças tem sempre dificuldades internas. É o caso da Turquia, Rússia,.. A Suíça não é mais habitada por povos de nacionalidades várias, mas antes de constituir uma nacionalidade esteve em constantes lutas, que muito sacrificaram a nação. A América do Norte teve a guerra da Secessão e tem a luta entre pretos e brancos, com os pele-vermelhas, com os amarelos, os israelitas; a luta entre seus operários e os estrangeiros, aumento da criminalidade. No Brasil, há diferenças somáticas e físicas, que afastam as populações, entre si. Se se acentuarem, no Brasil haverá secessão ... Devemos dotar as populações brasileiras de sentimentos comuns, estáveis, distintos, o que é impossível com a mistura com novos estrangeiros. Não há povos absolutamente puros, mas há os relativamente. O valor das coletividades está na razão de sua pureza.." (p.180)

Em outros casos, a rejeição não chegou a ser total mas sua amplitude revelava a recorrência de um outro temor acerca da unidade do Estado Nacional Brasileiro, só que dessa vez diante de um perigo externo. O temor aí era de, uma vez "tutelados por seus governos", os imigrantes funcionassem como porta de entrada para uma dominação imperialista em que o Brasil ou determinadas regiões do país se definiriam como área de influência de potências estrangeiras. Essa foi a posição do agricultor de Valença (RJ) Alexandre do Carmo Galvão de Queirós. O inquirido recomendava:

"Nenhuma imigração deve ter entrada incondicional. Mesmo a branca deve ser selecionada evitando os indivíduos nocivos à nossa economia social e à constituição da raça nacional brasileira. Deve haver seleção de raça e de indivíduo. Os favores serão concedidos só ao pessoal desejável. O governo deve basear-se nos três seguintes preceitos: Primeiro, não aceitar imposições, nem satisfazer exigência dos governos estrangeiros quanto ao recolhimento e destino dos imigrantes. Não se deve mostrar mais interessado em atrair, que os países imigrantistas em exportar o imigrante. Segundo, evitar celebração de tratados internacionais tendo por objeto regular o movimento imigratório para o país e as condições de localização do imigrante. Isso é fonte de questões internacionais em que o governo poderá ficar em face do imigrante, em condições humilhantes, por ter de atender reclamações estrangeiras. Terceiro, chamar, para a solução do problema, o concurso e a cooperação dos governos estaduais e municipais, de modo que a colonização se distribua pelo país, conforme as condições e necessidades especiais de cada estado e cada município." (p.66)

Na formulação do advogado, temos uma posição diretamente relacionada à situação de precária unidade interna do regime republicano, posto que produto a um só tempo de um empreendimento histórico de **conquista** - herança que diz respeito à tensão entre unidade do Estado Nacional e uma hierarquia social que se constituiu como hierarquia entre populações - e de uma crise profunda desse empreendimento operada pela luta abolicionista, a qual fornecia a possibilidade de o questionamento da hierarquia

social se transformar em conflito racial. E como demonstrou Célia Marinho de Azevedo, essa possibilidade foi o fundamento da generalização de um "medo branco" em meados do século XIX.

Já na resposta do agricultor, encontramos a combinação entre esse temor interno e a preocupação em garantir para o governo brasileiro poderes totais no tratamento dado ao imigrante, garantindo sua plena assimilação, de forma que a contribuição do sangue branco à unificação das populações no país não se transformasse em risco de subordinação do Estado Brasileiro às nações de origem dos imigrantes. Essa resposta revela ainda que aquele temor, que esteve associado à expansão imperialista de fins do século XIX, conheceria uma inflexão particular quando da Primeira Guerra Mundial, uma vez que esse evento pôs em discussão não somente a assimilação mas também a lealdade política das populações imigradas, principalmente no que toca à imigração germânica no Sul.³²

As posições a favor de uma ampla restrição à imigração, contudo, foram minoritárias no debate, apesar do temor que lhe serviu de base ter sido recorrente. Ao contrário dessas posições, a maioria dos entrevistados considerava a imigração de tal modo imprescindível que recomendavam diversos tipos de concessões e acordos com os países imigrantistas notadamente a Itália que, sob o impulso do fascismo italiano de Mussolini, buscava reduzir a saída de imigrantes afetando especialmente o Brasil. Definida, nessas formulações, a necessidade absoluta da imigração, restou transformar a recorrente preocupação em assimilar o imigrante numa série de propostas de nacionalização, localização e seleção de imigrantes como as feitas pelo médico militar e Deputado Federal por Goiás, Antonio Americano do Brasil. Esse autor assim definia o problema:

³² Nas palavras de um autor que escreve em pleno debate da constituinte de 34 sobre as restrições à imigração, e que mostra a abrangência dessas discussões não só no Brasil mas também nos EUA: "A grande guerra fez compreender aos países de imigração, sobretudo aos Estados Unidos, que a assimilação do alienígena não era tão completa quanto se imaginava...Graças sejam dadas à guerra que nos livrou da ilusão de que éramos uma nação unida - diz Kellor, Frances. *Straight America*. 1916 - Não é menos verdade que unidade de religião, de raça, de ideais não existem nos Estados Unidos - comenta Abott, Grace. *The immigrant and community*. 1917. As surpresas e revelações do grande conflito preocuparam os Estado Unidos, dando origem a um grande movimento pela incorporação das massas alienígenas ao seu organismo nacional. Inúmeros **Americanization committees** foram fundados, e o sentido, o alcance, a exequibilidade da assimilação começaram a ser discutidos em monografias, periódicos e magazines. Esse movimento não poderia deixar de repercutir, mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor intensidade, em outros centros de convergência de elementos exóticos." (Revoredo, 1934:226 - grifos do autor)

"O problema imigratório é complexo, compreendendo os estudos dos seguintes itens principais: a) Aptidão do imigrante para melhor aproveitá-lo; b) Sua dispersão por todo o território, para melhor atender o problema étnico; c) Assimilação do mesmo para evitar futuros conflitos de raça; d) Instrução do imigrante para facilitar sua adaptação ao meio."(p.74)

E propunha:

"..Seleção de casamentos; vantagens aos imigrantes que contraissem casamentos com filhos do país; instrução, consistindo no ensino da língua nacional, dispersão dos elementos imigratórios pela vastidão do território e de acordo com as zonas de trabalho, seriam ainda medidas proveitosas em plano de imigração. Os imigrantes devem ser buscados, sobretudo entre as populações dos campos habituadas à lavoura..."(p.73)

Essas curtas sugestões resumem de muitas das propostas presentes nos questionários respondidos, configurando a existência de um consenso em torno de quase um "programa" de nacionalização dos imigrantes, e que teria muitas de suas medidas transformadas em política oficial durante o Estado Novo.³³ Como já visto, tais medidas se articulam em torno do temor de que, mantida a unidade física e cultural do imigrante em regiões fracamente ocupadas pelo elemento nacional, tal unidade **étnica** desse origem seja à ocupação imperialista da região, seja à reivindicação pela constituição de uma comunidade política própria. E de todos os elementos que configuravam uma unidade cultural do imigrante, foi a unidade lingüística o principal objeto das preocupações que aparecem no debate. O que, de resto, vai ao encontro das formulações dos ideólogos do período que definem a língua como um dos principais fatores de constituição da nacionalidade.³⁴ Nesse sentido, configuram-se como as principais medidas de assimilação proposta, a obrigatoriedade do ensino e do uso da língua brasileira e a constituição de núcleos coloniais compostos por diversos povos, sendo parcela deles colonos nacionais.

O conjunto dessas medidas será objeto de uma análise mais extensa no próximo capítulo. Por enquanto cabe ressaltar que tais preocupações se traduziram num esquema classificatório a partir do qual se visava selecionar o tipo de imigração segundo a disponibilidade do povo imigrado à diluição de sua unidade física e cultural no "meio nacional".

³³ Cf. Bomeny, G, et alli (1990).

³⁴ Cf. Hobsbawm (1988, cap.6) e Bomeny (op. cit.) acerca das propostas de nacionalização do ensino e disseminação da língua portuguesa entre os imigrantes alemães.

Um segundo critério fundamental de classificação quanto aos riscos e benefícios da imigração é o do grau de eugenia dos povos imigrados. Como já visto no primeiro capítulo, a noção de eugenia referia-se ao grau de proximidade do povo imigrado ao tipo branco europeu.

Como já visto no primeiro capítulo, a imigração era interpretada, ela mesma, como um instrumento de **regeneração da raça**, na medida em que visava o aumento da proporção de sangue branco no povo brasileiro. Partindo desse pressuposto é que Pindaro Annes, agricultor de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, responde ao inquérito afirmando a necessidade da imigração de **"..raça branca, escolhida para atender o importante assunto do estabelecimento de um tipo racial mais puro e homogêneo para o brasileiro."(pg.263)**

Duas formulações importantes estão presentes nessa afirmação. De um lado, se é verdade que o tipo racial do povo brasileiro é o mestiço - o qual, em última instância fundamenta a própria unidade nacional -, esse tipo misto poderia se tornar progressivamente mais puro pelo incremento de sua porção de sangue branco; e por outro lado, supunha-se igualmente que a mistura dos povos racial, cultural e socialmente diferenciados que compunham o povo brasileiro deveria progressivamente dar lugar a um "todo homogêneo" por meio da difusão de um **sangue\cultura europeus** trazidos pelo imigrante branco. Daí que o presidente da Sociedade Mineira de Agricultura seja **"...favorável à imigração, pela conveniência da inoculação de sangue homogêneo e de boa afinidade com o nosso, na torrente sangüínea da raça patricia" (p.338)**

Em oposição a essa função eugénica do imigrante europeu, o "medo branco" partilhado pelos ex-proprietários de escravos desenhava um conjunto de imigrações consideradas negativas exatamente por representarem a possibilidade de maximização do número e da cultura - ou falta de, nas representações de época - das "raças inferiores" que compunham ou viriam a compor o povo brasileiro. Maximização essa que, segundo vimos no primeiro capítulo, punha em risco aquela hierarquia social que construída ao longo do processo de conquista nos termos de uma hierarquia entre populações, e que a República se esforçava por preservar.

Uma vez que esse processo já foi analisado de forma mais detida no primeiro capítulo³⁵, passaremos agora ao terceiro elemento daquele quadro de classificação dos tipos desejáveis e indesejáveis de imigração para o Brasil, o do grau de **civilização** dos povos imigrados.

As representações de presença ou ausência de **civilização** foram usadas como critério de avaliação de uma gama de hábitos culturais, reais ou imaginários, associados aos povos imigrados, hábitos esses que vão da religiosidade à higiene. Na verdade, o núcleo das representações do que era um povo civilizado passava por dois elementos fundamentais: de um lado, pela importância internacional do país de origem do imigrante - importância que, naquele momento, remetia mais do que nunca à posição ocupada pelas diversas nações em meio à partilha imperialista; e de outro, pela associação entre povo imigrado e a existência de uma disciplina para o trabalho, da posse de técnicas de produção, da higiene na organização da casa e da produção, e do respeito às leis.

No primeiro caso, encontramos um dos principais argumentos acionados em defesa da imigração japonesa, principalmente no que toca à sua dissociação da figura do **chinês**. Trata-se do papel de destaque que o Japão assume no cenário europeu, notadamente a partir da guerra sino-russa. É o que nos mostra a seguinte afirmação do secretário geral da SNA, Heitor Beltrão:

"Da leitura das respostas a propósito da imigração amarela, uma observação desde logo impõe-se: os participantes do inquérito, ao se referirem à raça amarela, têm em mente, quase sempre, o japonês, o que é natural, dada a relevância internacional do Japão.."(p.24)

E no mesmo sentido, temos essa outra formulação do deputado Antonio Americano do Brasil: "A importância política de certos países de raça amarela indica que essa imigração deve ser limitada anualmente mas não proibida." (p.73)

É essa "relevância internacional" que permite minorar o peso da argumentação eugênica que qualifica de forma negativa a raça amarela, ou mesmo superestimar essa argumentação ao tratar da imigração de certos povos brancos, como no caso da imigração alemã, sobre a qual se crê não só a contribuição de sangue branco mas também a de uma civilização altamente desenvolvida, principalmente no que tange à disciplina de trabalho.

³⁵ Cf. infra capítulo 1, seção 3.

Nesse segundo caso, o conjunto de atributos civilizatórios relacionados ao imigrante branco foram positivamente avaliados na medida em que se relacionava a uma função básica que aquelas elites agrárias conferiam em suas representações à imigração de um modo geral: a de educar e civilizar o nacional. Em outras palavras, pensava-se no imigrante branco como agente/instrumento difusor entre os "trabalhadores nacionais" de uma "civilização" cujos conteúdos eram a disciplina, a produtividade, a higiene, o respeito às leis e à propriedade. E essa função seria realizada por meio do que poderíamos chamar uma **pedagogia do exemplo**, como nos mostra o secretário de Agricultura do Espírito Santo, Djalma Eloy Hees:

"Sou muito favorável à imigração estrangeira. Estes colonos, em cada ato de sua vida, fornecem ao nacional um exemplo aproveitável: introdução de uma agricultura racional, economia doméstica, higiene, instrução, etc.." (p.334)

Posição compartilhada pelo secretário de Agricultura e Obras Públicas do Rio Grande do Norte, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho:

"Demais, e essa é uma das razões mais ponderáveis para justificar a imigração européia ao Brasil, o imigrante dessa natureza é, em regra, homem ou mulher, um indivíduo pelo menos tecnicamente, mais aparelhado que o trabalhador nacional... Servirão, assim, no país, como elementos educadores." (p.335)

As representações do grau de civilização dos povos imigrados funcionaram desse modo como eixo classificatório da positividade ou negatividade dos tipos de imigração.

Esse eixo não definia tão somente a presença ou a ausência de civilização entre os povos imigrados. Mais que isso, ancorado num paradigma evolucionista, o critério funcionava como um gradiente que permitia hierarquizar não só as diferenças entre raças inferiores e superiores, brancos e negros p. ex., mas também as existentes entre povos de uma mesma raça, alemães e portugueses, p. ex. Desse modo, a civilização se combinava às classificações eugênicas como princípio classificatório e permitia hierarquizar não só as raças, mas sobretudo as nacionalidades. Essa combinação esteve presente no questionário da SNA tanto no item que inquiria da preferência entre os povos de raça branca para a imigração como em parte das respostas dadas a essa pergunta.

Em uma dessas respostas, Benedito Marcondes de Moura, agricultor da cidade de Guaratinguetá, São Paulo, afirmou preferir "...o alemão para a indústria; porque é

mais pacato, mais dedicado aos trabalhos industriais e progressista. O italiano é bom elemento na indústria, mas geralmente vem eivado de anarquismo e acha que tem razões para valorizar excessivamente o mérito de seu trabalho."(p.101)

No caso das raças inferiores essa combinação entre hierarquização civilizatória e hierarquização eugenica produziu dois efeitos: de um lado, permitiu estabelecer diferenças entre elas, segundo os diferentes estágios de civilização que tenham alcançado; de outro, maximizou a negatividade de certos povos que reuniam sangue e civilização inferiores. Ao primeiro caso corresponde a seguinte afirmação do presidente da Sociedade Mineira de Agricultura:

"contrários à imigração amarela, por motivos principalmente biológicos e sociais, também o somos ao imigrante negro, de raça ainda mais afastada do branco e menos apta ao progresso que a amarela"(p.339)

No segundo, caso encontramos a definição duplamente negativa dos negros africanos feita pela Associação Rural de Alegrete:

"..é contrário à imigração negra que viria da África, porque viríamos trazer para o Brasil um contingente de população bárbara, num estágio de civilização inferior, sem hábitos regulares de vida rural, desconhecendo os trabalhos agrícolas, e que somente no tempo da escravidão poderiam ser coagidos à força ao sedentarismo nas fazendas e ao trabalho das lavouras (p.94)

Ambas as citações revelam um dado desses discursos que buscamos investigar através do quadro anterior, o de que esses critérios são mobilizados em diversas combinações que permitem avaliar o conjunto de imigrantes classificando-os em diversos tipos de imigração. De forma que, tendo explicitado os critérios isoladamente, retornaremos agora às classificações daquele quadro para examinar as combinações entre os critérios.

3. AS POSSIBILIDADES DE CLASSIFICAÇÃO: A HIERARQUIA NA MISTURA.

Analisemos agora as oito possibilidades de classificação dos imigrantes cujo significado básico era seleccioná-los segundo os critérios usados para representar a produção de *um povo como fruto da mistura racial e cultural*.

Começemos pelo exemplo positivamente extremo:

1) Assimilação (+), Eugenia (+), Civilização (+):

Essa é a possibilidade totalmente positiva. É ela que define a preferência pelo imigrante branco e europeu, isto é, por uma raça e um tipo de civilização específicos. Preferência que se revela na análise que o secretário-geral da SNA fez das respostas à pergunta sobre o povo de raça branca preferido para a imigração ao Brasil:

"..os que responderam, raramente se limitavam a preferir uma só nacionalidade. Alguns não tinham preferência. Todavia, a vitória do italiano foi esmagadora (100 citações). E o alemão (72 citações) ficou colocado em segundo lugar, seguindo-se-lhe o português (64) e o espanhol (30 citações)."(p.40)

Essa citação nos revela, em primeiro lugar, um elemento comum aos três povos de raça branca citados - ou seja, a procedência européia e, em segundo lugar, uma diferenciação entre os três, que nosso quadro sugere se dever às diversas combinações do tipo de civilização e da predisposição específica de cada um dos povos à assimilação, bem como ao peso que o inquirido confere à cada um dos elementos na elaboração de suas representações do "imigrante ideal". Nesse sentido, a definição da preferência por um determinado povo de raça branca implicava necessariamente caracterizá-lo a um só tempo como portador de uma "civilização" - geralmente associada à presença de uma disciplina para o trabalho - e de uma propensão a se deixar assimilar. E como nos mostram as estatísticas produzidas pela SNA para a organização das respostas ao Inquérito, o "italiano" - como representação dos membros do debate - era o povo que melhor se encaixava nessa definição.

Como já vimos, o primeiro elemento a definir na preferência pelos povos de raça branca é **eugenia**. Nas palavras do Lavrador da cidade de Palmeiras, São Paulo, Antonio de Moura e Albuquerque:

"O Italiano que em São Paulo, por exemplo, se cruza com o nacional saindo uma raça forte e bonita."(p.81)

Mais do que simplesmente a eugenia, foi a combinação entre as imagens de disciplina, eugenia e disponibilidade à miscigenação o que definiu a positividade da imigração italiana. Tal combinação aparece claramente na resposta oferecida pela Sociedade Agrícola de Pelotas, na pessoa de seu presidente Olavo Affonso Alves:

"Prefere o italiano, que é, incontestavelmente, o melhor imigrante, pela perfeita e rápida integração, pelos produtos de seu cruzamento, pela sua atividade e pela maior permanência, em nosso meio dos lucros de seu trabalho". (p.274)

Essa preferência declarada pelo italiano explica-se pelo sucesso de sua utilização como trabalhador nas fazendas de café tanto quanto pelo conjunto de imagens produzidas a seu respeito e que definem o italiano como portador de uma raça positiva, porque branca, e de uma cultura aberta à assimilação. Imagens que também aparecem na declaração de preferência pelo imigrante italiano feita pelo juiz de Direito de Itatiba, São Paulo, Mário Guimarães:

"..1º, porque se adapta à lavoura; 2º, porque é laborioso, inteligente e econômico; 3º, porque se assimila com grande facilidade; 4º, porque a Itália não tem nem pode ter objetivos imperialistas"(p.238)

Essa declaração enfatiza aqueles dois atributos acima citados. De um lado, temos a imagem do italiano como portador de hábitos de trabalho e economia, núcleo básico da definição de civilização; e de outro, temos a imagem do imigrante facilmente assimilável por seu temperamento e pela ausência de "objetivos imperialistas". Essa índole propensa à assimilação explicita-se nas palavras de Otavio de Azevedo, advogado e jornalista da cidade de Novo Horizonte, São Paulo:

"A índole ordeira, alegre e boa desses imigrantes se parece com a nossa, principalmente com a dos paulistas. Em poucos anos, esses italianos, em São Paulo, grangeiam todos os nossos hábitos nacionais, participam de todas as nossas alegrias e de todos os nossos pezares". (p.254)

A disponibilidade à assimilação é ainda interpretada por alguns dos inquiridos como fruto de os italianos serem **latinos** como os portugueses - a raça branca formadora de nossa nacionalidade -, prestando-se, assim, mais facilmente à mistura num meio racial e cultural estruturado sob o predomínio de uma raça a ela aparentada. Essa era a visão do intendente de Santa Victoria do Palmar, Rio Grande do Sul, Mario Teixeira de Mello:

"O italiano que é preferível porque, embora vivam em colônias, seus filhos se consideram brasileiros, visto que, latinos como nós, se deixam absorver por um país de sua raça". (p.241)

A imagem de uma "raça latina" apareceu de forma recorrente nas respostas sobre a preferência por italianos, portugueses e, em alguns casos espanhóis. Tal imagem definiu um nexos entre assimilação e civilização, notadamente no discurso dos que defenderam a preferência por imigrantes portugueses. Nesse caso, argumentava-se que os "latinos" eram mais propensos a se deixar assimilar. Nas palavras de Arthur Simas Saraiva, advogado e promotor público de Geremoabo, Bahia:

"..o italiano e o português. São latinos. É, pois, de nossa raça e seus filhos se tornam, de coração, brasileiros. O mesmo não se dá com outros povos, como o inglês e o alemão..".(p.89)

A oposição explicitada entre povos brancos de origem latina e outros, tais como ingleses ou alemães, definiu ainda uma inflexão particular acerca do tema da civilização portuguesa, qual seja a de que à maior predisposição assimilatória se somava a capacidade de funcionar como reforço da unidade física/cultural que se buscava definir como base do Estado Nacional brasileiro, diante do conjunto de populações igualmente brancas mas culturalmente diversas que imigrava para o Brasil. Tal posição já fora classicamente exposta por Sílvio Romero em textos como *O elemento português no Brasil* (1902) ou *O aleanismo no sul do Brasil* (1898). Já no nosso debate, tal posição foi assumida por inquiridos como Gabriel Bandeira de Faria, professor e presidente do círculo do Magistério Noturno Municipal do Rio de Janeiro nos seguintes termos:

"Dentre os povos de raça branca deve-se preferir o português, que tem os mesmos costumes, a mesma língua e a mesma religião que nós e está ligado ao brasileiro por laços históricos indeléveis. Devemos aumentar o movimento imigratório português, que nos defenderá, contra as outras massas de povoamento, como para-choque valioso da nossa unidade e da nossa nacionalidade".(p.157)

Nesta equação entre civilização e assimilação, o segundo tema assume o maior peso dando origem a um tipo de argumento que maximiza a positividade da imigração portuguesa. Vale dizer que os atributos da civilização portuguesa são menos hábitos econômicos, higiênicos ou de disciplina para o trabalho do que o partilhamento de uma língua, costumes e história com a porção branca da população brasileira. Mas, quando o peso dos termos se inverte podemos observar duas especificidades: de um lado declina a preferência pela imigração portuguesa frente a outros tipos de imigração de raça branca; e, de outro, na medida em que se valoriza o tema da civilização, o imigrante alemão assume o primeiro plano.

Prosseguiremos com a análise da primeira dessas duas variáveis observando antes que foi sempre a combinação positiva dos critérios o que possibilitou a definição de qualquer um dos povos apontados como "imigrante ideal" e, no caso português, foi por meio da definição negativa de sua civilização nas respostas ao inquérito que se lhes definiu uma posição inferior no quadro de preferências em confronto com o italiano e o

alemão, o que nos permite introduzir aquela segunda possibilidade classificatória de nosso quadro.

2) Assimilação (+), Eugenia (+), Civilização (-)

Nesta combinação de resultados define-se a crítica àqueles povos portadores de sangue branco, dispostos à assimilação, mas sob os quais pesavam representações negativas sobre sua civilização. E o que se pode observar nas respostas à mostra é que tais representações negativas encontram seu núcleo nas referências a valores e práticas culturais que definem uma ausência de disciplina para o trabalho na lavoura. Um exemplo significativo desse tipo de posição em que pressupõe-se uma importância maior dessa civilização/trabalho na lavoura perante à idéia de assimilação, é a resposta de Joaquim Crissiuma de Toledo, médico assistente do Instituto Vital Brasil no Rio de Janeiro, onde o inquirido faz uma inversão pouco elogiosa do mito das três raças definindo a contribuição portuguesa como sendo a pouca disciplinarização para o trabalho:

"O camponês brasileiro tem os defeitos de origem, isto é o cruzamento de uma raça média, a portuguesa, com duas raças inferiores, a indígena e a negra. Ele tem como todos nós a indisciplina herdada do português, a indolência provinda do índio e do clima e a subserviência originária do negro." (p.159)

A crítica do imigrante português como portador de uma indisciplina envolveu menções recorrentes à representação de uma vocação portuguesa para o comércio, vocação que deveria ser transformada de modo a possibilitar a representação do elemento luso naquela tripla classificação positiva que, segundo vimos, definia o imigrante ideal. E, no entender do médico militar e Deputado Federal por Goiás, Antonio Americano do Brasil, a transformação deveria se dar através da educação:

"O português chega ao Brasil e se faz, não raro, comerciante e fica improdutivo. Mas, pode ser educado de outra forma e será o nosso agente decisivo e definitivo de progresso. Não temos feito isso e precisamos fazê-lo."(p.73)

Conforme assinalamos mais acima, essa ênfase sobre o tema da civilização em detrimento das preocupações com a assimilação teve ainda, como efeito, além do

desprestígio do imigrante português, a valorização do imigrante alemão. Nas palavras do advogado de Passo Fundo, Lacerda de Almeida Junior:

"Precisamos inocular, na nossa raça em elaboração, as virtudes fundamentais da raça germânica, uma vez que já temos, na nossa enfiatura moral e física, os defeitos dos povos latinos. É, em princípio, contrário à imigração portuguesa."(p.222)

Nessas representações positivas, o imigrante alemão aparecia representado como portador de hábitos de disciplina, trabalho e higiene. A resposta de Cyro Pestana, Juiz distrital de São Sebastião do Cahy (RGS) resume alguns dos adjetivos mais comuns com os quais definiu nas respostas do debate o alemão como imigrante preferencial:

"É operoso, disciplinado, ordeiro e extraordinariamente respeitador das leis e autoridades. É uma raça progressiva com alta noção de conforto e higiene.(p.122)

Tais atributos aparecem em muitas respostas associados ao imigrante alemão definindo a civilização trazida por este como a mais adequada ao trabalho na lavoura.

E para que tal posição fosse sustentada eram necessários dois pressupostos: ou se tomava o tema da civilização como elemento primordial de definição do imigrante ideal, reservando às práticas assimilatórias do Estado Brasileiro o papel de fundir o imigrante à nação; ou se definia como positiva a integração do alemão ao país por meio de uma ênfase na idéia de respeito às leis e às autoridades.³⁶

Mas, sempre que o tema da assimilação aparecia como sendo o de maior importância na definição do imigrante ideal, as representações sobre o "alemão" se invertiam apontando aspectos negativos, notadamente o isolacionismo e o enquistamento. O que se verificava aí era a imagem do alemão como portador de um alto grau de civilização em contraponto à sua caracterização como "inassimilável". Como veremos, tal oposição aparecia como particularmente perigosa à nação brasileira. Essa oposição e esses riscos serão objeto de análise na nossa terceira possibilidade classificatória.

³⁶ Segundo Seyferth, um dos elementos presentes na ideologia teuto-brasileira foi justamente a tentativa de definir uma dupla nacionalidade para o imigrante alemão e seus descendentes por meio da manipulação do conceito de cidadania. Vale dizer que, partindo do pressuposto de que o Brasil é um Estado mas não uma nação por não ter unidade racial e cultural entre as populações que o compõem, os ideólogos do Deustchtum argumentavam que esses imigrantes eram cidadãos do Estado Brasileiro, com tudo que isto pressupõe de respeito às leis e lealdade ao Estado, e nacionais da Alemanha. (Seyferth, 1982:50)

3) Assimilação (-), Eugenia (+), Civilização (+)

O elemento central nesta possibilidade é que tal classificação permite hierarquizar os povos brancos a partir dessa oposição entre civilização e assimilação. E o eixo dessa oposição consistiu nos riscos imperialistas a que o Estado Nacional estava submetido, uma vez mantida no Brasil a unidade física e cultural de populações oriundas de potências imperialistas.³⁷ A consequência desse raciocínio foi a preferência por povos brancos que efetivamente se "tornassem brasileiros" pela incorporação da língua, valores, e pela mistura racial.

Como já vimos mais acima, essa ênfase no tema da assimilação gerou argumentos que recomendavam a imigração "latina" em contraponto aos riscos da imigração alemã devidos à sua resistência à assimilação. Essa oposição esteve presente na resposta do jornalista da cidade baiana de São Salvador, João Amado, nos seguintes termos:

"Prefere os povos de raça latina. Cita o exemplo de São Paulo onde se deu verdadeira assimilação dos italianos, pelos brasileiros, sem prejuízo nenhum para a integridade do Brasil. Em Santa Catarina e Paraná, ao contrário, os alemães não se assimilaram, constituindo gravíssimos inconvenientes Cita o próprio Tobias Barreto, cuja cultura germânica não o impediu de ser contrário à imigração alemã. Só deveremos contar com os italianos, os espanhóis, os portugueses, que se tornam verdadeiros brasileiros." (p.187)

Entretanto, mais do que a resistência à assimilação isoladamente é a combinação entre esse elemento e o desenvolvimento da "cultura germânica" o que define o cerne do perigo da imigração alemã. Como nos mostra Seyferth em seu já citado estudo sobre a ideologia dos imigrantes teuto-brasileiros no sul do país, a perspectiva da assimilação como eixo central da política imigratória levou alguns autores (Revoredo, 1934:157) a proporem:

"..o veto à entrada de quaisquer imigrantes intelectuais, portadores de diploma universitário, porque, segundo sua interpretação, constituem uma

³⁷ Essa associação entre imigração alemã e temores de imperialismo é assim explicada por Seyferth: "A concentração de imigrantes de uma mesma origem em núcleos coloniais ... deu margem a numerosas críticas à política imigratória do Império, com especulações acerca dos riscos à integridade nacional decorrentes de tal *enquistamento étnico*, especialmente nas *colônias alemãs*. Essa preocupação com a unidade nacional, associada a questão dos imigrantes alemães, tem a ver também com a expansão imperialista da Alemanha de Guilherme II e com a propaganda pangermanista realizada nas colônias - e o texto de Sílvio Romero (1906) tem um tom particularmente alarmista, alimentado, em grande parte, por especulações acerca dos interesses alemães na América do Sul - o *perigo alemão* - produzidas pelos concorrentes imperialismos inglês, francês e norte-americano. Nesse contexto, obviamente a ênfase brasileira na assimilação dos imigrantes e seus descendentes em geral, e dos alemães em particular, tornou-se uma questão crucial no plano político."(Seyferth, 1990:23 - grifos da autora)

*ameaça ao processo de assimilação, tendo em vista seu papel de divulgadores da cultura e nacionalidade de origem... Nessa perspectiva, a imigração exclusiva de agricultores era defendida sob o argumento da maior utilidade até de **campônios analfabetos**, mais facilmente **diluídos** no processo de assimilação, e menos propensos a criar problemas para a nacionalidade." (Seyferth, 1990:19 - grifos da autora)*

O que esteve em jogo nesse tipo de proposta foi exatamente a preocupação com a possibilidade de que uma cultura muito desenvolvida pudesse servir de eixo à manutenção e ao reforço, por meio de seus divulgadores, de uma identidade própria entre os imigrantes. E tal identidade era representada como uma ameaça à unidade nacional na medida em que era vista como constituindo aquela unidade física e cultural concebida como base dos Estados Nacionais, definindo assim o possibilidade de formação de "Estados dentro do Estado Nacional Brasileiro", vale dizer o fracionamento do território.

Temos aqui o que a autora chamou "o paradoxo da miscigenação", ou seja, de um lado aqueles imigrantes europeus portadores de uma "civilização superior", o caso das representações do imigrante alemão, eram vistos como preferenciais por propiciarem a um só tempo a *regeneração física e a reforma moral do nacional* - por meio da miscigenação e do exemplo, respectivamente. Ambas as tarefas exigiam, contudo, que tais imigrantes se *misturassem* aos nacionais através do casamento e da convivência no trabalho, e a experiência da colonização alemã nos Sul em inícios do período republicano apontou exatamente no sentido oposto. Isso porque, partindo dos mesmos pressupostos de inferioridade do tipo mestiço e de uma posição oposta sobre a idéia de *mistura*, os colonos alemães desenvolveram práticas de manutenção de sua unidade étnica por meio da preservação de formas culturais como a língua e de práticas de endogamia, não correspondendo assim ao papel a eles reservado naqueles discursos sobre a reforma e a *regeneração do nacional*.

E como nos mostra Seyferth (op. cit), a situação das colônias alemãs no sul do país produziu para o Estado republicano uma tensão entre identidade étnica dos grupos teuto-brasileiros e os ideais assimilacionistas dos ideólogos do nacionalismo brasileiro.³⁸

³⁸ Segundo a autora: "Na verdade, o início da era republicana coincidiu com a emancipação política de grande parte das colônias mais antigas - transformadas em municípios - com o início da industrialização em muitas cidades emergentes nas regiões coloniais, com o contato mais intenso entre descendentes de imigrantes e a sociedade brasileira, com as novas aspirações político-econômicas de uma elite e de classes médias rurais e urbanas ascendentes. Além disso, foi o momento de constituição e afirmação das etnicidades - não só pela preservação de alguns costumes e

Foi essa tensão que definiu o enquadramento do imigrante "alemão" naquela possibilidade classificatória que opõe um máximo de civilização a um mínimo de assimilação. E mais, o que tornava particularmente preocupante essa possibilidade era o fato de esse grau de "civilização" ser ele mesmo a base de manutenção de uma identidade étnica contrastiva a uma suposta identidade nacional.

No inquérito da SNA essa tensão teve como principal alvo a questão da unidade lingüística dos imigrantes e seus descendentes como prova de sua inassimilação. Segundo o já citado deputado Antonio Americano do Brasil:

"Quanto a esta última condição, fomos há pouco, testemunhas de fato tristemente instrutivo para corrigir nossos descuidos! Um batalhão de reservistas do Rio Grande do Sul, vindo a São Paulo por ocasião da revolta de 5 de Julho, acampou próximo a um posto médico de que fazíamos parte. Admirando o talhe avantajado e a tez branca da maioria da unidade, levounos a curiosidade a interroga-las. Nenhuma palavra em português... eram riograndenses filhos de alemães, de nacionalidade brasileira, sorteados para o exército que apenas ignoravam a língua de seu país. Falando a um oficial sobre o caso, disse-nos que 30% dos homens desse batalhão não falavam o português: entendia-se com eles por meio de um intérprete." (p.74)

O que podemos perceber nessa resposta é exatamente o contraste entre a imagem do que se esperava ser um dos produtos da mistura entre o nacional e o imigrante da Alemanha - a "tez branca e o talhe avantajado" - e a preservação de uma distintividade cultural expressa na manutenção da língua alemã. Mais perigoso esse contraste se torna quando relacionado ao fato de que ele é apontado dentro do próprio exército nacional, o que significa apontar novamente as preocupações postas pela Primeira Guerra Mundial com a lealdade política das populações imigradas.

Em resumo, esse contraste entre um máximo de *civilização* e um mínimo de *assimilação* definiu uma profunda ambigüidade quanto aos imigrantes alemães, indo da admiração por suas características físicas e culturais - porte e pigmentação, disciplina e higiene -, quando interpretadas como "ingredientes" a adicionar na mistura de que deveria emergir o "tipo nacional", ao temor de que através da manutenção de sua

aspectos das culturas de origem, mas através das escolas, instituições assistenciais, esportivas, culturais, imprensa e literatura. A partir dessa realidade concreta - sociedades diferentes da brasileira, que compartilham a história comum da colonização - foram elaboradas ideologias étnicas que privilegiavam os valores e a cultura de origem, a língua materna, a endogamia e uma identidade específica e distintiva. A valorização do grupo étnico através de uma ideologia que enfatizava a diferença e a separação, entrou em rota de colisão com os ideais assimilacionistas brasileiros referidos anteriormente. Ao pluralismo pretendido por grupos étnicos se opunha o ideal de homogeneidade nacional, a ser alcançado pela assimilação e miscigenação."(Seyferth, 1990:25)

distintividade cultural essas mesmas características conferissem a tais grupos imigrantes uma capacidade maior de resistir à influência assimilatória do meio social e das políticas estatais, traduzindo-se ainda num exemplo para outros grupos imigrados.

Esse temor, de que a posse de uma cultura com C maiúsculo pudesse servir de base a um *fracionamento da unidade política do Estado Brasileiro* - notadamente de seu território - nos permite vislumbrar um outro tipo de imigrante que corresponderia àquela possibilidade classificatória de civilização (+) e assimilação (-), qual seja aquele que *é representado como uma ameaça à ordem política sobre a qual repousa o Estado Nacional*. Sob essa rubrica encontravam-se os *anarquistas, os socialistas, e os bolcheviques*.

É importante assinalar que entre os participantes do inquérito, a periculosidade de tais elementos parece advir menos da possibilidade real de uma revolução proletária do que do fato de concretizarem a um temor acerca daquilo que foi uma verdadeira obsessão da elite republicana de um modo geral - *a manutenção da ordem* - identificando em tais elementos uma entre as hipóteses de ruptura dessa ordem.

Um bom exemplo da passagem do elogio ao imigrante europeu pela cultura que carrega - suas técnicas - ao temor de que entre os elementos dessa cultura estejam idéias anarquistas que configurem tais imigrantes como criminosos, do ponto de vista da ordem pública, é a resposta do secretário de Agricultura e Obras Públicas do Rio Grande do Norte, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho:

"Demais, e esta é uma das razões mais ponderáveis para justificar a imigração européia ao Brasil, o imigrante desta natureza é, em regra, homem ou mulher, um indivíduo pelo menos tecnicamente, mais aparelhado que o trabalhador nacional... Servirão, assim, no país, como elementos educadores. É claro que eu quero me referir somente ao imigrante que nos convêm. Não nos convêm o enxurro do velho mundo, os elementos trabalhadores por idéias anárquicas, que saem de suas pátrias batidos pela repressão e ameaça de punição a que fizeram juz." (p.336)

E o que agruparia indivíduos de correntes programáticas tão diferentes entre si como os *anarquistas, comunistas, socialistas, ateus e democratas* na representação dos inquiridos seria justamente a insatisfação desses indivíduos com a ordem vigente e o conseqüente desejo de "reforma social". Segundo o advogado de Uberabinha, Minas, J. Rodrigues Valle:

"Entre os estrangeiros que imigram, há numerosos descontentes com a atual organização da sociedade, os quais só pensam em fazer triunfar seus sonhos de reforma social... deve-se impedir a entrada de imigrantes no Brasil para obstar as degenerações democráticas geradas no estrangeiro" (p.180)

Esses indivíduos podem ser considerados "inadaptados" - nas palavras de um dos participantes do inquérito - na medida em que realizam um tipo de *inassimilação* inversa àquela representada no imigrante "alemão". Essa inversão diz respeito ao fato de os imigrantes alemães terem sido representados, negativamente, pela recusa à mistura física e o abandono de seus traços culturais distintivos. Mas, de outro ângulo, eram vistos positivamente como disciplinados e obedientes à lei - exemplo que devem dar ao nacional.

Já os "anarquistas de toda a espécie" são representados como inassimilados na medida em que, ao contrário do "alemão", se misturam ao nacional, mas apenas com o objetivo de difundir uma posição que consiste em não partilhar e não reconhecer um conjunto de crenças sobre as quais se baseia a autoridade e a legitimidade do Estado brasileiro. Tais indivíduos, portanto, deveriam ser cuidadosamente evitados ao selecionar-se os possíveis imigrantes. Essa era a posição do engenheiro municipal de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, Otacilio Ribas Vieira:

"Os agentes de imigração devem ser brasileiros e devem evitar a vinda do imigrante com tendência ao socialismo exagerado, que nada mais é que a porta de entrada ao bolchevismo, comunismo, etc... Evitem-se também os ateus, os fatalistas, os deterministas, todos nocivos à moral e à segurança da Pátria. Acolham-se, porém os socialistas cristãos, porque admitem o princípio de um criador, o respeito e obediência às autoridades, legalmente constituídas e o auxílio mútuo ou recíproco entre os cidadãos." (p.250)

Na representação do inquirido se revela o alcance da inassimilação de tais elementos, pois esses imigrantes carregam doutrinas - atributo de quem tem civilização - que, mais do que simplesmente resistir à assimilação, atingem a própria ordem moral sobre a qual se baseia a autoridade política do Estado Brasileiro, representando, assim, uma "inadaptação" à existência mesma de uma ordem política marcada pela assimetria das relações entre mão de obra e grandes proprietários. Assimetria presente nas preocupações com o "greivismo" de tais imigrantes, sua inadaptação à autoridade do patrão e sua mobilidade, expressas pelo lavrador de Ribeirão Preto, Mucio Whitacker:

"O italiano da Alta Itália é absolutamente superior aos imigrantes de outras procedências. É constante, não está contaminado pelo bolchevismo, é

apegado à terra, concorda em ter patrão e só abandona a fazenda depois de forte pecúlio." (p.244)

Por fim, entre as possibilidades classificatórias em que o quesito eugenia é positivo - isto é, em que se trata de imigração branca -, nos restaria analisar uma quarta possibilidade, qual seja:

4) Assimilação (-), Eugenia (+), Civilização (-)

Essa é uma possibilidade residual no debate, todavia é possível identificar uma forte rejeição àqueles imigrantes fenotipicamente brancos mas representados como possuindo uma civilização ligada ao comércio, ao jogo e à especulação. Tal era a posição do médico e fazendeiro de Monte Santo, Bahia, Antonio Pereira Lima:

"Defende a proibição à entrada de mulsulmanos(sic) e sírios (turcos), armênios e bohemios; que não se entregam à lavoura, preferindo ser comerciantes, ciganos e cartomantes, etc.." (p.83)

A inassimilação de tais imigrantes derivava-se, nessas representações, de sua inadaptação para o trabalho na lavoura e do fato de não se misturarem ao nacional senão com objetivos desonestos. Segundo o lavrador de Campina Grande, Paraíba, Francisco de Oliveira, era necessário...

"..Proibir a entrada de imigrantes que venham explorar o comércio a retalho, como árabes, syrios, turcos, gregos e russos, porque nenhum desses vem produzir, mas especular. São desonestos, desobedecendo os preconceitos de suas próprias religiões. Obtida a fortuna rumam para sua terra. Se se casam, é para ter uma mulher que trabalhe para eles e, voltando para sua terra, se acaso levam a mulher, a abandonam ali."(p.149)

Encerrada a análise sobre essas variações em torno das possibilidades de imigração eugenica, passaremos agora às alternativas que envolvem a imigração de não-brancos. Iniciaremos a análise enfocando a possibilidade mais negativa de imigração:

5) Assimilação (-), Eugenia (-), Civilização (-)

Essa possibilidade enquadra aqueles povos não-brancos sobre os quais recaiam representações de ausência ou decadência de civilização, e também da presença de costumes, língua e comportamentos que dificultavam a *mistura* com o nacional. Como nos mostra Seyferth, desde a segunda metade do século passado esse era o tipo de argumento que se mobilizava contra a possibilidade de imigração chinesa para São

Paulo. Nessas representações, o imigrante chinês era visto como exemplar de uma civilização decadente, portador de hábitos viciados, inútil para o trabalho e infenso à assimilação.

Já no debate, o tema do imigrante chinês não aparece senão como um fantasma pairando sobre a imigração japonesa e seus defensores que se esforçaram por dissociar os dois tipos de imigrantes ainda que nas respostas ao inquérito essas representações poucas vezes tenham chegado a se confundir. Na maioria das vezes havia clareza em identificar especificamente o japonês nas respostas sobre a conveniência da imigração amarela. Todavia, quando as representações se confundiam produziam-se as visões mais negativas sobre o japonês. Foi assim que o professor Benedicto Edelberto de Goés, de Coary, Amazonas, quando indagado a respeito daquela imigração se posicionou

"..contrário à imigração amarela porque os indivíduos dessa raça são indolentes e dados ao vício de inebriantes"(p.99)

No mesmo sentido, porém de forma mais sofisticada, João de Faria, deputado federal por São Paulo e relator do projeto de Fidélis Reis afirmava:

"Imigrante caro, devido à distância de seu país natal, o japonês não agradou o fazendeiro paulista. A sua língua nos é incompreensível, os costumes são muito diferentes dos nossos, com um aspecto físico pouco atraente, dotado de uma moral que a nosso ver, é extranhavel e se caracteriza pela falta de cumprimento de seus contratos, o colono japonês, em regra, quando recebe o pagamento, deserta em massa da fazenda durante a noite. O fazendeiro desconfiou logo desse colono, porque ele não se arranjava convenientemente a sua casa, dormia no chão, com agasalhos de ínfima ordem ... e o banho era tomado em comum, entre homens e mulheres, atirando água uns sobre os outros, de modo que a casa já sem higiene, ficava em petição de miséria."(p.462)

Temos aí os temas da inassimilação - presente na afirmação de que tais imigrantes possuem uma moral que se caracteriza pelo "não cumprimento de seus contratos", caracterizando uma "inadaptação" à própria lógica que preside a importação de imigrantes pela lavoura cafeeira -, da eugenia - o "aspecto físico pouco atraente" - e civilização - a ausência de hábitos de higiene e de conforto, descrita nas palavras de um dos inquiridos como "ausência de hábitos de raça refinada"(p.87). Esses temas permitem aos adversários da imigração japonesa produzirem de tal imigrante uma visão triplamente negativa tomando-o como o exato inverso do imigrante ideal.

Na contramão dessas posições os defensores da imigração japonesa buscaram construir uma representação positiva de tais imigrantes invertendo as posições acima

sobre os temas da civilização, mas principalmente da assimilação. Tais inversões mobilizadas em defesa da imigração japonesa podem, pois, ser analisadas a partir daquela nossa sexta possibilidade classificatória.

6) Assimilação (+), Eugenia (-), Civilização (+)

Essa combinação resume a argumentação básica dos defensores da imigração japonesa. Tais defensores apontavam no japonês a combinação entre uma civilização bastante desenvolvida e um grande esforço de sua parte em se adaptar. Combinação essa de tal modo positiva e necessária ao Brasil que o Japonês, em que pese portar um sangue pouco eugênico, constituía-se num tipo de imigrante altamente recomendável. Nesses argumentos, a positividade de sua civilização foi construída por meio de uma ênfase na sua disciplina para o trabalho, e a defesa de sua predisposição a se deixar assimilar - argumentação obviamente mais difícil que a primeira - se deu por meio da representação do "japonês" como um tipo ordeiro e respeitador das leis e das autoridades. Esse padrão de defesa se expressa de modo cristalino na posição adotada pelo Prefeito da cidade de Antonina, Paraná, João Ribeiro da Fonseca:

"Embora o ideal seja a arianização de nossa raça, o japonês é o tipo do trabalhador ideal, pelo espírito de ordem, de iniciativa, de capacidade e de disciplina. Não acredito no chamado "perigo amarelo" dadas as qualidades de ordem e respeito do japonês, que acatam as leis e as autoridades locais, jamais as incomodando, de modo que as estatísticas policiais só raramente registram um japonês envolvido, mesmo em simples casos correcionais. Ele é assimilável se não o deixamos isolado. Concorda em que do ponto de vista estético, seja elemento que não satisfaça: mas suas grandes qualidades sobrelevam esse defeito e ele nos dá aquilo de que mais necessitamos: o esforço produtivo admirável." (p.198)

A citação resume alguns dos principais argumentos do discurso pró-japoneses que podemos encontrar no debate. Assim, à imagem do amarelo como não tendo "hábitos de raça refinada" o inquirido opõe a do trabalhador organizado, com espírito de iniciativa, disciplinado e capaz. E à crença no "perigo amarelo" - expressão que identifica os temores acerca de possíveis pretensões imperialistas sobre o Brasil - o autor contrapõe a representação do tipo ordeiro, de tal modo adaptado à autoridade - tanto do Estado Nacional Brasileiro, na forma de suas leis quanto à do padrão no trabalho da lavoura - que não se lhe registram prisões e sequer inquéritos.

A mesma visão, ampliada e aprofundada aparece na resposta de Antonio Carlos Simões da Silva, etnógrafo e membro da Sociedade Nacional de Geografia. Mais além o autor procura combinar as qualidades de civilização e assimilação do tipo japonês de forma a elevar ao máximo a positividade da imigração japonesa. Em sua resposta ao inquérito ele afirma que..

"..Sob o ponto de vista de sua capacidade intelectual são de grande descortino e inteligência e, como tal, basta conhecer-se que esses colonos, em suas horas vagas, estão sempre com seus livros a instruir-se e aprendem em pouco tempo o português, para mais facilmente viverem no país que escolheram para centro de sua atividade". (p.76)

Temos aí quase que a representação perfeita do imigrante ideal posto que coloca todas as virtudes de sua civilização, a inteligência e a disciplina, à serviço daquele que é visto como um dos principais elementos da assimilação: o domínio e o uso da língua portuguesa, a um só tempo marca de inserção na cultura brasileira e meio básico de *mistura* ao nacional. A representação do imigrante ideal somente não se completa por conta do sangue pouco eugênico. Mas até mesmo esse "senão" foi enfrentado por alguns inquiridos por meio de uma relativização da imagem que definia o imigrante japonês como eugênicamente inassimilável. Tratava-se aí de completar aquela tripla inversão - o japonês como eugênico, assimilável e civilizado - que permitiria o enquadramento desse imigrante na possibilidade classificatória que definia o imigrante ideal.

Essa inversão do tema da eugenia foi feita negando-se a suposição corrente de que, por ser raça muito distante da nossa, o cruzamento da raça amarela com o tipo nacional - leia-se mestiço - daria origem a "*produtos*" doentes. Respostas como a do "coronel, criador, comerciante e industrial" em Guaratinguetá, São Paulo, Nilo Gomes Jardim rejeitaram tal suposição ao afirmar que "*..no fim das contas a procedência de raça é a mesma de nossos selvícolas.*"(p.248)

Mas, essa posição tão positiva não era partilhada pelo conjunto dos defensores da imigração japonesa. A grande maioria estava pronta a, pelo menos, reconhecer que tal imigração era eugênicamente questionável e, mesmo quanto à assimilação, exigia alguma medidas específicas. Da mesma forma, as principais críticas a esse tipo de imigrante nunca chegavam a enquadrá-lo naquela classificação triplamente negativa que tradicionalmente tinha por objeto o imigrante chinês. Ao contrário, o núcleo dessas críticas consistia na representação do japonês como portador de uma outra combinação

particularmente preocupante, a de um mínimo de assimilação e eugenia associadas a um máximo de civilização. É essa combinação que pretendemos estudar em nossa sétima possibilidade classificatória.

7) Assimilação (-), Eugenia (-), Civilização (+)

Como vimos na análise das representações negativas sobre o imigrante "alemão", essa combinação específica entre assimilação e civilização funciona como a base sobre a qual estruturam-se os temores de que tais imigrantes estivessem vinculados a práticas imperialistas ou pudessem, no futuro, nutrir desejos separatistas. Tais temores derivam-se do fato de que um alto grau de civilização e cultura, quando associado à práticas isolacionistas, tem por efeito fornecer meios mais eficazes de reforço das identidades étnicas das populações imigradas. Reforço esse que é associado ao imperialismo e ao separatismo na medida da vigência daquelas concepções que, como vimos mais acima, derivam os *Estados Nacionais de uma prévia unidade física e cultural dos povos que os formam*.

São essas representações que definem a preocupação com o chamado "perigo amarelo", expressão que definia a imagem de uma imigração articulada para estratégias de expansão da influência japonesa sobre o Brasil, e que atravessaram toda a discussão feita nas décadas de 20 e 30 sobre as conveniências desse tipo de imigração. Esses temores ficam claros na resposta do médico e lavrador de Ribeirão Preto, João Lobato Perdigão:

"Bastaria o exemplo da América do Norte para que ninguém mais sequer cogitasse da imigração japonesa. É um assombro a curiosa organização das levas de imigrantes que vêm do Japão. Maltrapilhos, sujos, tais quais seus companheiros, vêm engenheiros, advogados e diversos técnicos. Até nos ginásios do Estado, lá estão eles, estudando nossos recursos, hábitos, etc. Conhecemos um desses no ginásio de Campinas, rapaz inteligentíssimo, que já fez estudos no seu país, e dizem que é auxiliado pelo seu consulado"
(p.194)

A citação revela as representações em jogo e suas combinações. Podemos observar o medo do laço entre civilização - a "assombrosa organização das levas de imigrantes" e seus membros "inteligentíssimos" - e imperialismo - o "estudo de nossos recursos e hábitos" e as ligações com o consulado.

Em que pese esse vínculo determinado entre civilização e assimilação ter motivado suspeitas de Imperialismo tanto entre "japoneses" quanto entre "alemães", a tripla combinação classificatória que incidiu sobre os primeiros definiu ainda uma diferença fundamental em relação aos temores que alcançavam a imigração alemã. Essa diferença diz respeito ao tema da **eugenia**. Além do perigo político que representava - por ameaçar a unidade e soberania do Estado nacional - , a imigração japonesa era vista como ameaça à unidade cultural e racial de que deveria emergir o "tipo único brasileiro". Unidade essa a ser obtida através de um processo de *mistura* física e cultural que tinha o sangue branco e a cultura européia como ingredientes fundamentais. Na definição de Darcy Azambuja, lavrador no Rio Grande do Sul:

"A raça amarela tem constituição mental, tradições, costumes, tendências e aspirações tão arraigadas e diferentes das nossas que nunca se integrariam na massa da nacionalidade brasileira e, antes, prolongariam, indefinidamente, o caos etnológico em que nos debatemos. A colonização amarela formaria aqui, o quisto social que formam os negros na América do Norte." (p. 124)

Podemos observar como o inquirido crê que a própria distância física e cultural dessas populações em relação ao tipo europeu seria o suficiente para tornar a mistura impossível, produzindo "quistos" raciais tais como os negros no Estados Unidos. Essa citação aponta ainda para uma representação central no período, a de que o "problema racial americano" se deve à não mistura dos negros na massa da população americana. Isso nos leva a supor que, quando tem por objeto o "alemão", o tema da inassimilação das populações imigradas leva a um temor por práticas imperialistas, e já quando o objeto desse temor é uma das chamadas "raças inferiores" - ou, em outros termos, pouco eugênica - soma-se aquele temor de imperialismo um outro temor que diz respeito a definição de um "quisto racial" nos moldes dos negros nos EUA. Em relação aos imigrantes classificados duplamente como negativamente eugênicos e negativamente assimiláveis, os temores de inassimilação dizem respeito tanto ao medo do Imperialismo quanto ao predomínio da idéia de mistura como chave, a um só tempo, da construção da nacionalidade e da solução do "problema racial brasileiro".

Essa dupla negatividade gera, assim, respostas como a de João de Carvalho, prefeito de Tambanhau, São Paulo, na qual ele revela o temor de que essa inassimilação,

mantida através da diferença cultural, pudesse gerar um predomínio numérico futuro das raças inferiores:

"São nossos antípodas os japoneses; diferentes em raça, na língua, na religião e nos costumes e até nos artefatos que fazem. São muito prolíferos e espalham-se e dominam por seus descendentes, modificando costumes, sem melhorá-los." (p.190)

Ou, assumindo uma forma mais recorrente, nos termos da resposta do vice-presidente do Sindicato Agrícola de Blumenau, Ernesto Baumann, em que esse associa os temas da "formação da raça" e da impossibilidade de assimilar imigrantes que, além de muito diferentes em seus costumes, não correspondem às expectativas dos grandes proprietários:

"É indesejável a imigração amarela tanto do ponto de vista etnológico e econômico. Nossa raça em formação não precisa desses elementos inassimiláveis que não pensam em ser colonos, que não tem amor ao solo que os nutre, e só desejam fazer economias a todo o custo para, mais tarde, voltar à pátria." (p.139)

Podemos observar ainda que, se a inassimilação, por conta da diferença cultural, de imigrantes eugênicos como os "alemães", associada ao seu alto padrão cultural geram preocupações com a ruptura da soberania do Estado nacional brasileiro, os mesmos temas da inassimilação e da civilização quando reunidos numa raça pouco eugênica definem, além daquelas, outras preocupações, que dizem respeito não só à ruptura da soberania do Estado Nacional mas também à *autoridade* do grande proprietário.

Preocupação expressa na seguinte resposta de Mucio Whitacker, lavrador de Ribeirão Preto, São Paulo:

"O amarelo é pouco constante e muito grevista, não se adapta ao trabalho por locação, não gosta de patrão, não procura aprender nossa língua e geralmente nem completa o primeiro ano de contrato. São os amarelos muito unidos, criando aos fazendeiros dificuldades para punir um rebelde." (p.244)

Aquela tríplice classificação se impõe como ameaça à estrutura autoritária sobre a qual se construiu a relação entre raças diferentes no próprio domínio da lavoura, na medida em que sua unidade cultural é a condição de resistência desse imigrante ao domínio do grande proprietário, como testemunha a citação acima. Essa ameaça associou à imagem do "japonês" uma aura de violência e agressividade que põe em risco as leis e a hierarquia racial que sustentam autoridades locais tais como o juiz de Direito de Atibaia, São Paulo, Arthur Moreira de Almeida, que alertava:

"Embora os japoneses pareçam bons trabalhadores não se adaptam ao nosso meio; vivem em colônias, isolados dos nossos; têm costume, língua e religiões diferentes dos nossos e não têm apego ao solo que cultivam. Tiram seu proveito da terra, mandando, porém, o produto do seu labor para o seu país de origem. Além disso, são agressivos. Na zona Noroeste, em São Paulo, onde existe bom número de japoneses, tem-se registrado fatos, que demonstram a falta de sentimento de piedade e probidade. É assim que tomam terras de pequenos sitiantes, empregam a vindita, nos caso de sofrerem ataque ou agressão."(p.87)

Além dos "japoneses", um outro grupo de possíveis imigrantes não só se enquadra naquela tripla classificação como conhece uma rejeição bem mais profunda e violenta. *Trata-se dos imigrantes negros vindos da América do Norte.*

Cabe recordar que o projeto de Fidélis Reis cuja discussão na Câmara motivou a realização do inquérito da SNA deveu-se ele mesmo a uma reelaboração de um projeto que fora apresentado por Cincinato Braga e Andrade Bezerra, em 1921, e que teve por motivação básica a circulação de informações em jornais da época acerca de concessões de terras à colonização, feitas pelo Governador de Mato Grosso a grupos norte-americanos, que serviriam à imigração de negros americanos.

Em que pese o fato de, imediatamente à circulação dessa suposta notícia, o governador do Estado ter cancelado as concessões, os jornais da época continuaram a espalhar o "alarme", com o tema sendo reapresentado, em 23, pelo projeto de Fidélis Reis.

Segundo Skidmore (1976:213), esse alarme assumiu alguns contornos bem definidos. O deputado Fidélis Reis chegou a falar de um plano arquitetado pelos americanos para se "livrar de sua população negra" (Anais da Câmara, 1923, vol.14:380) como meio de resolver sua "questão racial". A discussão do projeto e do tema ganhou ainda maior profundidade com as contribuições de Oliveira Vianna e Afrânio Peixoto que, consultados por Fidélis Reis, analisaram e defenderam seu projeto.

Vianna encarava tal imigração como um "perigo político" para o Brasil e afirmava:

*"... esses, que nos ameaçam vir da América, se acham modelados por **uma civilização superior, falando uma língua própria e tendo um sentimento de altivez e agressividade**, natural no meio em que vivem e que não possuíam os africanos que para cá vieram, em outros tempos da Costa da África. Esses pela **inferioridade de sua civilização, fundiram-se com os brancos superiores**; quem nos dirá que façam o mesmo os negros americanos? Mas*

se conservarem infusíveis, nesse caso teremos mais um perigo político a nos ensombrar os destinos. Se se fundirem, nesse caso teremos aumentado a massa informe de mestiçagem inferior que tanto retarda nosso progresso"
(Anais da Câmara, 1923, vol.14; 1923:380 - grifos nossos)

Temos aqui, claramente exposto, o enquadramento do negro americano nos termos daquela possibilidade classificatória que combina um mínimo de eugenia de assimilação a um máximo de civilização. Combinação explosiva na medida em que maximiza os riscos de uma ameaça à ordem. Senão vejamos, quando tratamos do enquadramento que definia a imigração alemã como eugênica, civilizada e inassimilável, podemos perceber a definição, a partir da oposição entre um máximo de civilização e um mínimo de assimilação, de temores acerca de práticas imperialistas e/ou separatistas. Quando essa mesma oposição se somou ao enquadramento do "japonês" como um povo racialmente inferior, testemunhamos o aparecimento de um duplo temor: de um lado, o risco daquelas práticas imperialistas, expressas na idéia de tutela/ligação do governo japonês com seus imigrantes; e, de outro lado, a preocupação com a ruptura dos esquemas de autoridade que tradicionalmente informaram a relação, a um só tempo, dos proprietários com os colonos e dos membros das raças inferiores com os representantes daquelas superiores.

E quando nos deparamos com as classificações que envolvem a imigração de negros americanos vemos delinear-se, mais que tudo, aquele segundo temor que recobria a imigração japonesa. Temia-se que estes imigrantes "modelados por uma civilização superior, falando uma língua própria e tendo um sentimento de altivez e agressividade, natural no meio em que vivem..", pudessem por em risco os esquemas tradicionais de hierarquia racial definidos pelo processo de *conquista* de que era fruto não só o Estado Brasileiro mas também o sistema da grande propriedade.

Correndo risco de situar o problema de modo um tanto esquemático poderíamos dizer que as representações acerca da imigração alemã definem o temor de uma quebra de soberania do Estado Nacional diante de um conjunto de nações concorrentes, ao passo que as representações acerca do negro americano definem o perigo de uma quebra da própria hierarquia sobre a qual se constituiu a sociedade brasileira.

Nesse sentido é que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, por meio de seu presidente General Moreira Guimarães, responde ao inquérito da SNA afirmando que:

*"Deve ser cauteloso o processo seletivo de modo que se evite a entrada de qualquer grupo étnico de raça negra consubstanciando uma **mentalidade perturbadora dos interesses nacionais** e que não se altere profundamente o equilíbrio dinâmico das percentagens dos componentes atuais da futura raça brasileira." (p.278 - grifos nossos)*

A resposta expõe duas faces desse temor: a idéia de que os negros americanos traziam um tipo especial de inassimilação que consistia no chamado "o ódio de raças" - diga-se de passagem que o racismo carregado por alguns grupos de imigrantes alemães, em que pese ter sido condenado nunca recebeu essa mesma classificação -, e que a vinda deles poderia alterar uma determinada correlação de forças expressa na fórmula "equilíbrio dinâmico das percentagens dos componentes da raça brasileira".

A primeira das faces poderia ainda se subdividir, assinalando, de um lado, o temor de que se atualizassem no Brasil conflitos raciais como aqueles vividos nos EUA. Esse foi o temor do médico e Diretor Geral do Serviço de Estatística do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho:

"É contrário à imigração de negros porque viria a perturbar o processo de fusão das raças que aqui se vai operando. Seria andar para trás e transplantar para o Brasil o problema racial que os EUA, apesar de seu espírito prático não conseguiram até hoje resolver."(p.214)

Ou ainda nas palavras do já citado, Antônio Americano do Brasil:

"Já não teríamos para a lavoura as gentes simples, que foram os primitivos africanos da escravatura, facilmente identificando-se com a terra. Os negros de hoje viriam dos Estados Unidos, de São Salvador, de Barbados, elementos cheios de defeitos, carregando o ódio ao branco que os tem perseguido, possuindo apurados vícios que não tiveram os antigos escravos.(p.73)

Citações que definem uma parcela dos temores em relação à imigração negra, notadamente a preocupação com a guerra civil que atingiu os EUA e com as lutas anti-escravistas ocorridas em Barbados e São Salvador.

Por outro lado, as respostas ao questionário revelam também o temor que esse ódio racial, enquanto padrão de relação com a hierarquia racial, pudesse servir de exemplo aos outros contingentes negros que compunham a população brasileira, produzindo uma ruptura a um só tempo daquela hierarquia racial e do processo de *mistura* sobre o qual se definia a unidade política da Nação. Tal temor se expressa na seguinte declaração do professor e Presidente do Círculo do Magistério Noturno Municipal no Rio de Janeiro, Gabriel Bandeira de Faria:

*"Os negros são inferiores aos amarelos. Fiquemos apenas com os nossos homens de cor, os quais são honestos, dignos, honrados, ótimos cidadãos, magníficos trabalhadores e parte **integrante da nossa nacionalidade. Não procuremos confundi-los nem corrompê-los com os produtos estranhos e maléficos, perniciosos, exóticos, originários da África ou mesmo dos Estados Unidos.**"(p.157 - grifos nossos)*

Trata-se aqui de opor o "ódio racial" dos negros americanos à perfeita integração do negro brasileiro à nacionalidade, tal como faz o secretário-geral da SNA Heitor Beltrão:

"Aliás, conforme se pode ver dos resumos contidos nas fichas individuais, nem todos são fundamentalmente adversos à raça negra; quase todos elogiam os brasileiros desta raça e exprimem sua gratidão aos serviços por esses prestados à pátria, expressando, outrossim, freqüente alusão à integração da mesma em nossa nacionalidade, o que faz desaparecer aqui o problema, que tão visceralmente preocupa os Estados Unidos da América do Norte." (p.31)

Nas representações sobre o imigrante negro esse "problema racial" se tornaria ainda mais dramático na medida em que sua vinda tornaria maior o contingente populacional negro no Brasil, e a associação entre aquele padrão de comportamento agressivo e um aumento da população negra implicariam um forte desequilíbrio da hierarquia racial vigente. Dai que o já citado Antonio Carlos Simões da Silva tenha declarado:

*"Não aceita a imigração negra porque enquanto o Brasil tiver em seu seio o número de representantes dessa raça, que ascende aos demais nele existentes, parece que seria desequilibrar a bela harmonia reinante entre as mesmas, cogitar-se na entrada de indivíduos da mesma raça máxime em grandes grupamentos, o que viria com o tempo e seu peculiar de proliferação, a assenhorar-se de todo o país, em franco detrimento das demais. Mesmo em favor do elemento negro do Brasil não deve ser facilitada essa imigração, pois viriam imigrantes de religião diferente das dos negros do Brasil, que são católicos fervorosos, e sem o **entusiasmo patriótico que o negro tem aqui, pelo Brasil.** Demais o negro norte-americano traria o ódio contra o Branco e contra o amarelo, aqui felizmente desconhecido." (p.79)*

Na medida em que o autor não considera que a vinda de japoneses e europeus em massa também pudesse perturbar a "bela harmonia" entre as raças, fica claro que a "harmonia" remete não ao **numero de indivíduos que as raças possuíam na população global**, mas a uma dada **correlação de forças em que a população branca deveria predominar**. A idéia de uma "harmonia racial" remetia assim, a um afastamento das possibilidades de **conflito**, com a mistura racial devendo ser conduzida dentro de uma determinada hierarquia em que prevalecia a raça branca.

Em resumo, os riscos da imigração de negros americanos consistiam na possibilidade de eles não se fundirem tanto fisicamente ao trabalhador nacional - o tema da miscigenação - quanto simbolicamente à cultura brasileira- o tema da assimilação.

Vale dizer que, "moldados numa civilização superior" - na fórmula de Oliveira Vianna - temia-se que os negros americanos, assim como os imigrantes alemães - insistissem em manter uma identidade étnica própria sem assimilar, sem se deixar absorver pela "nacionalidade" concebida nos termos daquelas representações a que Da Matta denominou "A fábula das três raças" e que reservam à população negra o papel de braços para a lavoura e a obrigação de se submeterem a um processo de miscigenação hierarquicamente conduzido, no qual sua especificidade e sua identidade cultural contrastiva, notadamente no mundo da política e do trabalho, devem desaparecer.

É o que revela a resposta da Sociedade Agrícola de Pelotas, pelo seu presidente em exercício, Otavio Afonso Alves:

Acrece que o preto africano é um elemento inferior, que nenhum proveito viria trazer às nossas aspirações. O preto americano muito mais adiantado, está não obstante, pelo seu físico, em idênticas condições para nós. Tem ainda o agravante de prescindir mais do braço, ter-lhe até aversão - o que o tornaria um elemento à parte em nosso meio, como os amarelos, a constituir núcleos inamalgáveis." (p.272)

Essa citação revela ainda aquele segundo risco que se imputava à imigração dos negros americanos, ou seja a preocupação de que eles, além de não reconhecerem "seu lugar" na nacionalidade, pudessem "corromper" os pretos brasileiros, fornecendo-lhes, por meio de sua civilização, uma alternativa de violência diante da dominação branca. O perigo aí consistia em que *a negritude pudesse destacar-se da nacionalidade*. Isto é, que se pudesse gerar uma **identidade negra alternativa aquela proposta na "fábula das três raças" e no esquema classificatório do branqueamento**, que pressupunha o domínio legal e político branco e a subordinação da população negra.

Seria "importar o problema racial americano", quando no Brasil buscava-se desde a Abolição uma "integração racial" que garantisse a um só tempo a manutenção da hierarquia social\racial herdada do Império e o controle sobre as possibilidades de violência negra.

Cabe ainda assinalar que, entre todas aquelas possibilidades de imigração até agora arroladas somente aquela triplamente negativa tão rejeitada quanto a dos negros americanos.

Como já visto, não foi necessário mais que um boato para que, no espaço de dois anos (1921-1923), fossem apresentados dois projetos que tinham em comum a restrição absoluta à qualquer possibilidade de imigração negra, mesmo quando carregando um padrão cultural superior. E isso, em meio a um discurso eugênico onde se mobilizava contra a imigração japonesa o argumento de que a raça amarela era um elemento estranho à composição racial sobre a qual se constituía, até aquele momento, o povo brasileiro. Argumento esse que, uma vez invertido deveria valorizar a imigração dos civilizados negros americanos comparada com a imigração japonesa, posto que seria fisicamente mais assimilável ao "organismo nacional".

Essa aparente contradição, que nosso quadro sugere entre duas imigrações enquadradas sob a mesma classificação e que recebem tratamentos bastante diferenciados, nos parece explicável pelo peso que se deve atribuir às dinâmicas internas instauradas por aquele processo de *conquista* e o modo como tais dinâmicas dão suporte a um discurso racial, antes mesmo do advento do *racismo científico*.

Vale dizer que a hierarquia racial, que se duplica simbolicamente nas classificações aqui expostas definiu, como de primeira importância a manutenção da correlação de forças entre as populações abarcadas pelo Estado Nacional Brasileiro herdada do Império. E a imigração dos negros americanos era vista como um pesado risco a tal correlação.

Isto porque, a maximização numérica da população negra no país, bem como a disseminação dessa de um tipo de prática cultural que punha em questão o domínio branco, significaria o aprofundamento dos dilemas de uma elite agrária que, ao longo do processo de abolição, deparou-se com a perda progressiva da segurança que a violência explícita e pouco sutil da escravidão representava mantendo subordinada a população negra. Verificava-se a perda do controle sobre as possibilidades de organização e violência da população negra, sem que se pudesse garantir simultaneamente a introjeção, por esta, de mecanismos disciplinadores, principalmente no que tange ao trabalho, em sua versão capitalista, e ao respeito à propriedade fundiária.

Esse pano de fundo a partir do qual foram decodificadas as teorias raciais vindas da Europa e EUA, acabou por definir, para a possibilidade de imigração negra, termos mais duros que aqueles reservados a outros tipos de "raças inferiores" apesar de classificadas em iguais termos, seja nas teorias raciais, seja na gramática de nosso quadro de classificação.

Por fim, restaria-nos ainda apontar aquela última possibilidade classificatória, qual seja:

8) Assimilação (+), Eugenia (-), Civilização (-)

Essa possibilidade menos abarcou qualquer das populações que poderiam imigrar ao Brasil do que definiu as representações com as quais aquela elite agrária representava o próprio *trabalhador nacional*. Definido segundo a imagem do *mestiço* - notadamente descendente de índios, como mostram as próximas citações³⁹ - o nacional carregava em si tanto a perfeita assimilação quanto os danos eugênicos da mestiçagem, além de um grau muito baixo de civilização.

A figura do *nacional* foi, ela mesma, objeto de uma das perguntas do questionário enviado pela SNA. Nesse caso, perguntava-se ao inquirido a sua opinião sobre o trabalhador nacional. No balanço das respostas, o secretário-geral da SNA afirmava:

"...acerca do trabalhador nacional e o seu mérito, as opiniões divergem nesse inquérito: elas vão desde o hino entusiasta ao valor do nosso obreiro, considerado herói, ao desprezo desdenhoso, por ele, ou à sua mera difamação. Sente-se, entretanto, que o traço dominante das respostas é esse: o trabalhador nacional tem ótimas qualidades de labor agrícola e, principalmente, pastoril, mas vive abandonado dos cuidados públicos; precisa de profilaxia e higiene rural, de educação, de instrução primária e profissional, dos mesmos zelos que as administrações têm tido com o imigrante."(p.32)

Não sendo imigrante, todavia, tratava-se menos de rejeitar ou aprovar o nacional do que *diagnosticá-lo e corrigi-lo*. E essa preocupação em corrigir o nacional, um dos temas mais recorrentes nas respostas ao inquérito, foi particularmente importante para os membros da própria SNA. O que se explica, a partir da interpretação de Mendonça sobre a SNA (Mendonça, 1990) em que a autora define a Sociedade como institucionalização

³⁹ Para uma análise das representações do *nacional* como mestiço de índio, Cf. Lima (1985).

de demandas de oligarquias periféricas diante do domínio paulista. Oligarquias de estados sem condições financeiras ou geográficas que lhes permitissem atrair o imigrante europeu, o que implicava a definição do trabalhador nacional como principal mão de obra disponível para o trabalho na lavoura.

Tais diagnósticos e medidas corretivas apontaram para duas direções diferentes, segundo a ênfase diferenciada sobre cada um daqueles dois critérios que definiam a negatividade do nacional - a pouca eugenia e a precariedade de sua civilização. No primeiro caso, temos opiniões como a de João Junqueira, lavrador em Orlandia, São Paulo:

"É dos piores, para o trabalho permanente; pela descendência de índio, raças selvagens. É sequioso de liberdade, sem ambição, insubmisso às exigências de um trabalho metódico e contínuo. Presta bons serviços como desbravador de sertões onde vai em busca de liberdade ampla"(p.192)

Temos aí a mestiçagem com raças inferiores como o eixo da definição negativa do nacional, principalmente no que tange ao trabalho na lavoura. Nesse caso, impõe-se como uma das soluções fundamentais a *regeneração*⁴⁰ do nacional mediante a inoculação de sangue branco obtido com a imigração européia. Daí que, ao responder ao inquérito, o presidente da Sociedade Mineira de Agricultura seja "...favorável à imigração, pela conveniência da inoculação de sangue homogêneo e de boa afinidade com o nosso, na torrente sangüínea da raça patricia" (p.338)

Mas, quando a negatividade do nacional é definida a partir do tema da *civilização* temos toda uma descrição da ausência de instrução e de hábitos de higiene, os quais seriam responsáveis pela aparência física pouco saudável característica do nacional nas representações expressas nos questionários. Esta foi a posição de Afonso Vizeu, comerciante e agricultor no Rio de Janeiro:

"Quando instalado num bom clima e gosa de saúde é tão aproveitável como o estrangeiro, maximé nos centros onde a concorrência desse lhe serve de estímulo e de incentivo. Tudo lhe falta, desde a saúde até a instrução. É atacado de diversas enfermidades. Na maioria dos Estados vivem em completo abandono. Sem instrução, sem higiene, muito mal pagos. Saneie-se o interior e dêem-se aos nossos patricios meios de comunicação."(p.63)

Nesse caso, temos uma saída que aponta para a *reforma* do nacional fundamentalmente através de uma série de medidas de intervenção do Estado e de

⁴⁰ A oposição entre projetos de *regeneração* e de *reforma* do nacional é conceituada a partir do texto de Celia Marinho Azevedo (1989).

disciplinarização do nacional. Tais medidas, como nos mostra Mendonça, abrangeriam desde uma intervenção sobre os corpos, por meio de um discurso higienista, até uma intervenção sobre as formas de produção, justificada por um discurso agrônômico (Mendonça,1990). Essa intervenção teria ainda como objeto o conjunto de práticas culturais que ordenavam o modo de vida daquelas populações cobertas pelo rótulo de nacionais, isso na medida em que tais práticas eram vistas como expressão da improdutividade, indisciplina e indolência do nacional, como nos mostra a posição adotada por Carlos Pereira de Magalhães, advogado, fazendeiro e industrial em Anápolis, Goiás em sua apreciação do trabalhador nacional:

"É atualmente fator negativo, é desvalorizador do território da pátria, é parasita, incendiário, incorrigível, inimigo de todo o bem, instável, volúvel, impulsivo, intratável. Os melhores só se entregam aos trabalhos extrativos. A vida para os nossos sertanejos é festa ininterrupta. Os sertanejos de Goiás e os dos Estados limítrofes do Norte passam a vida em intermináveis peregrinações de uma a outra romaria, trabalhando o mínimo nos pequenos intervalos, se assim permitirem os votos anteriormente feitos. Ou então, na instituição denominada FOLIA percorrem anualmente todo o sertão, como um bando de gafanhotos, devorando tudo, resultando da vergonhosa promiscuidade dessa bacanal religiosa, não só o extenuamento psicológico e empobrecimento da sociedade, como infecção geral de toda população das mais terríveis e abjetas enfermidades."(p.109)

Frente a uma extrema negatividade presente em seu comportamento, o nacional aparece como merecedor de uma intervenção que vise a transformação de seus hábitos de produção, consumo e relacionamento comunitário. E tal transformação deveria apontar para a constituição de um trabalhador disciplinado, higiênico, e que, regido pela absoluta positividade do trabalho e da poupança, submetesse sua vida comunitária a um determinado padrão de racionalidade econômica definida a partir de uma ética do trabalho de matriz capitalista.

Tratava-se de intervir nas práticas culturais do trabalhador nacional de modo a aproximá-lo do modelo contido na representação do *farmer*, i. é., do pequeno proprietário que, reunido em torno de sua família nuclear, usava as técnicas mais modernas no sentido de elevar ao máximo sua produtividade. Daí que, em grande parte dos discursos, o eixo privilegiado dessa intervenção tenha sido a instrução técnica e higiênica, como nos mostra Alexandre do Carmo Galvão de Queiróz, agricultor de Valença, Rio de Janeiro:

"O trabalhador nacional não precisa de alfabetização nem de escolas especiais, situadas em localidades afastadas, providas de pessoal pouco habilitado e pouco disposto. Precisa de cultura especial para seu serviço, o que deve ser dado in loco. A instrução higiênica é mais necessária e útil que a primária" (p.65)

Como nos mostra Mendonça, tal ênfase no ensino técnico, como meio de transformação das técnicas de produção e introjeção de práticas higiênicas, foi claramente tributária nas posições assumidas pela SNA, do predomínio de um discurso agrônômico (Mendonça 1990: 157). E nesse tipo de posição, a imigração branca teve um papel menos central do que a instrução técnica propriamente dita.

CAPÍTULO TERCEIRO

AS FÓRMULAS DA MISTURA: AS PROPOSTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO POVO

1. INTRODUÇÃO

Como procuramos mostrar nos capítulos anteriores, o regime republicano, já na sua origem, definiu uma forte conexão entre teorias raciais e políticas imigratórias. De tal modo que as posições e as propostas de políticas públicas acerca da imigração, desde o século XIX até meados do século XX, foram fortemente atravessadas pelo que poderíamos chamar **um cálculo racial de formação da nacionalidade**. Esse cálculo implicou que se considerasse as diversas possibilidades de imigração não somente em termos de solução de demandas econômicas acerca da mão-de-obra, mas também como **um ingrediente físico e cultural a ser adicionado à mistura na qual se acreditava residir a especificidade do Brasil como povo e nação**. Ingrediente que, em sua plena positividade, deveria trazer a essa *mistura* aqueles requisitos físicos e culturais que eram condição da *regeneração* e da *reforma* do nacional.

Partindo dessa conexão entre imigração e teorias raciais, procuramos identificar, num debate localizado, um dos modos possíveis de estruturação daquele cálculo racial. Definida a existência de uma conexão entre discurso racial e representações do tema da imigração, buscamos identificar a forma concreta que aquele cálculo racial assumiu no debate desencadeado pela SNA a partir de seu inquérito em 1925.

E o esforço por produzir uma tipologia das posições assumidas, como forma de organizar os discursos em face da sua concretude necessariamente rica e caótica, levou-nos a estruturar a diversidade das posições assumidas no debate menos em função das diferenças de inserção social, formação educacional e interesses regionais dos sujeitos envolvidos no debate - de resto, opção parcialmente dificultada pela natureza da

documentação trabalhada -, do que em torno de uma dispersão *lógica* dos discursos. Dispersão lógica que tentamos visualizar por meio de um modelo estrutural levi-straussiano que desse conta do jogo de classificações que conformou as posições concretas assumidas naquele debate diante do tema da imigração em sua vinculação com o tema da raça.

Em resumo, buscamos produzir um **modelo** que desse conta do modo como se estruturava naquele debate - e, possivelmente, entre a elite republicana como um todo -, o conjunto sistemático das representações que articulam *raça, trabalho e nação*. Mais além, podemos dizer que enxergar as representações raciais como um universo coerentemente articulado implica, em decorrência, em tomá-lo como um mapa cognitivo que, tem por função primordial estruturar as tomadas de posição concretas daquelas elite dirigente perante os desafios que a construção da nação republicana lhes colocava.⁴¹

Tais representações nos revelam uma lógica própria, entendendo essa lógica como o quadro de referência a partir do qual as elites republicanas visaram instituir a repartição concreta - definindo o lugar de cada coisa e pondo cada coisa em seu lugar - do país que emergia do fim da escravidão ao mesmo tempo em se deparava com a repartição imperialista do mundo. Mais adiante, o modelo que pudemos extrair do debate promovido pela SNA nos revelou um sistema de representações altamente estratificado e disseminado de forma abrangente entre as elites agrárias representadas no inquérito, que deu suporte às suas reflexões sobre o mundo do trabalho e, mais especificamente, *sobre a gestão de populações*.⁴²

⁴¹ República que se assentava por sobre um regime de trabalho formalmente livre, o que obrigava o uso, por parte dos grandes proprietários, de todo um conjunto de estratégias de reprodução, em novas bases, das condições de exploração da mão-de-obra nos termos os mais próximos possíveis da estrutura de coerção extra-econômica que a escravidão propiciara. O discurso racial funcionou, assim, como o eixo de desvalorização e justificativa das práticas de subordinação a que o medo branco republicano buscava submeter a população negra, tendo servido como um dos instrumentos de construção de uma relação **autoritária** para com os trabalhadores tornados livres. Para uma análise do modo pelo qual as estratégias de coerção extra-econômica fundamentaram uma relação **autoritária** entre capital e trabalho no Brasil ver o já clássico trabalho de Velho (1980)

⁴² A **gestão de populações** como o fim último da arte de governar, a partir do século XVIII, foi descrita por Foucault nos seguintes termos: "...Em segundo lugar, a população aparecerá como o objetivo final da arte do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, **mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde**, etc.. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar esses fins, que em certo sentido são imanentes à população? **Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir os fluxos de população**, etc.. (Foucault, 1986a:289 - grifos nossos)

No presente capítulo, procuraremos mostrar como o mapa cognitivo, estruturado por sobre aquela classificação racial que os inquiridos partilhavam, conformou a representação da gestão das populações nos mesmos termos aplicados à gestão da natureza, tendo definido um conjunto de propostas por meio das quais visava-se construir um *povo* como requisito da construção da *nação*. Para tal, faremos uso tanto das respostas ao inquérito quanto de formulações presentes nas páginas da *Lavoura*, periódico oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

Antes de nos aprofundarmos nessas propostas e na forma como aparecem nas respostas ao inquérito, cabe registrar que aquele mapa cognitivo definiu dois elementos básicos na articulação entre teorias raciais, imigração e nação: de um lado, a *mistura física e cultural* como objetivo central do esforço imigratório e como direção básica da gestão das populações - vale dizer como fórmula de produção do *povo* -; de outro, a presença de uma *hierarquia racial/cultural* que qualificava essa *mistura*, definindo tanto sua positividade quanto sua negatividade.

Como já vimos mais atrás, a ênfase sobre a *mistura* definiu a um só tempo uma preocupação tanto com o *imigrante* quanto com o *nacional*, vale dizer que a imigração foi ela mesma pensada num quadro mais geral de transformação do *nacional*. Nesse sentido, procuraremos abordar as propostas acerca do trabalhador imigrante e do nacional, apontadas nas respostas ao inquérito de maneira articulada àquele quadro classificatório trabalhado no capítulo anterior, enfocando tanto aquelas relativas ao imigrante quanto ao nacional, enfatizando aí os aspectos em que tais sugestões estão ligadas à idéia de uma construção do *povo brasileiro*.

2. A NATUREZA E A GESTÃO DOS HOMENS

A recorrência da classificação racial nas representações do mundo do trabalho explica-se, como vimos, pela presença estruturante dessa classificação na própria hierarquia social. Foi essa presença o elemento responsável por uma atitude bastante generalizada entre as elites agrárias articuladas em torno da SNA e presentes no inquérito, ou seja, a de representar, segundo um paradigma biologizante de inspiração

Darwinista, a relação entre trabalhador nacional e imigrante nos mesmos termos pelos quais eram representadas as relações entre os seres da natureza.

A generalidade desse paradigma biologizante aparece claramente em alguns dos discursos veiculados nas páginas de *A Lavoura*, como nos mostra o seguinte artigo acerca da "seleção de plantas" publicado, em Abril de 1917 (não há referência do nome do autor). Nele podemos ler o seguinte:

"O processo que segue o homem para conservar os caracteres de uma variedade é o da escolha de indivíduos que possuam os característicos de variedade que se pretende conservar. Essa operação se chama seleção artificial, cuja operação produz efeitos notáveis, tornando-se o homem, neste caso, colaborador da natureza e benfeitor da humanidade.." (A Lavoura, Abril de 1917, pg.20 - grifos nossos)

As mesmas preocupações se encontram num artigo publicado em 1921 acerca do "Zebu e a peste bovina" (também não assinado) em que são reproduzidos os argumentos do deputado e futuro presidente da SNA, Lyra de Castro quando do debate sobre o tema na Câmara:

"..cruzem-no cientificamente, empreguem na sua criação métodos zootécnicos, que tão bons resultados deram quando usados para o aperfeiçoamento das outras raças, e seus mestiços conservarão as qualidades dos seus progenitores e perpetuarão, pela herança, as boas variedades selecionadas no sentido do objetivo dos criadores.." (A Lavoura, Agosto/ Setembro de 1921, pg.49 - grifos nossos)

Esse modelo biológico pelo qual a perpetuação e/ou controle de atributos herdados geneticamente exige uma intervenção sobre os processos de contato e fecundação entre os seres não se restringiu a animais e plantas, **ele foi também fartamente aplicado aos contatos entre os seres humanos, pelo menos no que tange àqueles contatos que ligam os trabalhadores nacionais aos imigrantes.** Isso nos é revelado tanto pelas formulações presentes no inquérito da SNA quanto nas posições expressas em *A Lavoura*. No primeiro caso temos respostas como a de Eduardo Jacobina, fazendeiro de Guaratinguetá, São Paulo, segundo a qual:

"..o país lucraria muito, havendo melhoramento moral e intelectual da raça se, sem serem colocados em colônias, viessem famílias anglossaxonias (sic), que se disseminassem por nossa população, cruzando-se. Nenhuma raça dá, cruzada com o celtíbero, melhores produtos e cuja descendência guarde, por numerosas gerações, as qualidades do primitivo cruzamento ." (p.132 - grifos nossos)

No segundo caso, temos o apelo de A. Gomes Castro expresso em seu artigo "O Brasil precisa ser país de colonização", publicado no periódico da SNA, em que o autor afirma:

"..No Brasil a obra biológica do cruzamento e fusão das três raças colonizadoras é praticamente completa e sem precedente na história da Humanidade. Por isso mesmo, porém, que somos o resultante da fusão de três raças biologicamente atrasadas...é que devemos consagrar o melhor de nossas energias em atrair os povos mais evoluídos da Europa, porque, sem o concurso destes morosíssima será a nossa evolução, e um povo que não evolui é um povo vencido.."(A Lavoura, Junho de 1924, pg. 248)

Esse conjunto de citações deve ser entendido menos segundo o sentido óbvio de uma analogia do que como expressão de um padrão de pensamento e classificação que lê as relações entre os homens - pelo menos os trabalhadores braçais - segundo o modelo da relação entre plantas e animais. Nesse sentido, as operações por meio da qual determinados processos biológicos de seleção e variação - teorizados por Darwin e Mandel - são explicados terminam por fundamentar a criação de *categorias* de seleção e variação, mais abstratas e adaptáveis a outros objetos, tais como as relações entre os homens.

E o uso que é feito dessas teorias implica uma determinada associação entre as categorias de seleção/variação, de um lado, e degeneração/ aprimoramento, de outro. Tal associação aponta para a necessidade de uma intervenção humana sobre os processos de contato entre os seres - "**a seleção artificial**" de que fala o primeiro texto citado - de modo a evitar a degeneração e garantir o aprimoramento das espécies em questão. Tratava-se assim de generalizar a preocupação zoológica com a mestiçagem e seus efeitos, conferindo um papel primordial ao controle do contato entre os seres, sejam estas plantas, animais, ou mesmo, seres humanos. Controle que deveria ser exercido por determinados agentes. No caso dos animais e plantas, por zoólogos e, no caso dos homens, pelo Estado Nacional, posto que a este caberia "aumentar a saúde da população", como nos mostrou Foucault.

Temos, assim, formulações que expressam menos uma analogia explícita que a vigência geral de certas categorias de classificação por meio das quais definiu-se a necessidade de um *controle* e uma *direção* das formas de contato - basicamente *assimilação* e *mestiçamento* - entre populações racialmente diferenciadas em território

brasileiro. Fossem esses contatos entre imigrantes e nacionais, fossem entre nacionais e índios.⁴³

A abrangência dessas categorias não se explicita unicamente nessas citações. Ela aparece também de forma nítida nos inquéritos sobre o gado zebu e a imigração patrocinados pela SNA. Em ambos os casos, a questão básica consistiu na *definição dos critérios e mecanismos de controle sobre a importação e a mistura de raças nacionais e estrangeiras*.

Daí que o primeiro dos inquéritos tenha se referido à *"...conveniência de tentar-se o cruzamento da raça Zebú com o nosso gado crioulo, a pretexto do melhoramento de nossas escassas raças indígenas.."*(SNA, 1907:IV), ao passo que o segundo partiu da preocupação de que *"..para atender às condições presentes da nossa vida econômica, abrissemos a nossa hospitalidade a quem quisesse entrar, sem as credenciais indispensáveis a provar a utilidade de sua assimilação ao amálgama humano que tem de ser a nossa raça una e coesa de amanhã."* (Apresentação do questionário in *A Lavoura, Março de 1925, pg.85*)

Em resumo, plantas, gado e trabalhadores manuais foram interpretados genericamente a partir de um mesmo modelo biologizante que tem como um de seus temas privilegiados o controle sobre o contato entre os seres. Essa atitude gerou uma abordagem do trabalhador nacional ou imigrante - e principalmente do contato entre estes -, em que as práticas a ele relacionadas foram definidas segundo o modelo que presidia a formulação das práticas de gestão da natureza.

Disso decorriam duas conseqüências importantes. De um lado, preocupações tais como: a seleção das melhores raças, o controle sobre sua reprodução, a eliminação dos tipos inferiores - ou ao menos a redução de sua descendência -, a adaptação das espécies ao clima e a preservação de suas melhores qualidades por meio dos cuidados

⁴³ Temos aqui o impacto de se pensar a gestão das populações, fim último da arte de governar, sob a égide da classificação racial, pois a **saúde** da população passa a estar ligada a medidas de **higiene racial**, isto é, de controle do contato entre o **nacional** e as raças imigradas, cuidando para que esse, de um lado, evite a mistura com as raças inferiores; e de outro, eleve ao máximo o contato com aquelas superiores.

higiênicos⁴⁴, estavam claramente presentes tanto nas práticas de gestão dos contingentes animais quanto nas propostas de gestão das populações humanas.⁴⁵

Por outro lado, ao conferir à intervenção planejada de determinados agentes o papel de operacionalizar aquelas preocupações, com o objetivo de promover uma "seleção artificial", esse modelo - amplamente presente nas respostas ao Inquérito sobre imigração - definiu como uma das ações prioritárias do Estado Nacional Brasileiro a gerência do conjunto de populações humanas em seu território, cabendo a esse a função de **selecionar a entrada de imigrantes no país e definir os mecanismos de interação entre nacional e imigrante, de modo a produzir, a longo prazo, uma "raça nacional"**.

Essa definição da gerência das populações, como um dos eixos básicos da ação do Estado republicano, esteve ainda diretamente ligada ao fato da passagem da Monarquia à República ter significado, entre outras coisas, o deslocamento no princípio sobre o qual se sustentava *a unidade territorial, o qual* passou da centralização política e simbólica em torno da figura do Imperador para uma tentativa em definir-se a existência de um *povo brasileiro* - cuja expressão seria o *mestiço* - como eixo simbólico da *unidade nacional*.⁴⁶

⁴⁴ Cabe notar que esse item trai, na verdade, uma concepção Lamarckiana, bastante presente nas respostas ao inquérito, e que diz respeito à crença de que os caracteres negativos adquiridos devido às condições insalubres ou de precária higiene, seriam transmitidos às gerações seguintes.

⁴⁵ Cabe ainda observar que essa óbvia associação entre trabalhador manual e gado não era recente no discurso das elites brasileiras. Ao contrário poderíamos dizer que, ao modo de uma perpetuação do ideário escravista, o trabalhador manual é representado como parte do *Direito das Coisas*, não das *Gentes*. Nos parece ainda, ter sido o predomínio desse modelo mais geral herdado da escravidão o fator determinante da popularidade dos modelos biologizantes de interpretação da realidade. E no caso específico das elites agrárias, a aplicação de tais modelos aos trabalhadores manuais, englobando-os no interior das práticas de gestão da natureza, sustentou-se ainda sobre o que poderíamos chamar de uma *eugenia de curral*, em que a experiência na criação de gado fundamentou a leitura das teorias científicas européias e americanas, embasando assim, as práticas referentes ao trabalhador.

⁴⁶ Esse deslocamento encontra similar na história européia e foi assim descrito por Michel Foucault, para o caso da França, em entrevista ao periódico *Quel Corps*: "Numa sociedade como a do século XVII, **o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia...**[E a república "una e indivisível" - JSR] é uma fórmula imposta contra os girondinos, contra a idéia de federalismo à americana. Não há um corpo da República. **Em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É esse corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída pelos métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos degenerados..**" (Foucault, 1986b:145 - grifos nossos)

Estas observações apontam para o fato de que, seja por meio do vocabulário e das categorias de pensamento partilhados pelos membros da SNA, seja pela moldura mais geral por meio da qual as elites agrárias lidavam com o tema da imigração e conferiam um papel central ao Estado em seu controle e direção, o debate acerca das práticas de gerência das populações foi elaborado tendo por base o modelo de gestão da natureza. Isso implicava que as propostas sobre imigração girassem em torno da preocupação em selecionar e assimilar os povos imigrados segundo, pelo menos em parte, aquele modelo biologizante, ao mesmo tempo em que definiam essa seleção como uma das funções básicas a serem assumidas pelo Estado brasileiro, posto que cabia a esse dirigir o processo de formação do **povo brasileiro**.

3. A OBTENÇÃO DO IMIGRANTE IDEAL

A seleção dos povos imigrados foi, como vimos mais atrás, uma das estratégias de gestão das populações a ser operada pelo Estado brasileiro. Essa estratégia conformou um conjunto de sugestões por parte dos inquiridos pela SNA acerca da ação do Estado quanto aos imigrantes, as quais visaram operacionalizar a obtenção de determinado tipo de imigrante. As propostas mais articuladas à atração dos imigrantes, presentes nas respostas ao inquérito, foram identificadas e tabuladas pelos organizadores no item: "*Auxílios e facilidades à imigração*" (SNA, 1926: 41 a 44), tendo sido organizadas na forma de citações não excludentes - isto é, várias sugestões diferentes apareciam numa mesma resposta. As propostas com maior número de citações podem ser resumidas no seguinte quadro:

PROBLEMAS	PROPOSTAS	N^o DE CITAÇÕES
Atração do imigrante	Propaganda no exterior	74
	Subvenção das passagens	61
Fixação do imigrante	Distribuição de sementes nas colônias	63

	Concessão de lotes de terra, tornando-se o colono proprietário por meio de indenização	46
	Localização e primeira instalação do imigrante	42

Como podemos ver, essas propostas de ação estatal quanto aos imigrantes, sejam eles potenciais ou concretos, realizam um daqueles procedimentos básicos por meio dos quais a *população* foi definida por Foucault como objetivo final da arte de governar a partir do século XVIII: a direção dos fluxos populacionais (Foucault, 1986a:289). E se considerarmos essas propostas mais como complementares do que como concorrentes, poderemos perceber também que essa direção foi concebida como tendo pelo menos três momentos complementares: partia, em primeiro lugar, da atração do imigrante por meio da propaganda no exterior; em segundo lugar, passava pelo seu encaminhamento, primeiro ao país, por meio da subvenção das passagens, e depois ao campo, por meio da "localização" e primeira instalação do imigrante; e, em terceiro e último lugar, aparecia a oferta de condições de produção e subsistência para o imigrante tornado agricultor por meio da distribuição de lotes de terra e sementes.

E o sentido mais geral dessas propostas de gestão das populações imigradas é aquele já definido por Foucault: **eleva ao máximo os aspectos produtivos do "corpo da sociedade"** (o *povo brasileiro* no nosso caso), vale dizer sua saúde, sua duração de vida, seu estoque de técnicas produtivas e instrumentos de produção, etc.. Ocorre que neste caso específico, essa maximização foi dirigida conforme aquele quadro classificatório que expusemos no capítulo anterior. De modo que tratava-se de dirigir fluxos populacionais e definir práticas que incidiriam sobre os imigrantes - de modo a obter uma maximização dos aspectos produtivos do povo brasileiro - a partir dos eixos de *eugenia, civilização e assimilação* que estruturavam as representações daquelas elites agrárias do mundo do trabalho em geral. Isso implica que, segundo a diferenciação proposta pelas possibilidades classificatórias contidas naquele quadro, as respostas ao inquérito definiram diferentes tratamentos para as diversas populações imigradas ao país.

Face aos critérios por nós analisados no capítulo anterior, os inquiridos qualificaram diferenciadamente as populações imigradas de maneira a definir pelo menos três tipos de política: estímulo e incentivo àqueles imigrantes triplamente positivos; aceitação sem benefícios e mediante certas restrições de populações que se afastam em alguma medida daquelas três positivities; e restrição absoluta a certas populações vistas como portadoras de algum tipo de negatividade extrema.

Foi essa clivagem hierárquica que diferenciou as medidas referentes às imigrações japonesa e européia, fazendo com que uma das principais batalhas travadas pelos defensores da imigração japonesa tenha consistido em defini-la não só como aceitável mas até mesmo como preferencial, aproximando-a o mais possível daquela tripla positividade ⁴⁷, de modo a que se pudesse estender a ela alguns dos benefícios endereçados à imigração européia.

Mais além, os defensores dessa imigração buscaram ressaltar as potencialidades do japonês diante daquele objetivo de maximização da produtividade da população brasileira. Neste sentido é que o médico e "etnógrafo", Antonio Carlos Simões da Silva afirmou:

"Para os fins a que se propõe o Brasil, aumentar a sua produção e, ao depois, conseguir o máximo em sua exportação; ter as suas vastas regiões cultivadas com a precisa regularidade e com o que cada qual possa melhor produzir; mantendo o melhor estado sanitário possível, é de crer que a imigração amarela venha a satisfazer bem esse "desideratum"."(SNA, 1926:76 - grifos nossos)

Tratava-se de ressaltar uma série de atributos de **civilização** carregados pelo japonês, os quais permitiriam - por meio da condução do fluxos imigratórios japoneses ao Brasil e sua posterior **mistura** ao nacional -, de um lado um incremento da produção econômica - aumento da **riqueza**; e de outro, uma melhora do padrão de higiene do trabalhador rural - melhoria da **saúde** da população.

A condução, em grande número, de imigrantes japoneses para o país exigia, contudo, determinados estímulos por meio dos quais o governo federal e os estados vinham até então garantido um controle sobre a intensidade, a direção e a qualidade dos fluxos imigratórios ao país. E foi com base nas virtudes de "povo civilizado" apontadas

⁴⁷ Como vimos na análise da sexta possibilidade classificatória de nosso quadro. Cf. infra capítulo 2, seção 2.

acima, que o autor preconizou a extensão desses estímulos aos japoneses, nos mesmos termos oferecidos aos imigrantes europeus, afirmando ser necessário:

"Promover os meios de obtenção de seus passaportes, encaminhando-os, com suas bagagens, aos portos de embarque; aqui, recebê-los com todas as facilidades, desde o porto de desembarque até os centros agrícolas e pastoris. Conseguir das companhias estrangeiras de navegação a maior redução nos preços das passagens dos imigrantes; podendo dispensar, também de 10 até 15% da importância estipulada para o transporte marítimo de cada um para cá, uma vez que se obriguem a cumprir o que prometerem fazer nos vapores nacionais, transportá-los pelo mínimo que for possível, para quaisquer portos do Brasil."(p.75)

Nessa formulação, Simões da Silva faz como que um resumo das várias propostas oferecidas ao inquérito do **encaminhamento** dos imigrantes ao país e ao campo, por meio dos quais o Estado brasileiro dirigia a imigração em massa. É defensor que era da imigração japonesa como instrumento de ocupação de determinadas regiões - notadamente daqueles estados hoje englobados no Norte e Nordeste -, o autor propunha que o japonês fosse beneficiado por tais iniciativas.

E esse tipo de posição, que enfatiza o benefício das passagens e meios de transporte foi tão mais importante quando se tem em mente que, dada ser maior a distância que nos separa do Japão daquela que nos separa da Europa, o preço da viagem dos imigrantes japoneses ao Brasil poderia tornar essa imigração inviável, mormente para aquelas regiões brasileiras em que os grandes proprietários de terra e animais muitas vezes não possuíam condições econômicas sequer para trazer o imigrante europeu, quanto mais para pagar as caras passagens exigidas pela imigração japonesa. Em princípio, a sua exclusão destes benefícios não só definia restrições aos imigrantes japoneses de um modo geral, mas, sobretudo, ameaçava a condução desse fluxo migratório para os estados periféricos à região mais dinâmica da economia.

Como demonstram as análises precedentes, essa foi muitas vezes uma batalha perdida visto que, diante do gradiente racial que fundamenta aquele quadro, a concessão de tais benefícios acompanhou a preferência às vezes implícita, às vezes explícita, que necessariamente recaiu sobre os povos designados como de pele branca e cultura européia. Tais posições pró-japoneses acabaram por definir menos uma preferência em iguais termos com a imigração européia do que uma aceitação do imigrante japonês por meio da neutralização das representações de um "perigo amarelo". Essa derrota parcial

implicou o predomínio nas respostas aos questionários de posições que pressupunham os imigrantes de raça branca como os únicos merecedores de benefícios e subsídios. Daí que Alexandre do Carmo Galvão de Queirós, agricultor em Valença, Estado do Rio de Janeiro, tenha afirmado que:

"Passagens e acomodação temporária em hospedarias especiais... exclusivamente à raça branca selecionada." (p.65)

E esse tipo de posição que diferencia racialmente os benefícios efetivamente se concretizou, a partir de 1922, na política adotada do subsídio às passagens de imigrantes, com os fazendeiros paulistas e o governo estadual tendo se restringido ao pagamento de parte das passagens dos imigrantes europeus, restando ao próprio governo japonês o subsídio à viagem de seus cidadãos para o Brasil.⁴⁸

A direção de determinados fluxos imigratórios ao país exigia, porém, mais do que esses benefícios relativos ao encaminhamento do imigrante, faziam-se necessários também mecanismos de atração e convencimento à imigração. E, como já vimos, as estatísticas apresentadas pela SNA revelam a importância dada à propaganda como meio principal de atração dos imigrantes. Essa importância se revela não são nos números mas também nas próprias declarações expressas nos questionários acerca do tema. Tais declarações concebem a propaganda como instrumento de esclarecimento sobre as qualidades do trabalho no Brasil, devendo servir para convencer determinadas populações dos benefícios de se imigrar para o país.

Nas palavras de Antonio Porfírio de Menezes Costa, Intendente Municipal de Taguary no Rio Grande do Sul, era necessária:

*".uma propaganda tenaz, insidiosa, persistente, perseverante, feita pelas nossas legações e consulados, inteligentemente realizada com estatísticas claras, elucidativas, concludentes, **fúceis de interpretar, em cartazes e diagramas, a grandes letras e algarismos de vulto.**"(p.84 - grifos nossos)*

O esforço de propaganda tal como exposto na citação foi projetado tendo em mente não apenas a atração das populações ao país como, mais especificamente, ao trabalho na lavoura. Para tal visava atrair agricultores entre as populações imigradas fazendo uso de um tipo de propaganda concebida como a eles acessível, e que devia propalar as ótimas condições do solo e do clima. E a esse esforço de propaganda foi sugerido também um aparato de sustentação nos países estrangeiros, que podia ir da

⁴⁸ Cf.Hiroshi Saito (1961)

ação direta das embaixadas - como propunha João de Carvalho, Prefeito Municipal de Tambahú, São Paulo:

"Fazer propaganda através de conferências diplomáticas, realizadas por representantes, nos países de imigração. Dever-se-ia nelas provar, com fatos, a salubridade do nosso clima, a uberdade do nosso solo, a prodigalidade das nossas leis, na proteção e carinho aos imigrantes."(p.189 - grifos nossos)

..até a utilização dos jornais estrangeiros como instrumento indireto de contato com as populações locais, apostando na familiaridade e confiança dos leitores como meio de convencimento à imigração para o Brasil. Essa era a posição de João F. Junqueira, lavrador de Orlândia, São Paulo, ao afirmar que era necessário:

"Subvencionar jornais estrangeiros para publicar estatísticas sobre imigração e fotografias de imigrantes que aqui enriqueceram."(p.191)

A análise das posições assumidas a respeito da propaganda nos permite ainda perceber que tanto quanto nos benefícios propostos, os meios concebidos para atrair os imigrantes expressaram claramente as preferências definidas por aquele quadro classificatório de base racial anteriormente trabalhado, bem como os impasses e dificuldades que tais preferências acarretavam. É o que nos revela a resposta do ex-Diretor do serviço de Povoamento, o engenheiro J.F. Gonçalves Junior:

"Em todos os países de imigração, na Europa, vigoram, há longos anos, disposições proibitivas de qualquer propaganda que induza alguém a emigrar, incorrendo os infratores em severas penalidades. Para suprir essa falta, e para a atração de novas levas, nada melhor que a correspondência epistolar, dirigida espontaneamente pelos imigrantes já estabelecidos, aos seus parentes, amigos e conhecidos, residentes no exterior, dando-lhes conhecimento de sua situação de propriedade."(p.175)

Isso porque, definir as condições de absorção do imigrante quando esse aqui chegava era apenas metade do problema, e a outra metade consistia em atrair e trazer o imigrante para cá. O que se mostrava particularmente complicado na medida em que os países de onde se originam aqueles imigrantes considerados preferenciais impunham limitações à sua saída. Vale dizer que a década de 20 foi exatamente o momento a partir do qual os governos europeus deram início a uma série de medidas restritivas à imigração de seus cidadãos. Daí que um elemento importante nessa citação diga respeito à importância de algumas formas de propaganda, as quais permitiriam "driblar" as

restrições dos governos europeus. Tais formas surgiam como alternativas às crises diplomáticas que decorreriam de um aliciamento mais ostensivo.⁴⁹

Essa resposta nos revela ainda, a importância que se conferia à propaganda como meio de atração do imigrante. E a propaganda aparece aí menos como mecanismo por meio do qual se visava atrair imigrantes em geral, do que de atração de um imigrante específico, o trabalhador branco e europeu. Nesse sentido, como nos mostra Skidmore, tais formulações seguem de perto a direção que os governos brasileiros, desde o Império, conferiram à sua política imigratória, qual seja a de concentrar seus esforços e investimentos na Europa, tentando, através de missões culturais e diplomáticas, publicação de artigos e livros na Europa, participação em exposições e festivais internacionais, construir a imagem de um país, de um lado, rico em possibilidades e oportunidades, de outro, adequadamente branco e civilizado - pelo menos o mais próximo possível que um país de passado colonial e escravista poderia se aproximar do modo de vida europeu - de modo a estimular a imigração e os investimentos europeus no país (Skidmore, 1976, cap. 4).

A presença daquela clivagem classificatória fica, assim, claramente expressa nesses esforços em estimular a imigração européia, a despeito da má vontade dos governos europeus⁵⁰ que contrastavam com o esforço do governo japonês em atrair a boa vontade dos deputados brasileiros para a imigração de seus cidadãos ao Brasil. E esse

⁴⁹ Essa preocupação com a reação dos governos europeus levou o advogado Bruno de Mendonça Lima, de Pelotas, Rio Grande do Sul, a recomendar que: “O governo poderia manter no estrangeiro, escritórios de imigração. Tais escritórios propriamente não aliciariam os imigrantes. Mas fariam a propaganda do país, do seu clima, das suas comodidades, da sua fortuna, das condições de vida do trabalhador aqui, das possibilidades de prosperidade e das vantagens que haveria aqui para o imigrante.”(p.105) Essa preocupação em “não propriamente” aliciar põe em relevo um elemento extremamente interessante, o tema da “correspondência epistolar”. Queremos apontar aí como a simples troca de correspondência entre colonos europeus, radicados no Brasil, e seus familiares na Europa foi vista como um mecanismo duplamente eficiente de incremento da imigração. De um lado, como mecanismo que tornava a propaganda algo informal, mantendo-a fora das vistas dos governos europeus; e de outro, como meio de se obter a confiança do provável imigrante garantindo-lhe que, uma vez no Brasil, encontraria um ambiente acolhedor onde poderia se sentir protegido pelas leis e pelo Estado, dedicando-se a enriquecer pelo trabalho. A importância das cartas como meio de se ganhar a confiança do imigrante aparece na seguinte declaração de Otaviano Vallim Pereira de Souza, oficial do Registro de hipotecas de Novo Horizonte em São Paulo: “Como já faz São Paulo, deve ser adotado o sistema de chamada por intermédio de parentes. É a melhor propaganda porque o colono acredita no parente e não em outrem. Só nessa hipótese, o governo deve fazer as despesas de viagem e a instalação dos parentes chamados.”(p.251)

⁵⁰ Má vontade partilhada pela imprensa e dos deputados italianos, como nos atesta J. L. Bulhões em discurso publicado em *A Lavoura*, periódico da SNA. Segundo ele: “A situação dos imigrantes em São Paulo tem sido, entretanto, objeto de severas críticas, na Imprensa e no Parlamento italiano. (*A Lavoura*, 01/1916, p.7)

cálculo racial influenciou de tal modo as estratégias de seleção, atração e instalação dos imigrantes que, em que pese os japoneses serem vistos como disciplinados para o trabalho, a conveniência de sua imigração foi definida basicamente em termos da combinação entre sua pouca eugenia e sua suposta inassimilação.

Ademais, a posição adotada por muitos dos que responderam ao inquérito foi de que a política imigratória deveria privilegiar aqueles imigrantes triplamente positivos. Trata-se aqui da recorrente preocupação em selecionar os imigrantes segundo a contribuição que podiam dar à regeneração do nacional, e à construção de uma nação cuja homogeneidade possível seria dada pela hierarquia entre suas populações, hierarquia essa que a imigração predominantemente branca vinha reforçar.

Por meio dessa seleção, a figura, real ou imaginária, do imigrante branco representou um eixo de marginalização e desqualificação do conjunto de populações não brancas, que constituíam exatamente as camadas mais baixas na hierarquia social. Mais que isso, esse imigrante branco e agricultor, por meio de sua dissolução física e simbólica entre aqueles que compunham o mundo do trabalho, garantia a reatualização, no próprio espaço da lavoura, de uma unidade entre brancura física e cultural de um lado, e civilização/Nação, de outro. Com a direção que esses imigrantes deviam fornecer ao nacional como que duplicando, e legitimando, a direção dos grandes proprietários - expressão maior da "nação de sangue europeu" - por sobre todo o mundo do trabalho⁵¹

4. A NACIONALIZAÇÃO DO IMIGRANTE

Como vimos na seção anterior, uma das fórmulas preconizadas por aquelas elites agrárias para a construção de um *povo* consistiu em garantir a manutenção do fluxo de imigrantes europeus ao Brasil, de modo que esses imigrantes fornecessem o *sangue* e a *civilização* necessárias à *regeneração do nacional*. Em conseqüência, fazia-se igualmente necessário que, chegando aqui, esses imigrantes cumprissem com sua "missão" misturando-se efetivamente ao nacional. Tratava-se assim, não só de selecionar e atrair um tipo de imigrante mais eugênico e civilizado, como também de definir, a partir daquele *cálculo racial de formação da nacionalidade*, um determinado sentido

⁵¹ Para o papel de direção que se conferia à imigração branca sobre o nacional, cf. a noção de *pedagogia do exemplo* por nós descrita no capítulo 2, seções 2 e 4.

para esses esforços de atração e seleção, qual seja o de obter, por meio da *mistura física* - a *miscigenação* - e *simbólica* - a *assimilação* - do imigrante e do nacional, um novo mestiço, mais eugênico e civilizado, que seria o substrato do *povo brasileiro*.

Organizando as propostas de gestão dessas populações imigradas em sua interação com as populações nacionais, poderíamos dizer que, ao passo que as práticas sugeridas quanto à atração e o encaminhamento do imigrante funcionam, na verdade, como uma maneira de selecionar e conduzir os fluxos migratórios, coube às práticas sugeridas para a incorporação e fixação dos imigrantes ao "meio brasileiro" a tarefa de garantir que se efetivasse a mistura entre nacional e imigrante.

Uma vez que, dentro dessa lógica discursiva ambos os movimentos são complementares, tais práticas de assimilação foram imaginadas como um desenvolvimento do processo de seleção, produzindo uma espécie de segunda seleção, já não nos tipos de imigrantes e sim nos seus comportamentos. Esse processo era concebido como um esforço para *nacionalizar* o imigrante, por meio não só da adoção, por ele, de determinados comportamentos, como também pela erradicação de um conjunto de elementos indesejáveis presentes em muitas das populações imigradas, entre os quais, a insistência na manutenção de uma identidade cultural.

Tais propostas de nacionalização, presentes nas respostas ao inquérito, visaram obter tanto a *miscigenação* quanto a *assimilação* do imigrante. Podemos identificar nessas propostas dois conjuntos: um visando principalmente a fusão biológica do imigrante ao *nacional* - categoria que engloba os mestiços em geral - e outro cujo objetivo seria o de conversão do imigrante às leis e à cultura brasileiras.⁵²

No primeiro caso, temos as propostas relativas ao estímulo do casamento entre imigrantes e nacionais, e ao privilégio dado à imigração de povos vistos como propensos

⁵² A leitura dessa mistura física e simbólica nos termos daquele modelo biologizante por nós analisado na seção anterior, aparece de modo bastante claro na distinção proposta por um dos defensores da imigração japonesa na década de 30, Julio de Revoredo, entre *assimilação* e *amalgamação*, referindo o segundo termo à mistura racial entre diversos povos e o primeiro à conversão dos imigrantes à nacionalidade do país para o qual imigram. Segundo o autor: "...a *amalgamação* se distingue da *assimilação*. Refere-se a primeira aos cruzamentos das diversas etnias, ao passo que a segunda obedece a um processo de transformação até certo ponto análogo ao que se opera, por efeito do metabolismo, nos organismos vivos, e em virtude do qual uma nacionalidade preserva sua unidade enquanto recebe elementos oriundos de outros povos" (Revoredo, 1934:241)

à miscigenação. Esse é o caso das muitas críticas dirigidas aos japoneses presentes nas respostas, em que se construía a representação de um povo "avesso ao cruzamento com o nacional". Uma pequena parcela dessas respostas, contudo, não só construía tais representações como também definia medidas de miscigenação forçada, entendidas aí como instrumento primordial de nacionalização. É o caso de Rogaciano Pires Ferreira, agricultor da cidade de Monte Alto, Bahia :

"não se assimila nem se deixa assimilar, quer o chinês, quer o japonês. Não se casa com brasileira; os filhos só falam a língua paterna. Vivem isolados dos nossos. O produto do trabalho é guardado avaramente e mandado para sua terra... Exemplifica-se com a América do Norte e receia também aqui complicações futuras. Lembra que no México só entra o japonês, Não a japonesa, para forçar a nacionalização." (p.272 - grifos nossos)

É o caso também da posição defendida pela Sociedade Mineira de Agricultura, com sede em Belo Horizonte, na pessoa de seu presidente Dr. Sócrates Alvim, que sugeria uma política específica de miscigenação entre o **caipira** e a mulher europeia como meio de "civilizá-lo", vale dizer, disciplinar o caipira para o trabalho e a poupança :

"Acha digno de estudo a introdução de imigrantes femininos no interior do país onde a falta de desenvolvimento econômico impede que o colono masculino encontre atrativos. É uma sugestão do ponto de vista do interesse do sertanejo, pois esse possui, quase sempre, valores econômicos virtuais para cuja dinamização muito poderia concorrer a influência vitoriosa da mulher civilizada, que se ligasse pelo casamento ao indolente proprietário desses bens. Algumas colônias de sericicultura onde poderiam ocupar operários femininos seriam excelentes viveiros, aonde o caipira iria buscar boas companheiras." (p.280 - grifos nossos)

Essa citação é exemplar na associação entre uma gestão de populações dirigida à mistura, e o enquadramento dessa mistura no interior daquele modelo de gestão da natureza que prescreve a intervenção do Estado sobre os processos de contato entre imigrantes e nacionais - a versão estatal da "**seleção artificial**" - de modo a garantir o aprimoramento do tipo mestiço brasileiro, no caso o "caipira".

Mas, se a miscigenação foi um dos objetivos básicos das sugestões à política imigratória, orientando claramente a preferência por determinadas raças e definindo a todo o momento a necessidade *"..da entrada de sangue novo para revigoramento da raça, se nos vier dos velhos troncos caucásicos de que descendemos.."*, nas palavras dos representantes da Associação Rural de Alegrete (p.214), a definição de medidas explícitas no sentido de forçar os imigrantes ao "cruzamento" com os nacionais apareceu

muito raramente nas respostas.⁵³ Na maior parte das vezes concebeu-se que cabiam às medidas de assimilação cultural a tarefa de prepararem o caminho para a miscigenação. Vejamos mais de perto que medidas seriam essas.

Uma primeira proposta, e das mais recorrentes, diz respeito à dispersão dos imigrantes pelos vários pontos do país. Essa proposta se refere, segundo a análise que o secretário-geral da SNA, Heitor Beltrão, fez das respostas ao Inquirido em seu relatório de apresentação, a uma preocupação central no debate. Segundo ele: *".. um ponto que preocupa quase todos os inquiridos é esse: evitar a concentração de elementos de uma mesma raça na mesma zona e fazer a localização de nacionais nos núcleos coloniais estrangeiros."* (p.28)

Tratava-se de dispersar ao máximo as populações imigradas pelo território nacional, recomendação de muitos dos inquiridos que temiam os efeitos de uma concentração de imigrantes numa mesma região. Isso porque, segundo o médico militar e deputado federal por Goiás, Antonio Americano do Brasil:

"Ao hábil processo de outros povos de distribuir igualmente os imigrantes pelas diferentes regiões, preferimos localizá-los em três ou quatro Estados, com sérios prejuízos políticos, diminuído entre nós pelos acasos da evolução dos povos." (p.73)

Essa preocupação se explica por aquela associação entre unidade racial/cultural e unidade política que, como já visto anteriormente, fundamentava as preocupações republicanas com o Imperialismo e o separatismo, e que consistia no temor de que a concentração de imigrantes da mesma "raça" ou nacionalidade numa mesma região, somada à manutenção de uma unidade física e cultural por parte das populações imigradas, pusesse em risco a frágil unidade do território nacional.⁵⁴ Esses temores emprestaram à proposta de dispersão dos imigrantes pelo território três significados básicos.

⁵³ Foram tão somente quatro respostas que propuseram explicitamente a miscigenação forçada entre os 161 que se declararam favoráveis à imigração de um modo geral.

⁵⁴ Temores que bem se expressam na seguinte declaração de Antonio Carlos Simões da Silva, etnógrafo e membro da Sociedade Nacional de Geografia: "não consentirem os nossos governos grandes núcleos de imigrantes da mesma origem num só ponto do país. É em absoluto, um benefício trazido ao país pela fácil aclimação na localidade preferida, mas é um grande erro para as relações internacionais do Brasil. As grandes colonizações - a italiana em São Paulo; a portuguesa no Rio e na Amazônia, a alemã - em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, trouxeram relativos progressos a essas regiões, mas são verdadeiros enquistamentos..." (p.79)

Em primeiro lugar, tratava-se de impedir a junção entre uma suposta unidade física e cultural, carregada e mantida pelas populações imigradas, de um lado; e a ocupação de uma única faixa do território, por outro. Junção que se temia poder originar uma futura **unidade política**. Em segundo lugar, buscava-se evitar a formação de comunidades de imigrantes que, por força de seus laços, dificultassem a mistura ao nacional. E, em terceiro e último lugar, a dispersão planejada dos imigrantes pelo território na forma de colônias, concebida nos termos de um controle estatal sobre os fluxos imigratórios e seus comportamentos, visava assegurar, por força de uma concepção que atribuiu ao imigrante a função de **civilizar o nacional no mundo do trabalho** - o que significa não só a incorporação de uma determinada disciplina de trabalho e poupança, como também de uma determinada forma de ocupação do território referida a agricultura e à pequena propriedade - a estatização das populações nacionais e imigradas na forma de um "povo brasileiro", garantindo por meio desse processo a produção de um território nacional.⁵⁵

Essa mesma preocupação com a **unidade** das populações imigradas deu origem a um outro conjunto de propostas por meio das quais visou-se produzir *a mistura* entre o nacional e o imigrante, seja física - menos pelo cruzamento do que pela convivência -, seja cultural - através da mistura lingüística, religiosa e educacional.

A preocupação com a unidade cultural identificada na religiosidade dos imigrantes, levou o advogado e historiador da cidade de Antonina (PR) Ermelindo Leão, numa das respostas ao inquérito, a apontar a identidade religiosa dos grupos imigrados como um fator dos mais importantes na manutenção de sua identidade étnica, tendo defendido não só a mistura de raças mas também de religiões nas colônias como mecanismo de quebra dessa unidade:

"É preciso evitar uma só corrente imigratória e uma só religião, como se tem dado em Santa Catarina, facilitando a resistência aos processos nacionalizadores ... os núcleos devem ser átomos de nosso organismo público e não quistos. As colônias devem conter várias nacionalidades."
(p.138 - grifos nossos)

⁵⁵ Para uma comparação com processo análogo e contemporâneo por meio do qual as populações indígenas foram objeto de estatização, cf. Lima (1993).

Mais do que a religião, foi a unidade lingüística o principal objeto das preocupações que aparecem nas respostas.⁵⁶ Tais temores identificavam na permanência da língua nativa do imigrado a base de sua futura autonomia política, mormente quando essas línguas eram usadas em práticas administrativas, visto que tais atividades eram vistas como constitutivas da soberania do Estado Nacional. Daí o alarme como tal fato foi percebido pelo Farmacêutico, F. G. Vale Miranda, de Natal (RN):

"Em Estados do Sul do país há intendências municipais nas quais a preponderância dos estrangeiros chegou ao ponto de imprimirem na língua deles os boletins oficiais e nessa mesma língua se fazia a escrituração! Alguém dessa nacionalidade escreveu em um jornal de seu país: "O Brasil, não se sabe a quem virá a pertencer." - não se pode ostentar maior desrespeito a nossa nacionalidade." (p.140)

Essa preocupação com o uso, menos privado do que público, de línguas que não a portuguesa por parte dos imigrantes, esteve diretamente relacionado à importância dessa última, de um lado para o funcionamento generalizado da administração estatal e , de outro, para a produção de um sentimento de identidade coletiva entre as diversas populações abarcadas pelo Estado nacional brasileiro. Ambas essas funções da língua eram prejudicadas na medida em que o desconhecimento, ou a falta de uso, da língua portuguesa implicava o bloqueio a um instrumento simbólico por meio do qual, de um lado, o Estado brasileiro tornava público suas ações e determinações - materializadas em leis, editais, decretos, convocações, etc.. -, e de outro, as elites letradas construía a representação de um nacionalidade abstrata através dos jornais e da literatura em meio a um conjunto de populações que, ou não possuíam qualquer outro tipo de interação sobre a qual se pudesse fundar um sentimento **comunitário**, ou então as **comunidades** por elas formadas não legitimavam a existência do Estado nacional republicano.⁵⁷

Nesse sentido, configuram-se, como as principais medidas de assimilação propostas, a obrigatoriedade do ensino e do uso da língua brasileira. Essa relação entre língua e nacionalidade fica particularmente clara na resposta de um dos inquiridos, o engenheiro e ex-diretor do Serviço de Povoamento no Rio de Janeiro, J. F. Gonçalves Júnior:

⁵⁶ O que, de resto, vai ao encontro das formulações dos ideólogos do período que tomam a língua como um dos principais fatores de constituição da nacionalidade. Cf. Hobsbawm (1988, cap.6)

⁵⁷ Para uma análise da relação entre burocracia estatal e línguas nacionais cf. Hobsbawm (1990:73), e para uma análise da construção das nações como **comunidades imaginadas**, e o papel da imprensa e literatura nesse processo no caso dos Estados nacionais Latino-americanos cf. Anderson (1989)

"País imigrantista, assiste-nos o dever e é do nosso próprio interesse não descurarmos da difusão ampla do ensino primário até aos mais remotos centros rurais em que haja população escolar, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa aos menores, filhos ou membros das famílias de estrangeiros, ex-imigrantes, a começar por um vocabulário simples e prático, inculcando-lhes o amor à terra em que vivem ou nasceram, desenvolvendo-lhes a capacidade de útil colaboração em nosso progresso, enfim criando nos cérebros juvenis uma consciência cívica, formada por direitos e deveres que lhes facilite perfeita assimilação aos nacionais. A língua é o maior dos característicos da nacionalidade e essa equivale à nossa unidade social e política, que constituem impreterível manter a todo transe, a bem de nossa autonomia, da nossa independência e do nosso prestígio" (p.180 - grifos nossos)

Tratava-se aí de conceber a língua, em seu uso por parte dos imigrantes, como expressão da nacionalidade num duplo sentido. De um lado, a imposição do uso da língua aos imigrantes permitia representar-lhes a própria existência de uma nacionalidade brasileira; e, de outro, a compreensão do português garantia a possibilidade desses imigrantes incorporarem todo um conjunto de conteúdos por meio dos quais se realizaria o pertencimento desses à *nação* brasileira enquanto comunidade *imaginada*. E a estratégia sugerida pelo autor consistiu no uso do filho do imigrante como via de acesso à família.⁵⁸

Outro inquirido, o advogado de Pelotas, (RS), Bruno de Mendonça Lima explicitou ainda mais essa proposta ao definir a um só tempo, **mecanismos que forçassem o colono a submeterem seus filhos à educação em escolas nacionais e o conteúdo básico da "instrução pública"** que deveria ser responsável pela inculcação daquela "consciência cívica" exigida por Gonçalves Junior na citação anterior. Segundo Bruno de Mendonça:

"Nos núcleos coloniais deveria haver escolas brasileiras de freqüência obrigatória. Ao receber o lote colonial, já o colono assumiria o compromisso de mandar seus filhos para tais escolas... O estrangeiro deve ser assimilado de modo que se incorpore espiritualmente ao organismo nacional. Logo, nos núcleos coloniais deve-se cuidar da instrução pública, ensino da língua portuguesa, geografia, história do Brasil e contínua propaganda de nosso país." (p.106 - grifos nossos)

Essa citação revela que o ensino primário era concebido como instrumento por meio do qual extendia-se às populações imigradas a representação de uma comunidade

⁵⁸ É interessante observar nessa citação a presença da mesma estratégia de nacionalização proposta por José Bonifácio em sua "representação sobre os índios bravos" à constituinte de 1823, qual seja, a educação das crianças como meio indireto de se chegar aos pais e de projetar no futuro a incorporação de uma consciência cívica; e a adoção de um "vocabulário simples e prático" como estratégia de difusão da cultura dominante. Cf. Andrada e Silva, 1964:108)

nacional. Essa tarefa deveria ser realizada por meio da socialização daqueles conteúdos simbólicos que testemunhavam a unidade cultural - língua portuguesa - e a existência seja no tempo - história nacional -, seja no espaço - geografia -, dessa entidade chamada Brasil. Tratava-se, enfim, de “propagandear”, nas palavras do próprio autor, entre os imigrantes aqui chegados a existência mesma do país.

Em resumo, poderíamos assinalar três direções que orientaram as estratégias de assimilação. A primeira, como acabamos de mostrar, consistiu em dissolver a unidade cultural das populações imigradas de modo que essas incorporassem como identidade coletiva fundamental, **a de serem brasileiros**; uma segunda direção consistiu em evitar o isolamento das populações de imigrantes de uma mesma nacionalidade nas colônias - e, em decorrência, a manutenção de uma identidade e autonomia pelo isolamento - seja através de mecanismos que forçassem sua convivência com os nacionais, seja através da sua mistura com outras "raças" em núcleos coloniais compostos por diversos povos, sendo parcela deles colonos nacionais.⁵⁹ Uma terceira e última direção diz respeito à preocupação em dispersar as populações imigradas pelo território nacional.

5. DISTRIBUINDO OS IMIGRANTES, HIERARQUIZANDO O ESPAÇO

Os inquiridos formularam ainda um terceiro conjunto de propostas em torno da direção, pelo Estado, dos fluxos imigratórios ao país. Trata-se das **propostas de distribuição dos imigrantes pelo território brasileiro com base em sua raça**. Como as demais, tais propostas tiveram sua formulação orientada pelos dois princípios que estruturaram aquele quadro classificatório por nós analisado no segundo capítulo: **a preservação da hierarquia e a necessidade da mistura**.

Nesse sentido, tais propostas acerca da ação estatal, tendo por eixo a hierarquização simbólica sustentada nas teorias raciais, visaram a produção, através de uma mistura física e cultural entre imigrantes e nacionais, de um *povo* eugênico e civilizado. E essa hierarquização definiu tratamentos diferenciados aos diversos tipos de

⁵⁹ Cumpre notar que as respostas que versam sobre esse tema associam *raça* e *nacionalidade* como termos intercambiáveis.

imigrantes, segundo os supostos elementos (positivos ou negativos) que poderiam adicionar àquela mistura.

Esses princípios estruturais implicaram, de um lado, a definição de uma hierarquia entre as populações abarcadas pelo Estado brasileiro; e, de outro, um esforço para dissolver a unidade física e cultural de tais populações, de modo a fazer com que essas se reconhecessem unicamente como parte da comunidade nacional - "organismo nacional", nas palavras de um dos autores acima citados -, ao mesmo tempo em que deveriam ser incorporados de modo hierárquico em tal comunidade.

E o nexó entre esses dois princípios aparece de modo particularmente claro naquele terceiro conjunto de propostas da direção que cabia ao Estado submeter os fluxos imigratórios, uma vez que elas propunham uma distribuição diferenciada de imigrantes pelo território nacional segundo sua **raça/nacionalidade**, ao mesmo tempo em que pressupunham a produtividade de determinadas combinações entre os diversos tipos de imigrantes e os diversos tipos de nacional, nos termos de um mapa populacional ideal para o país.

Essa combinação específica que consistiu em misturar as populações segundo um princípio hierárquico que deveria duplicar-se no território, preservando assim, e até mesmo reforçando, a hierarquia entre elas, fica clara na seguinte observação do secretário-geral da SNA, Heitor Beltrão, sobre a rejeição de parte dos inquiridos à imigração japonesa:

"Outro ponto que causa surpresa é o relativo às zonas que exprimem votos pró ou contra o amarelo. À primeira vista, imaginava-se que o Norte, em cujo clima tropical mais dificilmente se adapta o imigrante branco e cujas indústrias extrativas exigem desconfortos a que o amarelo se dispõe e que o branco nem sempre suporta, quereria, com melhor insistência, a imigração amarela, cujos traços não diferem muito de alguns sub-tipos sertanistas do extremo norte e do nordeste. Mas não foi o que ocorreu. O Norte deu 11 votos favoráveis em 32 votantes, enquanto o Centro deu 29 em 49 votantes e os Sul 34 em 82." (p.25)

Podemos perceber como, diante da representação de uma **hierarquia** entre regiões, supunha-se uma distribuição diferenciada das raças imigradas entre elas. Tratava-se de **hierarquizar os imigrantes no espaço**. Hierarquização que dizia respeito menos ao clima - uma vez que o Japão é um país de clima temperado - do que à pressuposição de que, racialmente inferiores, os japoneses se submeteriam a

"desconfortos que o branco nem sempre suporta". Por outro lado, podemos também identificar a representação de uma positividade do contato entre os japoneses - com todos os pressupostos de disciplina para o trabalho com que eram representados - e "alguns sub-tipos sertanistas do extremo norte e nordeste". No raciocínio do secretário geral da SNA - e um dos organizadores do inquérito -, ao imigrante japonês poderia caber uma tarefa braçal e civilizatória em certas regiões às quais não interessava ao braço europeu enfrentar.⁶⁰

Um dos aspectos mais interessantes nessas propostas de distribuição diferenciada foi o modo pelo qual essa posição implicou representar uma dada realidade, que diz respeito às possibilidades de manutenção e distribuição pelo país do fluxo de imigrantes europeus que começava a escassear já naquela década de 20, nos termos oferecidos por aqueles pressupostos hierárquicos contidos nas classificações raciais. Senão, vejamos.

O subsídio de passagens era, até aquele momento, o principal instrumento por meio do qual as populações imigradas eram conduzidas ao país, bem como distribuídas pelo território. O subsídio era o recurso preferencial nas representações sobre a condução estatal dos fluxos imigratórios. Nesse sentido, o texto citado revela a constatação de que os imigrantes europeus só podiam ter suas passagens subsidiadas pelo estado de São Paulo, encaminhando-se assim para a lavoura cafeeira, ou então pelo governo federal, em projetos de colonização cujas regiões beneficiadas acabavam por ser as de maior interesse do próprio colono europeu - no caso as de clima mais próximo ao da Europa, no extremo sul do país.⁶¹

Partindo dessa constatação objetiva, Heitor Beltrão supõe, baseado nos pressupostos contidos naquele esquema classificatório, que o suprimento às carências civilizatórias e econômicas das demais regiões deveria se dar por meio da importação de braços menos nobres que os de italianos e alemães, porém, aproximadamente tão civilizados. O que correspondia àquela classificação com que eram representados os

⁶⁰ E esse papel civilizatório que caberia ao imigrante japonês era legitimava até mesmo a mistura **física** com o nacional, segundo o advogado paulista Alfredo Elis Júnior: "*Dão bom cruzamento com os elementos brasileiros os japoneses. Dão tipos agradáveis e aparentemente eugênicos. Os que acham feios os japoneses esquecem que a beleza física é relativa e os brasileiros tem, maximé no Norte, traços mongólicos.*" (p.67)

⁶¹ Mesmo quando os imigrantes europeus entravam no país por outra região e segundo outras vias, era grande a possibilidade de se encaminharem para seja para São Paulo, seja para o Sul do país. A primeira, pelas possibilidades de ganho econômico e a segunda, pela semelhança climática.

imigrantes japoneses, uma vez que racialmente negativos mas positivos em sua civilização.

E mais, um dos motivos da escassez de braços europeus para imigrar ao país devia-se à idéia, corrente entre a opinião pública de alguns países europeus, de que os imigrantes eram explorados e mal tratados quando chegavam ao Brasil. Esse tipo de posição reforçou a representação de que os imigrantes europeus - imigrantes preferenciais - não se prestavam a determinadas condições de trabalho que eram comuns, seja nas regiões economicamente periféricas a nível nacional, seja na periferia da grande lavoura cafeeira. Ao passo que, pela sua própria inferioridade naquele esquema classificatório, os demais tipos de imigrantes poderiam se submeter ao trabalho nessas regiões.

Essa combinação entre pragmatismo e racismo, que ficou explícita na declaração anterior, encontrou eco na seguinte observação de Innocência Borges da Rosa, juiz em São Sebastião do Cahy, Rio Grande do Sul:

"A raça negra tem qualidades especiais de resistência, afetuosidade e resignação que a tornam boa, principalmente para as regiões mais quentes do país."(p.170)

Essa citação, tanto quanto a anterior, demonstra como os pressupostos contidos naquele esquema simbólico de base racial definiram um padrão de leitura das experiências concretas de imigração por parte dos inquiridos e dos organizadores do inquérito. Daí que o pressuposto das duas declarações consista na leitura, seja da resistência dos governos europeus à imigração de seus cidadãos, seja do estímulo em sentido contrário do governo japonês, ou da possibilidade de aproveitamento de trabalhadores negros na região Norte, como expressão da diferença entre as raças e da maior disponibilidade das raças inferiores à ocupação de papéis igualmente inferiores.

Face à experiência concreta da concentração de imigrantes europeus na região centro-sul, restaria aos grandes proprietários localizados em estados periféricos recorrerem aos imigrantes de uma condição inferior como solução econômica e civilizatória para a ocupação de seus estados, os quais eram concebidos como regiões de maior rigor climático e de condições mais duras de trabalho.⁶² Ambas as condições em

⁶² Esse raciocínio foi particularmente aplicado à região amazônica, representada como região de difícil acesso e de condições de trabalho muito duras devido ao rigor do clima. Essa região foi por muitos vista como necessariamente fora da rota da imigração européia, nesse caso, só restaria à região os

que o "braço europeu", dada sua posição privilegiada naquele esquema classificatório, se recusava seja a imigrar, seja a permanecer depois de imigrado.

Tentamos demonstrar nessa análise, o modo pelo qual aquele quadro classificatório presidiu não só a definição dos tipos preferenciais de imigrante, como também conformou as propostas acerca da condução estatal dos fluxos imigratórios. Pode-se perceber, nas estratégias propostas em relação ao imigrante, a presença da hierarquia proposta naquele quadro, bem como a direção fundamental daquele cálculo racial, a *mistura* como fim último do processo de imigração.

Em termos analíticos, poderíamos dividir em três conjuntos as estratégias propostas pelos inquiridos quanto ao imigrante, de modo a obter uma determinada mistura: um primeiro momento de seleção do imigrante; um segundo, que consistiria em sua distribuição, um terceiro, de sua assimilação, onde culminaria a tarefa de sua mistura.

E a conjugação dessas três operações se corporificou, de modo particularmente claro, num termo de época, "**localização**", termo de grande abrangência, tanto na sua difusão quanto no seu conjunto de significados. Esse termo extraiu sua abrangência exatamente da tentativa de conjugar, numa mesma ação, aqueles três movimentos que deviam presidir à incorporação do imigrante à *mistura* da qual o *povo* emergiria. Tratava-se de conjugar aquelas três estratégias de modo a obter, por meio da dispersão e da dissolução da unidade física e cultural dos imigrados, sua mistura junto ao nacional. Essa combinação foi exemplarmente demonstrada pelas recomendações de José Antônio da Silva Póvoa, presidente do Sindicato Agrícola de Campos.

"localização, assistindo-os em sua distribuição pelo território nacional. Entende por localização: O todo geológico, climatológico, topográfico e sanitário das regiões a colonizar; a divisão de lotes, as construções rurais, a distribuição dos víveres, de ferramentas, de sementes - cumpre aos governos,

imigrantes amarelos ou negros como alternativa de desenvolvimento e civilização. Essa era a preocupação de Bruno de Mendonça Lima, advogado em Pelotas, Rio Grande do Sul: "Se ficar provado que a imigração branca não basta para suprir o Norte do Brasil não haverá remédio se não aceitar a imigração negra."(p.108). E do presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, Sócrates Alvim: "O amarelo deveria ser encaminhado para regiões menos procuradas pelo caucáseo. No Amazonas, por exemplo."(p.280)

como providências mais elevadas, o ensino técnico-profissional, o ensino da língua, da constituição política, da legislação e da história de nosso país, de modo a evitar que, pelo menos a prole natural da colônia passe a ouvir, a amar, a decorar e repetir a língua e a beleza do país de seus pais, na ignorância do idioma e grandiosidade morais e históricas da nossa terra onde viram a luz e onde deram os primeiros passos. Localizar o imigrante, segundo o entendemos é, portanto, dar-lhes um solo fértil e elementos para desenvolve-lo, assistindo-o economicamente até a primeira colheita e, principalmente, despertando nos menores que o acompanham e nos filhos que venham a ter, a noção do novo ambiente moral, material e político; e, sobretudo, radica-lo à terra e orientá-lo a conduzir os filhos ao amor à Pátria que os viu nascer."(p.286)

O que podemos perceber na citação acima é como a distribuição dos imigrantes ao longo do território era, ela mesma, definida como mecanismo de produção de um **povo** por meio da mistura do imigrante com o nacional e a conseqüente regeneração desse último. Nesse sentido, a "localização" abrangia uma série de estratégias que tanto facilitassem a adaptação do imigrante ao meio, quanto forçassem a dissolução de sua unidade física e cultural em meio à população nativa. Tratava-se de garantir que os imigrantes cumprissem seu papel de "reformadores" do nacional.

E essa função "reformadora" nos adiciona um elemento àquelas propostas que viam nas imigrações amarela e negra uma solução às demandas das atuais regiões Norte e Nordeste. Esse elemento diz respeito ao fato de que tais demandas não eram exclusivamente de braços, ao contrário, **os imigrantes eram vistos primordialmente como instrumento civilizatório**. Propor a imigração de negros americanos ou de japoneses para o Norte e o Nordeste implicava supor-lhes uma função civilizatória - logo, de disciplinarização para o trabalho - frente à população nativa local, que, seja a figura do sertanejo no nordeste, seja a figura do caboclo no Amazonas, era vista como basicamente indolente, sem disciplina para o trabalho ou hábitos de poupança.

Temos aqui um mapa diferenciado de empreendimentos civilizatórios onde, diante da impossibilidade de generalizar a imigração européia para todo o país, às diferenças de poder econômico entre as regiões brasileiras, corresponderiam imigrações hierarquicamente dissemelhantes e racialmente diferentes. Com cada corrente contribuindo, dentro de suas limitações, para a reforma e regeneração do nacional.

E foi essa representação o que fundamentou a abrangência e a repercussão do debate sobre a imigração japonesa no período. Debate que deu origem tanto ao projeto

Fidélis Reis quanto ao próprio inquérito da SNA e que analisaremos no quarto e último capítulo.

CAPÍTULO QUARTO

AS PALAVRAS E AÇÃO. A SNA EM DEFESA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

1. INTRODUÇÃO

Até agora temos feito uso do Inquérito organizado pela SNA em 1925 como fonte para a identificação de um quadro classificatório de base racial que orientou as posições acerca do imigrante e, em certa medida, do trabalhador nacional durante a Primeira República. A partir de agora tomaremos o próprio inquérito como objeto de análise. Vale dizer que ao invés de analisar os discursos políticos veiculados nas respostas aos questionários, centraremos nossa análise no inquérito como modalidade de atuação política. Isto porque, tomando a luta política como luta simbólica, acreditamos que tanto as respostas ao inquérito encerram um quadro classificatório a partir do qual se define um conjunto de imagens de Nação, quanto a própria estruturação do inquérito configura uma modalidade de luta simbólica por meio da qual um determinado grupo concreto visa impor, dentro daquele quadro classificatório, algumas imagens de Nação em detrimento de outras. Enfim, supondo que o esquema classificatório tenha conformada uma determinada luta simbólica em torno da imposição de imagens de Nação, queremos agora identificar o modo como se operou esta luta.

Essa suposição nos levou a empreender três linhas básicas de análise neste capítulo: de um lado interessa-nos entender de que maneira o inquérito enquanto forma de saber funciona como estratégia política; e de outro, que posições políticas os organizadores do inquérito visam veicular; e por último, como estruturam o inquérito nesse sentido.

Todavia, antes de apresentarmos estas três linhas de análise cabe fazer algumas considerações sobre o tema do inquérito em geral e as características dos organizadores deste inquérito - no caso a Sociedade Nacional de Agricultura - em particular.

2. INQUÉRITO, OPINIÃO PÚBLICA E PODER

Numa palestra apresentada em 1974 a um público universitário na PUC do Rio de Janeiro, Michel Foucault buscou traçar um panorama da interação entre formas de *saber*, desenvolvidas ao longo da história do Ocidente, e algumas modalidades de exercício do *poder*. Essa interação diz respeito ao modo pelo qual determinadas formas de busca da verdade (prova - exame - inquérito) orientaram práticas de governo ao longo da história Ocidental.

Uma dessas formas de saber - o inquérito - teria sido uma das estratégias básicas de organização dos Estados Nacionais Modernos que emergiram do fim da Idade Média. Segundo o autor, foi a partir dos inquéritos sobre o estado das riquezas no reino, do tamanho e da qualidade da população, que os representantes do poder real - "os olhos do Rei" - puderam organizar procedimentos administrativos regulares, instituindo uma rotina e um meio de transmissão desse saber administrativo, produzindo assim um acúmulo de poder gradual e constante nas mãos dos monarcas. (Foucault, 1974:7)

Foi também desse acúmulo de saber e das práticas que o orientaram que se desenvolveram ciências como a estatística e a ciência política. Tais ciências consolidaram formas de saber intimamente associadas à gestão do Estado, vale dizer que articuladas em torno de uma preocupação básica: como o Estado deve agir?

Essa associação específica entre saber e poder definiu um certo conjunto de características dessa forma específica de saber - o inquérito - que Foucault descreveu assim :

“1) O poder político é o personagem essencial;

2) O poder se exerce primeiramente fazendo perguntas, questionando. Não sabe a verdade e procura sabê-la;

3) O poder, para determinar a verdade, dirige-se aos notáveis, pessoas consideradas capazes de saber devido à sua situação, idade, riqueza, notabilidade, etc..

4) O poder consulta os notáveis sem força-los a dizer a verdade pelo uso da violência, da pressão ou da tortura. Pede-se que se reúnam livremente e que dêem uma opinião coletiva."(idem)

Estas características descritas por Foucault apontam para uma relação entre inquérito e exercício do poder estatal que se estrutura da seguinte maneira: em 1º lugar, nestes Estados é o exercício do poder Estatal o que funda a necessidade do inquérito, ao mesmo tempo em que é o inquérito que possibilita o exercício desse poder; em 2º lugar, esta relação circular se estabelece porque *poder* e *saber* são concebidos como estando separados, isto é, o poder é, em princípio, cego, ele depende de um saber que esta guardado além de seus limites, e que não lhe é imediatamente visível. O que nos leva a 3ª característica desta relação: este saber, que escapa ao poder, se encontra nas mãos de um conjunto determinado de indivíduos, indivíduos notáveis por seu saber, seja ele oriundo de sua situação, idade, riqueza, etc., daí a necessidade de inquirir tais indivíduos, apropriando-se deste saber, de modo que ele possa subsidiar a rotinização da administração.

Guardando respeito às devidas diferenças - qual analisaremos a seguir - estas reflexões nos conduzem a um paralelo com outra relação entre saber e poder, esta mais recente, que tem se tornado predominante nas modernas democracias ocidentais. Trata-se da orientação de políticas públicas, ou pelo menos da formação de posições políticas, a partir dos resultados das pesquisas de opinião. Este fenômeno estritamente moderno é, segundo alguns autores, o elemento chave das disputas políticas nas modernas democracias ocidentais. Segundo Champagne:

"..le jeu politique se réorganisait et se restructurait autour de l'"opinion publique" dans sa forme moderne et plus à une bataille pour conquérir l'opinion telle que mesurante, de façon apparemment scientifique et indiscutable, les instituts de sondage." (Champagne, 1990:12)

O paralelo diz respeito ao uso das sondagens de opinião como mecanismo de legitimação de posições políticas com base na pressuposição de que tais sondagens emprestam um caráter democrático às decisões públicas na medida em que trazem ao

ambiente burocrático às opiniões daqueles diretamente interessados e atingidos por tais políticas. Ainda segundo Champagne:

"..le succes de cette technique s'est expliqué largement par le fait qu'elle permettait d'instaurer en pratique, avec les garanties de la science, une forme moderne de démocratie directe." (idem: 16 - grifos do autor)

Aqui como no Inquérito - de resto tais pesquisas são denominadas *enquetes* - supõe-se uma distância entre *saber* e *poder* que só é rompida por meio de destes mecanismos de pesquisa, tomados como uma espécie de consulta popular. Isto significa que, em ambos os casos, o *poder* depende de um *saber* que está além de seus limites, um saber que no caso das "enquetes" de opinião, diz respeito à "vontade do povo", ou dos "cidadãos" e que só é acessível por meio das sondagens de opinião.

Um outro paralelo possível diz respeito, a definição dos problemas do inquérito como problemas políticos. Como apontou Foucault, é o tema da ação estatal que produz ou estimula os inquéritos. Ao passo que os problemas levados à público na forma de pesquisas de opinião, tem, segundo Bourdieu, como requisito fundamental para que sejam tomados como de interesse do público, sua existência prévia como peça do debate político. (Bourdieu, 1990:141)

E mais, o peso que as pesquisas de opinião possuem na luta política moderna revela o quanto esta luta é cada vez mais luta simbólica, onde a repartição concreta de poder no universo social opera por meio da imposição de uma dada repartição simbólica do social. E no caso específico das pesquisas de opinião trata-se da luta pela imposição de determinados problemas como públicos, ao mesmo tempo em que se busca impor também um encaminhamento como sendo o modo legítimo de lidar com tais problemas "públicos".

O que seria mais específico de tais pesquisas como mecanismo de imposição de determinadas classificações do real é o uso da estatística como mecanismo básico de constituição e mensuração da chamada "opinião pública. Este uso permite a operacionalização de dois pressupostos contidos no conceito de opinião pública: de um lado, a suposição de que todos os componentes desta coletividade podem ser pensados sob a forma do indivíduo moderno, vale dizer, como equivalentes e intercambiáveis; e de outro lado, e em decorrência do primeiro pressuposto, a opinião coletiva é concebida

como soma das opiniões individuais, soma essa realizada por meio do artifício estatístico de tomar cada opinião como uma unidade equivalente às demais para, a partir daí, identificar a existência de correntes de opinião aos diversos agrupamentos percentuais das respostas às perguntas das pesquisas de opinião.

A estatística fornece ainda a ilusão de uma linguagem unívoca, a linguagem dos números. Transfigurando cada opinião num elemento de composição dos percentuais, a estatística simplifica e didatiza as correntes de opinião, retratando-as numa linguagem aparentemente despida de ambiguidades, que escapa às idiossincrasias dos autores particulares e que, linguagem de números, se aproxima fortemente do modelo positivista de ciência partilhado pelo senso comum.

Até agora procuramos estabelecer paralelos entre Inquérito e pesquisas de opinião pública. Trataremos agora das diferenças. A primeira e mais óbvia diz respeito à vigência histórica de ambas as formas de saber como mecanismo predominante de exercício do poder. Em que pese uma existência que já se encontra entre os gregos, grosso modo, o inquérito funciona como procedimento administrativo fundamental à organização dos modernos Estados Nacionais durante os séculos XV a XVIII do Ocidente europeu, ao passo que as pesquisas de opinião supuseram todo um desenvolvimento do conceito de opinião pública, desde seu uso como instrumento de crítica aos mistérios que circundavam o poder real no século XVIII, passando pela distinção que os revolucionários franceses estabeleceram entre multidão e homens públicos, até chegar à segunda metade do século XX, quando o desenvolvimento das mídias modernas como o rádio e a televisão permitiu que a multidão fosse ela mesma colocada no centro da cena política. (Champagne, 1990:43)

Todavia, uma distinção mais fundamental parece residir na visão de mundo que fundamenta cada um dos procedimentos de obtenção de um saber. Daí podermos afirmar que a vigência predominante do inquérito, tal como descrito por Foucault, pressupõe um mundo concebido como claramente repartido e hierarquizado, onde apenas determinados segmentos possuem um saber sobre o *todo*. Já as pesquisas de opinião operam num mundo marcado pelo democratismo de massa, onde os indivíduos são intercambiáveis entre si, e é de sua soma que se extrai um *todo* só visualizável por meio da estatística. Nesse sentido, se tanto nas pesquisas de opinião quanto inquérito, o poder é cego e busca,

por estes meios, uma orientação que reside além de seus muros, no primeiro caso essa orientação diz respeito ao saber que uns poucos notáveis, por sua posição topograficamente superior no todo social, retêm; já nas pesquisas de opinião o poder busca não um saber de poucos, mas a vontade senão de todos pelo menos da maioria, e vontade que reside não num *saber* mas numa *opinião*.

Devemos ainda ressaltar que tanto os paralelos quanto as diferenças até agora tratadas se apropriam de fenômenos historicamente localizados para apontar algumas de suas características mais abstratas. Nosso objetivo aqui foi extrair elementos presentes nas distâncias e proximidades destes conceitos mais abstratos para subsidiar a análise de um evento concreto, o inquérito da SNA.

Antes porém, de passarmos a esta análise devemos conhecer mais um pouco da estrutura e da atuação desta entidade.

3. A ESTRUTURA DA SNA E O INQUÉRITO COMO MODALIDADE DE ATUAÇÃO

Para delinear a estrutura da Sociedade Nacional de Agricultura e seus mecanismos de atuação, nos apoiaremos inicialmente no estudo feito por Mendonça acerca da Sociedade e de seu papel no interior do movimento a que a autora denominou "ruralismo" (Mendonça, 1990), aprofundando essa análise como os elementos extraídos de nossa própria pesquisa junto ao periódico "A Lavoura", principal meio de divulgação da entidade, nos anos que vão de 1910 a 1930.

Partindo das definições da autora, podemos identificar a SNA como instância de formalização, junto ao Estado, das demandas de grupos agrários diversificados que tinham como eixo unificador a próprio caráter periférico frente à dominação exercida pelos representantes do complexo cafeeiro paulista sobre o aparato estatal da União (idem, 11). Este caráter específico da SNA, tornava-a um dos polos de concentração de poder daqueles grupos alijados ou secundarizados frente ao qual a historiografia consagrou com o termo "política do café com leite".

De um modo geral, essa definição aponta para dois elementos fundamentais ao entendimento da entidade. Em 1º lugar, temos o dado de que a Sociedade foi instituída com o objetivo tanto de canalizar quanto de organizar as demandas de tais grupos agrários, posicionando-se a um só tempo como seu porta voz e seu dirigente. Em 2º lugar, a autora aponta para o fato de que a especificidade dos grupos agrários que a SNA visava representar residia em serem estes grupos aqueles que se encontravam numa posição periférica frente ao predomínio econômico e político da grande lavoura cafeeira paulista. Isto conferia à Sociedade o caráter de uma articulação política dos setores menos dinâmicos da economia com o objetivo de reverter essa condição de inferioridade por meio de duas operações: de um lado, estimulando o aprimoramento técnico-produtivo de tais complexos agrários; de outro, encaminhando estratégias de pressão junto ao Estado Brasileiro e de propaganda junto ao universo de atores políticos, de modo a garantir um tratamento preferencial às suas demandas de sustentação econômica.

Outro ponto a se assinalar é que a articulação política que constituiu a SNA teve uma abrangência nacional, uma vez que, de um lado, os membros da Sociedade provinham de uma vasta gama de regiões e complexos produtivos; e de outro - os membros de sua diretoria, de um modo geral, e seus presidentes em particular, contavam em seu currículo uma carreira política considerável em seus Estados de origem, tendo chegado - todos os presidentes da entidade e parte da diretoria - ao congresso nacional. Esse histórico político permitia que a Sociedade combinasse à abrangência regional, o peso político de uma efetiva representação das elites agrárias de vários estados. Esta combinação definia o conteúdo do termo "nacional" com o qual a Sociedade se definia.

Dois últimos elementos compunham o perfil dos membros da SNA: uma prática de rotatividade na ocupação dos cargos como mecanismo de ascensão dentro da entidade, isto é, o caminho para se chegar à presidência passava pela ocupação de diversos cargos de diretoria, os quais eram regularmente redistribuídos entre seus membros; e a preocupação em aliar à já citada experiência política, uma experiência técnica, adquirida seja no trabalho concreto como proprietário rural seja por meio de uma formação técnica específica, em geral relacionada à engenharia ou mais especificamente à agronomia. (Idem: 121)

Este perfil, a um só tempo técnico e político, conformou o modo pelo qual estas elites agrárias organizadas em torno da SNA definiram e buscaram soluções para a sua própria situação de inferioridade frente ao predomínio da grande lavoura cafeeira. Essa situação foi definida como sendo de um estado de *atraso*, que tinha como origem, a um só tempo, a precariedade técnica de uma economia que fora por quatro séculos baseada no trabalho escravo, e a própria solução dada a esse problema, pois a Abolição foi vista como tendo produzido um desabastecimento generalizado de capitais e de mão de obra. Esse diagnóstico deu origem a todo um conjunto de formulações acerca da *falta de braços para a lavoura*, de tal modo que este tema que apareceu como umas preocupações fundamentais da entidade e cuja a solução foi uma de suas demandas básicas frente ao Estado e aos atores políticos do período.

Estas formulações apareciam associadas muitas vezes à dados estatísticos em que se buscava demonstrar a existência de um vazio populacional em algumas regiões do país, notadamente o Norte e o Centro. Contudo, essa *falta de braços* dizia respeito menos ao número concreto de habitantes destas regiões do que a um conjunto de qualificações com que se definia a figura ideal do *trabalhador livre*, e das quais os trabalhadores nacionais concretos pareciam distantes.

Como vimos quando da discussão do quadro classificatório no 2º capítulo, tais qualificações não poderiam estar associadas ao tema da *assimilação*, posto que o *nacional* era por definição um elemento plenamente assimilado, restando uma vinculação de tais qualificações aos temas da *civilização* e da *eugenia*.

Tomemos em 1º lugar o último tema. Como já vimos, a leitura do trabalhador nacional pela ótica estrita da eugenia tal como formulada pelos pensadores europeus colocava sérias dificuldades para aquelas frações da elite agrária brasileira que não contavam com recursos financeiros ou atrativos climáticos para garantir um fluxo de imigrantes europeus para suas regiões. Nesse caso, onde cabia menos a regeneração do nacional do que a sua reforma, fazia-se necessário evitar que o argumento da inferioridade racial pusesse por terra a legitimidade das demandas destas elites por investimentos e iniciativas da União no sentido de uma "melhora do nacional". Dai que no discurso dos representantes destas elites, o tema da eugenia apareça despido dos principais argumentos da inferioridade racial e se concentre exclusivamente numa preocupação Lamarckiana

com a aplicação de medidas de saneamento, profilaxia e higiene junto ao trabalhador rural. Tratava-se aí do deslocamento operado no discurso de época pela figura do "Jeca Tatu", por meio do qual se abandonava a condenação taxativa da inferioridade racial em troca da esperança de uma reforma higiênica que maximizasse as virtudes e diminuísse os defeitos do sangue herdado e que, em decorrência, se transmitisse às futuras gerações.

Esse deslocamento era fundamental para os representantes das oligarquias periféricas, uma vez que se as formulações mais ortodoxas em relação a eugenia definiam como solução exclusiva do "atraso" do nacional a imigração européia - que só São Paulo poderia subsidiar. Nesse sentido, as formulações higienistas eram fundamentais pois garantiam não só uma solução ao alcance destes setores menos dinâmicos, como também um espaço de aliança com médicos e sanitaristas em torno de demandas plenamente traduzíveis em um discurso "nacionalista".⁶³

Assim, tendo deixado de lado o tema da *assimilação* e considerado parcialmente o tema da *eugenia*, restaria aquelas oligarquias periféricas conceder ao tema da *civilização* o papel de orientar a definição do ideal de *trabalhador* livre em sua distância e proximidade para com os trabalhadores nacionais concretos. Isto significa que formulações tais como a de um "vazio populacional" em certas regiões do país, remetiam-se, na verdade, a uma outra representação básica a da "falta de braços para a lavoura". E esta "falta de braços" era concebida a partir do tema da *civilização*, uma vez que dizia respeito a ausência, no trabalhador nacional, de um conjunto de atributos de civilização, que seriam: a disciplina ao trabalho; a posse de um saber técnico-produtivo; o hábito da poupança; e o respeito às leis e à propriedade.⁶⁴

Com base neste diagnóstico do que poderíamos chamar uma "carência civilizatória", os membros da SNA constituíram como uma de suas linhas básicas de atuação o esforço por obter do Estado e dos próprios fazendeiros, mecanismos que propiciassem a *civilização do nacional*, tais como: medidas de saneamento e higiene, escolas técnicas localizadas no próprio meio rural, medidas de repressão à "vadiagem" e

⁶³ Segundo Skidmore, a discussão do saneamento irrompeu com força no debate político desde, pelo menos, 1916, resultando na fundação por Wenceslau Brás do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, e na constituição, naquele mesmo ano, da Liga pró-saneamento, lançada por um grupo de médicos e sanitaristas, sintomaticamente, nos salões da sede da própria SNA. (Skidmore, 1976:202).

⁶⁴ Este conjunto de representações foi responsável pela definição das áreas ocupadas por populações indígenas como áreas de vazio populacional.

controle da circulação da mão de obra rural, construção de colônias agrícolas - penais ou não -, alocação de imigrantes e nacionais em colônias mistas, etc.. Tais medidas eram vistas como sendo necessárias à superação dos hábitos "retrógrados" que o trabalhador nacional carregava e, conseqüentemente, como mecanismo de superação de uma das principais causas do "atraso" da agricultura.

A luta junto ao Estado e aos fazendeiros pela implementação de tais medidas, bem como do conjunto de demandas formuladas pela SNA, se deu através de mecanismos de convencimento, seja em discursos por ocasião de solenidades, seja por meio de artigos publicados na grande imprensa, seja por meio das respostas ao próprio inquérito e sua posterior divulgação. E estas estratégias colocam-nos a vista um outro elemento fundamental ao entendimento da instituição, o das suas modalidades de atuação. Nesse sentido, é importante recuperar a análise de Mendonça sobre a Sociedade, em que a autora aponta, de um lado, o esforço dos membros da SNA em exercerem uma função de direção por sobre aquelas elites agrárias periféricas; e de outro, as estratégias operadas pela entidade no sentido de concretizar essa função de direção. Segundo a autora:

*"Um dos principais papéis desempenhados pela SNA seria, sem sombra de dúvida, o de instituição **formadora de opinião** de suas bases e nesse sentido atuaria quer como **agência de propaganda** das idéias chave que visava difundir, que como **orgão de consulta e prestação de serviços** a seus associados." (idem: 145 - grifos da autora)*

O que a análise de Mendonça revela é o esforço operado pela SNA em, por meio da propaganda das opiniões e posições assumidas pela entidade, produzir a um só tempo, tanto um *consenso* e uma *unidade* entre produtores rurais das mais diferentes regiões e tipos de atividade produtiva, quanto uma *direção* dessa unidade pela própria SNA. Enfim, tratava-se de transformar uma comunidade de interesses em unidade política, definindo, ao mesmo tempo, a SNA como porta-voz e representante desta unidade, a qual cabia construir por meio daquelas funções de propaganda e prestação de serviços.

E para viabilizar esse papel dirigente faziam-se necessárias uma série de práticas que possibilitassem a concretização destas funções e que, grosso modo, poderíamos listar em três modalidades preferenciais de atuação da entidade. Foram elas: a elaboração de um periódico, *A Lavoura*, por meio da qual eram divulgados seus pontos de vista, onde

publicava-se artigos especializados - tanto nacionais quanto estrangeiros - em temas de agricultura e se desencadeavam campanhas em torno das demandas da entidade; exposições e concursos, onde se buscava generalizar certos padrões de excelência e conduta entre os proprietários rurais, e onde se realizava em sua plenitude aquele caráter de órgão consultivo a que a entidade se propunha; e os congressos, onde se buscava produzir um "consenso no dissenso", por meio da definição das problemáticas legítimas e do modo legítimo de as abordar - a abordagem "técnica"⁶⁵ -, ou mesmo a pura produção de um fato político de modo a garantir um elemento de pressão junto ao Estado.(idem: 125)⁶⁶

Todavia, em que pese as diferenças entre estas modalidades de atuação, grosso modo suas funções eram intercambiáveis, notadamente no que tange ao boletim da entidade. Fundada em 1896, *A Lavoura* foi concebida como um periódico mensal (pretensão muito pouco realizada), de circulação nacional, de distribuição gratuita aos associados da entidade, e cujo o objetivo fundamental foi assim descrito por um de seus fundadores:

"...oferecer leitura instrutiva sobre todos os problemas relativos à lavoura e indústrias conexas, especialmente aquelas que devem concorrer para a educação e orientação do agricultor, a fim de revestir essencialmente o caráter de órgão de propaganda." (SNA apud Mendonça, op.cit. pgs. 149)

Desse modo, cabia ao periódico, no mínimo, a dupla função de divulgar as idéias-chave da entidade e servir de espaço de consulta sobre os temas da agricultura. Uma vez que os leitores da *Lavoura* e os membros da SNA eram, na prática, as mesmas pessoas, esse objetivo básico de propaganda e orientação acabava por conferir ao periódico o papel de produzir um consenso entre as diversas frações regionais das elites agrárias periféricas em torno de um conjunto de propostas de superação do "atraso" na agricultura. Nesse sentido, o periódico acabava por servir como espaço tanto de

⁶⁵ Segundo a autora, a delimitação das problemáticas e o controle sobre o encaminhamento das discussões se explicitavam claramente no momento da preparação dos congressos "...quando, juntamente com seus regulamentos eram estabelecidos os temários e, dentro destes, as questões a serem debatidas, demonstrando-se seu papel diretivos junto às bases e em relação aos fins pretendidos. Disciplinar o que e como discutir, privilegiando-se tal ou qual aspecto, seria a tática aplicada para configurar o uno a partir do diverso." (idem: 127 - grifos da autora)

⁶⁶ Estas três modalidades predominaram na atuação da SNA ao longo de toda a Primeira República, com o periódico tendo sido publicado quase sem interrupção durante todo o período, e tendo a entidade realizado um total de 16 exposições e 14 congressos entre os anos de 1897 e 1930. (In Mendonça, op.cit. pgs. 128)

mobilização - seja para a ação técnico-produtiva seja para a política - quanto de difusão das idéias e modelos centrais da entidade junto aos leitores da revista, de modo a produzir a unidade política destas elites em torno da SNA, instituindo-a como seu locus fundamental de direção e mediação frente ao Estado.

O caráter intercambiável e complementar dos mecanismos de atuação da entidade se explicita particularmente nas campanhas patrocinadas pela SNA de modo a pressionar o Estado a incorporar suas demandas nas políticas públicas, pois essas campanhas eram desencadeadas a partir da *Lavoura*, tendo como complemento necessário a elaboração dos congressos e exposições. Segundo Mendonça:

"Na medida em que se sucedessem certas conjunturas menos favoráveis a determinados produtos ou complexos agrários, a Sociedade patrocinaria um encontro ou evento - quase sempre de ampla abrangência e representatividade geográfica ou setorial - de modo a construir e formalizar o consenso quanto aos interesses envolvidos, transformando-os em instrumentos de pressão junto ao aparelho de Estado. (idem: 127)

A prática que a autora assinala foi seguramente um dos principais mecanismos de intervenção da entidade no debate político, e podemos dizer que o inquérito que analisamos até aqui foi um de seus mais evidentes exemplos. Mais ainda, interessa-nos apontar para o fato de que a elaboração de inquéritos no período, foi para a SNA - seja com sua participação direta na elaboração, seja apenas com seu apoio - um mecanismo privilegiado para a imposição de problemáticas e legitimação de posições acerca do encaminhamento das políticas públicas⁶⁷. Mais precisamente, o inquérito foi, no caso aqui trabalhado, um instrumento por meio do qual a SNA visou intervir no debate acerca das políticas imigratórias do Estado brasileiro, produzindo um fato político em prol da imigração japonesa, ameaçada pelo projeto Fidélis Reis.

⁶⁷ O inquérito de 25 não foi o primeiro promovido pela SNA. Além deste, a entidade organizou em 1907 um inquérito sobre, sintomaticamente, os benefícios e prejuízos da importação da raça de gado zebu. Teve ainda participação indireta nos inquéritos sobre imigração, população e salários rurais realizados pelo MAIC entre 1910 e 1912. (Cf. Mendonça, 1992:22). Além disso, as páginas do periódico publicado pela entidade foram ainda palco de empolgadas defesas deste tipo de empreendimento. Defesas como a de Benjamin de Araújo Lima num artigo sobre o censo de 1920. Segundo o autor:

"O ceticismo fundamental com que certas pessoas encaram e consideram o recenseamento um caminho de execução, baseia-se quase exclusivamente na conhecida prevenção da grande maioria, de excassíssima cultura e, por isso mesmo, dominada por vícios mentais inveterados, contra todos os inquéritos, ostensivos e oficiais que tem por objetivo a determinação de cifras geográficas". (Cf. A Lavoura, Fevereiro de 1920, pg.53)

Mais adiante precisaremos o modo específico pelo qual o inquérito de 1925 foi usado nesse sentido, por hora tentaremos explicitar brevemente de que modo os inquéritos, em geral, foram usados como instrumento de intervenção política.

Nesse sentido poderíamos dizer que o inquérito consistiu numa modalidade de atuação de certo modo equivalente aos congressos, apenas que dispersando os participantes ao longo do tempo e do espaço. Em ambos os casos, a produtividade destes instrumentos na ação política decorria de dois elementos: a capacidade de impor problemáticas de modo a produzir um "consenso no dissenso" entre os interessados no tema; e a possibilidade de produzir um determinado fato político, qual seja a representação da existência, ao mesmo tempo, de uma *opinião pública* e de uma *opinião técnica* sobre o tema, que os inquéritos e congressos, devidamente interpretados por seus elaboradores, deviam revelar e junto das quais cabia ao Estado buscar orientação.⁶⁸

Tomando agora por análise a presença concreta destes dois elementos nos inquéritos e questionários de época, podemos perceber sua presença clara na análise que Mendonça faz do "Questionário sobre as condições da agricultura nos 48 municípios do estado do Rio de Janeiro", organizado pela diretoria dos serviço de inspeção do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio entre os anos de 1910 a 1913.

Antes de procedermos à análise da autora sobre o questionário é importante observar que a fundação do MAIC foi..."Fruto da pressão organizada de grupos da sociedade civil mobilizados em torno da Sociedade Nacional de Agricultura." (idem: 427), tendo sido o ministério criado no ano de 1909 em função de uma intensa campanha movida pela entidade. A autora mostra ainda que a ligação entre SNA e MAIC foi de tal modo estreita, que não só o órgão estatal se esforçou por implementar demandas da

⁶⁸ A apresentação do acima citado Inquérito sobre o gado zebu pode nos revelar claramente a estratégia utilizada pela SNA para intervir no debate político. A citação a seguir mostra como, face a um debate surgido na imprensa - que por sua vez expressa uma dada disputa política - a entidade produziu um evento - de resto mal sucedido - através do qual buscava impor ao Estado uma dada orientação sobre o tema, operando para tal por meio de um discurso que privilegiava o saber técnico - dominado pelos membros da SNA - como o único saber legítimo. Senão vejamos
"O trabalho que tomamos, promovendo um inquérito sobre o nosso gado, foi *motivado pelas discussões surgidas na imprensa* acerca do gado indiano zebu, ultimamente introduzido no Brasil em larga escala, *sem que tenhamos procedido a estudos zootécnicos que determinassem esta escolha e preferência...* *Maior culpa, sobreleva notar, recae sobre os governos que temos tido, mantendo-se alheios de todos os problemas que dizem respeito às numerosíssimas fontes de produção da Nação, deixando em completo abandono as iniciativas mais fecundas, sem nunca se haverem preocupado da instituição de um departamento adequado, que viesse orientar proveitosamente estas iniciativas..*" (SNA, 1907:III - grifos nossos)

entidade, como até mesmo a quase totalidade dos ministros da pasta foram também membros de direção da SNA. (idem: 453)

Nesse sentido, ainda que o questionário tenha sido uma iniciativa oficial, seu temário refletiu basicamente os temas centrais da própria SNA. Ambos, MAIC e SNA, partilhavam o diagnóstico comum de uma crise da agricultura cuja responsabilidade recaía sobre a monocultura exportadora, e cuja a solução estava no incentivo à policultura e à pecuária; a redução da grande propriedade; a difusão do ensino prático agrícola e de meios racionais e mecanizados para a modernização do campo. (Mendonça, 1992:11 e 12)

E essa visão comum tinha, necessariamente, de se espelhar na elaboração do questionário. Segundo a autora:

"Todo esse conjunto de proposições generalizantes informou não apenas a estruturação interna, como também a aplicação prática e o sentido do questionário em suas múltiplas leituras ... ele era dirigido pelo Ministério [tanto para produzir informações quanto - JSR] para servir de base para justificar as teses através dele veiculadas acerca da situação agrícola nacional, em pequenos laboratórios de caráter circunscrito, municipal. Se por um lado ele iria servir de base para justificar a política agrícola a ser traçada pela agência, por outro, ele foi construído de modo a enfatizar a premência dessa mesma política. Se por um lado ele representou o conjunto das respostas espontâneas dos agricultores sobre seus distintos problemas, por outro, o critério de fixação dos itens por parte do ministério, dirigia essas respostas a um fim previamente determinado." (idem: 12 - grifos da autora)

Podemos perceber aí como o uso que é feito deste questionário, bem como de outros inquéritos conduzidos seja pelo MAIC seja pela SNA, fundamenta a um só tempo, a produção de um consenso pela imposição de temáticas - os quesitos que impõem aos consultados a questão da policultura, p.ex. -, e a produção de um fato político - a legitimação de determinadas políticas agrícolas através da realização destas consultas que eram concebidas como espaço de exposição dos problemas e necessidades dos agricultores. Poderíamos acrescentar ainda uma terceira potencialidade simbólica no uso destes inquéritos, o uso de uma linguagem estatística como mecanismo de transmutação de um discurso político em um discurso técnico.

Enfim, a SNA fez uso dos inquéritos como instrumento político tanto de legitimação de posições políticas quanto de produção de consensos dentro da entidade e

fora da entidade. E esse uso remeteu fundamentalmente a um esforço em constituir-se como o mediador legítimo entre aquelas oligarquias periféricas e o Estado, por meio, de um lado, da produção, através da organização de um pensamento de classe, de uma unidade entre aquelas oligarquias em torno da entidade; e de outro, pela tentativa de impor, frente ao Estado, o monopólio da representação dos interesses do "campo", constituindo para si o papel de porta-voz das classes agrárias, legitimando suas demandas específicas sob a forma um interesse geral do campo. Mais adiante demonstraremos como o Inquérito de 1925 inscreveu-se neste duplo esforço. Antes, cabe tornar mais claros os interesses envolvidos na elaboração do inquérito.

4. OS INTERESSES EM JOGO: A SNA E A IMPORTAÇÃO DE BRAÇOS

Como já vimos mais acima, uma das demandas básicas da SNA foi a de "braços para lavoura". Esta suposta "falta de braços" remetia à ausência, no trabalhador nacional, de um conjunto de atributos de civilização em geral associados ao "trabalhador europeu". Tais atributos eram: a disciplina ao trabalho, os hábitos de poupança e higiene, e a posse de técnicas avançadas de cultivo do solo. Contudo, uma vez que a SNA visava representar os interesses de outras regiões econômicas que não a lavoura cafeeira paulista, ficava clara a pouca probabilidade de uma imigração massiva de trabalhadores europeus para o conjunto das regiões ou menos dinâmicas, do ponto de vista econômico, ou de clima menos propício ao imigrante da Europa.

Nesse sentido, restava à SNA duas saídas básicas para a solução deste problema, a primeira delas já foi por nós analisada mais atrás, trata-se das propostas de *reforma do nacional*, de modo a adequa-lo ao modelo do *farmer europeu*. Uma segunda solução, da qual o Inquérito de 1925 é testemunha cabal, consistiu no estímulo à imigração japonesa para os estados do norte.⁶⁹ Essa solução repousava num duplo raciocínio sobre a imigração japonesa: de um lado, o imigrante japonês era visto como "menos exigente"

⁶⁹ Cabe recordar que naquele momento entendia-se por região Norte o espaço geográfico que hoje engloba as regiões Norte e Nordeste.

quanto às condições de trabalho a que seriam submetidos, incluindo aí tanto a dureza de certas tarefas quanto os rigores climáticos onde estas tarefas seriam realizadas; de outro lado, o surgimento do Japão como potência no cenário mundial era acompanhado de uma representação do japonês como portador de uma série de atributos civilizatórios, tais como a disciplina ao trabalho, o hábito de poupança e as técnicas produtivas.

Todavia, essa posição da entidade tinha, necessariamente, de ser conduzida num terreno diferente daquele em se desenvolveram as discussões acerca do *reforma do nacional*. Isto porque - dadas as possibilidades de classificação dentro daquele quadro que analisamos no segundo capítulo e dos próprios interesses representados pela entidade - as posições acerca do trabalhador nacional eram construídas pela SNA de modo a fazer o mínimo de recurso direto e explícito ao tema da raça. Porém, a mesma postura não era possível em se tratando da importação de trabalhadores, vale dizer que - nos termos daquele quadro classificatório - não era possível pensar-se o imigrante sem uma referência direta e explícita ao tema da raça.

De modo que os defensores da imigração japonesa como solução civilizatória para a região Norte - dentre os quais segmentos importantes da SNA tinham um papel destacado - moviam-se num terreno espinhoso visto que, por conta do argumento eugênico, esbarravam numa forte oposição de segmentos da elite republicana à entrada no país, sob a forma de imigrantes, de qualquer outro sangue que não o europeu.

A oposição específica à imigração japonesa remonta, no mínimo, às primeiras experiências feitas por cafeicultores paulistas na importação deste tipo de imigrante a partir de 1906. Esta primeira importação, como outras que se seguiriam nas décadas seguintes, explicava-se pela necessidade em suprir o estrangulamento do fluxo de imigrantes europeus, bem como na esperança em estreitar os laços comerciais entre Brasil e Japão abrindo mais mercados para o café.

Já nesse momento, os opositores deste tipo de imigração invocavam o exemplo norte-americano de restrição ao japonês para legitimar aquelas representações que definiam o amarelo como *inassimilável*, pela diferença de sua cultura e por sua tendência ao isolamento no interior de seu próprio povo, e prejudicial à evolução eugênica do tipo racial brasileiro que, teoricamente, vinha sendo operada por meio da importação do

sangue europeu e sua posterior mistura ao sangue nacional. As preocupações giravam em torno da "proteção da raça", tendo mobilizado diversos segmentos das elites brasileiras, notadamente aquele segmento mais próximo ao discurso propriamente eugênico, a classe médica.⁷⁰

Mesmo frente a essa oposição, a importação de braços japoneses por fazendeiros paulistas, que obedeceu à ciclos definidos segundo à disponibilidade de imigrantes europeus, persistiu até o final da década de 10 ao ponto de São Paulo ter concentrado, no período, cerca de 80% dos imigrantes entrados no país. Todavia, estes ciclos se interromperam em 1922 quando o governo paulista resolveu não mais subvencionar as passagens dos imigrantes japoneses. (Nogueira, 1973: 228)

Esta decisão foi duplamente tributária das expectativas que cercaram o fim da primeira guerra mundial. De um lado, a solução do conflito reforçou as esperanças de uma retomada do fluxo de imigrantes europeus para o Brasil, pelo menos até o começo da década; e de outro, o tema básico do conflito, a luta entre impérios, produziu uma aguda consciência dos perigos de uma nova repartição imperialista do mundo onde o território brasileiro poderia tornar-se objeto de disputa. Notadamente a segunda variável deu forte impulso aos inimigos da imigração japonesa que desencadearam, a partir de 1918, uma campanha na Imprensa pedindo restrições por parte do governo brasileiro à entrada destes imigrantes e condenando as anteriores iniciativas paulistas de importação de trabalhadores japoneses.

Figuras de destaque do meio médico como Miguel Couto e o então chefe do departamento de higiene de São Paulo, Arthur Neiva, acusavam os imigrantes japoneses de se aculturarem com dificuldade e de representarem o ponto de partida para uma futura colonização japonesa de terras sul-americanas. (idem: 207) Como vimos acima, esta campanha resultou na suspensão pelo Estado de São Paulo das subvenções a este tipo de imigrante.⁷¹

⁷⁰ Durante a segunda metade da década de 20, o discurso que Miguel Couto fez em 1923 à academia de medicina do Rio de Janeiro condenando veementemente a imigração japonesa e censurando os estadistas paulistas pelas anteriores importações de braços amarelos - sob pena de prejuízos étnicos e à soberania - foi uma das referências básicas dos discursos daqueles que se opunham à imigração japonesa.

⁷¹ Em 1924, Eugênio Lefèvre, Diretor-geral da secretaria de agricultura de São Paulo dizia: "A imigração japonesa subvencionada foi mantida pelo governo durante alguns anos, tendo sido adotada em caráter temporário, para suprir a deficiência européia. Contudo, mesmo permanecendo as

Enfim, era em meio a este quadro de acusações à imigração japonesa centradas nos temas da eugenia e do imperialismo que se moviam as pretensões de determinados segmentos da SNA em promover a imigração japonesa para o Norte do país. Falamos em segmentos porque dentro da própria entidade as opiniões estavam divididas acerca do tema. Isto é o que nos mostra, tanto o debate que se desenrolou nas páginas de *A Lavoura* nos meses de julho e dezembro de 1926 acerca da necessidade de imigração japonesa para a Amazônia,⁷² quanto o fato de um membro e diretor da entidade - o deputado federal por Minas Gerais, Fidélis Reis - ter apresentado à Câmara o projeto que restringia a imigração japonesa, e de ter a ele se oposto, por meio da elaboração do Inquérito e das intervenções na Câmara, o presidente da entidade, senador pelo Pará, Lyra de Castro.

Para entendermos essa discordância no interior da própria entidade é necessário lembrar que a Sociedade se estruturava por sobre um conjunto muito diverso de complexos econômicos cujos diferentes atrativos à imigração conformavam as posições sobre o tema. Nesse sentido, cabe lembrar que as levas de imigrantes europeus que, desde o final do Império e Primeira República, se encaminharam para o país, o fizeram tão

dificuldades à vinda de europeus, resolveu o Estado de São Paulo em princípios de 22 não mais subvencionar a imigração japonesa. Esta resolução foi ditada pelo receio de avolumar demais no Estado o estabelecimento de imigrantes que, sob os pontos de vista da formação da raça nacional, social e político, não podem nos convir. Além disso, teve o governo de atender à manifestação da opinião pública, traduzida na imprensa desta capital e do Rio de Janeiro." (apud Nogueira, 1973:209)

⁷² Este debate ocupou duas edições da revista. Na primeira, Benjamin Lima afirmava: "É na Amazônia que a questão do povoamento assume feição mais embaraçosa...principalmente pelas asperezas do meio...uma circunstância providencial veio agora encaminhar para uma solução que se anuncia rápida e simples, esse problema de dificuldades quase alucinantes: a contingência em que o povo japonês se encontra, de buscar fora de seu arquipélago... território para seu superávit demográfico e a repulsa que se lhe depara em vários dos países ainda insuficientemente povoados, repulsa provinda de preconceitos e prevenções subsistentes ainda hoje... As disposições de acolhimento franco patenteadas pelos atuais dirigentes de 2 estados do extremo-norte aos colonos de origem nipônica, as assombrosas possibilidades que atribuem ao nosso setentrião os especialistas no concernente à cultura do algodoeiro...são indícios inequívocos de que a Amazônia vai, enfim, receber o contingente de à cuja falta seu progresso tanta vezes se tem ressentido.." (*A Lavoura*, Junho de 1926, pg. 297). Já na edição seguinte, Nunes Pereira contra-argumentava ao afirmar que: "...a realidade japonesa costuma apresentar-se aos homens de outras latitudes com as formas e as máscaras alucinantes da ilusão, de maneira a esquecer-se-lhe a política interna e a presumir-se que a enérgica e serena personalidade do Japão não se abandona, por vezes, aos desgares em que jazem velhos países da Europa...Sou contrário à imigração japonesa, como sou contrário à imigração indiana para a Amazônia porque ainda não pude crer que o amor, na Idade do celibatarismo, que é a nossa, domine os negócios internacionais e ofereça resultados menos sangrentos dos que os oferecidos à Europa e ao mundo, entre 1914 e 1919. (*A Lavoura*, Dezembro de 1926, pg. 463)

somente para um conjunto muito limitado de estados, principalmente SP e RGS, mas também PR, SC, RJ, MG, ES.

Isto nos permite supor que, quanto às expectativas frente aos diversos tipos de imigração, houvesse uma distinção entre parlamentares que representam os estados que receberam imigração européia daqueles outros representantes de estados que nunca puderam contar com este tipo de imigrante. Vale dizer que, a clivagem regional que separa os dois parlamentares e diretores da SNA: Lira de Castro (senador pelo Pará) e Fidélis Reis (deputado federal por Minas Gerais), deve ser tomada como uma variável importante no entendimento da diferença de opiniões sobre a imigração japonesa.

Para testar esta hipótese em meio ao universo bastante disperso das respostas ao Inquérito, recortamos dentre os nomes da mostra um conjunto composto por aqueles mais diretamente referidos à definição e gestão de políticas públicas. Foram eles : Presidente de Província (2); prefeitos (12); deputados federais (5) e estaduais (1); secretários estaduais de povoamento, colonização e agricultura (4); funcionários federais de alto escalão (2) e entidades civis ligadas aos temas (7), totalizando 33 nomes. Feito este recorte e analisadas as respostas de cada um acerca da imigração japonesa, delimitamos três tipos de posições sobre o tema: a favor, contrario de modo absoluto, e favorável com restrições ao volume de entrada e localização no território brasileiro. Em seguida, tabulamos as três posições, tomando por referência a distinção entre estados que tinham um histórico de imigração européia e aqueles que não tinham. No primeiro caso, SP, RGS, PR, SC, RJ, MG e ES; e no segundo, GO, MT, AM, BA, PA, RGN e CE. Dada esta distinção as posições se distribuem da seguinte maneira:

REGIÃO	A FAVOR	CONTRA	RESTRICÇÕES
Presença de um histórico de imigração europeia.	9 (37,5%)	11 (45,83%)	4 (16,67%)
Ausência de um histórico de imigração europeia.	5 (55,56%)	3 (33,3%)	1 (11,1%)

Para um melhor entendimento destes números é necessário apontar as possibilidades determinadas pela apresentação do projeto de Fidélis Reis. Preocupado com "a entrada de todo e qualquer elemento julgado nocivo à formação, moral e física da nacionalidade" (Artigo 4º), o deputado apresentou o já citado projeto com mais dois artigos de suma importância para esta discussão. O artigo 1º restringia os benefícios à imigração apenas à figura do imigrante europeu. Segundo a proposta do deputado: "Fica o governo autorizado a promover e auxiliar a introdução de famílias de agricultores *europeus*, que desejarem transferir-se para o Brasil como colonos." (grifos nossos) E a esse incentivo exclusivo ao imigrante europeu se somava ainda a proposta de restrições à entrada de imigrantes negros ou amarelos. No Artigo 5º do projeto apresentado à Câmara, o autor propunha que fosse proibida "à entrada de colonos de raça preta no Brasil e, quanto ao amarelo será ela permitida, anualmente em número correspondente a 5% dos indivíduos dessa origem existentes no país" (SNA, 1925:450).

Vale dizer que, quando Fidélis Reis apresentou seu projeto tanto definindo o imigrante europeu como o único passível de receber apoio oficial, quanto um percentual máximo de entrada dos imigrantes japoneses no país, percentual esse de 5% sobre a

população japonesa até então entrada no país, ele propunha na verdade a manutenção do quadro de distribuição dos imigrantes entre os estados. Isto porque, de um lado, o privilégio à imigração européia historicamente beneficiara um conjunto limitado de estados - e mesmo este fluxo imigratório já dava sinais de esgotamento -; de outro lado, ao reduzir a entrada de novos imigrantes japoneses no país e privá-los de qualquer incentivo estatal, a proposta do deputado, num mesmo movimento, mantinha a possibilidade de alguma imigração japonesa apenas para os estados que já tinham recebido este tipo de imigrante - basicamente São Paulo e, em número bem menor, Minas e Paraná -, e estancava qualquer possibilidade de imigração japonesa diretamente para os demais estados do Norte e do Centro. Foi contra essa possibilidade que Lyra de Castro, três vezes senador pelo Pará (1910, 1920 e 1924)⁷³ se colocou quando, em 1925 organizou o inquérito sobre imigração.

Nesse sentido, os números obtidos confirmam a hipótese de uma clivagem regional estruturando esta diferença de posições dentro do conjunto de atores políticos consultados pela SNA. Este resultado aparece de duas maneiras. Em primeiro lugar, pelo simples contraste entre os percentuais de favoráveis e contrários nas duas regiões. 55,5% entre os favoráveis daqueles estados sem história de imigração e 37,5% entre o conjunto de estados que recebiam imigração, e 33,3% a 45,83% respectivamente no caso dos contrários. Em segundo lugar, este resultado se torna mais expressivo se tivermos em mente que até mesmo à restrição, tal como propõe o deputado Fidélis Reis, implicaria o estrangulamento da imigração japonesa. Isto significa que os contrários à imigração japonesa e os que queriam a sua restrição laboravam em terreno comum, pondo em risco quaisquer projetos de incremento da imigração japonesa. Daí que se somarmos os índices de rejeição e restrição de ambas as regiões - 62,50% de rejeição no primeiro grupo de estados e 44,4% no segundo grupo - os números apontam uma forte oposição às propostas que poderiam viabilizar a imigração japonesa para os estados do Norte.

Isto mostra que a divisão dentro da própria SNA era expressão de uma divisão dentre os atores políticos de um modo geral, segundo os interesses regionais que representavam. E a explicação mais imediata para tal divisão consiste nas possibilidades diferenciadas destas regiões em beneficiar-se da manutenção de uma política imigratória

⁷³ Cf. Mendonça, 1990:113

preferencialmente centrada no imigrante europeu. Isto é, segundo os representantes das regiões que historicamente não foram objeto de empreendimento imigratório significativo, definir o imigrante europeu como único merecedor de subsídios e de ampla liberdade de entrada no país implicava - pelas circunstâncias de desenvolvimento econômico e condições climáticas destas regiões - em congelar a situação de inexistência de imigração para tais estados, ao mesmo tempo em que se garantia que os recursos públicos continuariam concentrados num tipo de imigração que beneficiava tão somente os mesmos estados já beneficiados.

Esse quadro de interesses ganhou lances de batalha parlamentar durante a tramitação do projeto de Fidélis Reis. Inicialmente, cabia ao deputado relatar o projeto que Cincinato Braga havia apresentado em 1921 proibindo a imigração negra. Todavia, Fidélis Reis foi mais além, em 1923 apresentou um projeto substitutivo cujo motivo central consistia menos em aprofundar as restrições a imigração negra já sugeridas no projeto anterior do que por em cena o controle sobre a imigração japonesa. Daí ser esta a principal novidade deste projeto frente ao seu antecessor apresentado em 1921. Segundo o próprio autor do projeto:

"Mas além das providências de outra natureza que temos em vista com o nosso projeto - neste particular mais liberal e menos irritante que o dos preclaros representantes de São Paulo e Pernambuco - o que queremos é ampliar o pensamento nele contido, para tornar a proibição também extensiva, em grandes levas, ao imigrante japonês." (SNA, 1925:457)

Essa posição clara no sentido de restringir à imigração japonesa definiu o conjunto das ações em torno do projeto. Em Dezembro do mesmo ano o projeto foi examinado na comissão de Agricultura, tendo recebido parecer favorável do relator, o deputado federal por São Paulo, João de Faria. Neste parecer o deputado registrava a posição favorável ao projeto das "...três Sociedades Agrícolas de São Paulo, compostas dos elementos mais preponderantes da lavoura daquele estado.."(SNA, idem:462), ao mesmo tempo em que pintava um péssimo retrato do imigrante japonês. E este retrato manipulava tanto o tema da eugenia quanto o tema da assimilação. Segundo o deputado:

"Quando se trata do imigrante estrangeiro, como elemento colonizador, o que vem logo à nossa idéia é que devemos preferir aqueles que são de boa raça, igual ou melhor que a nossa, não só para fecundar o solo como para fazer conosco o cruzamento dos indivíduos, dando-nos grande lucro e com pouco

prejuízo para eles. A mesma coisa é o que se aconselha sempre nos domínios da zootecnia, onde se procura o aperfeiçoamento do animal pelo cruzamento com raças de estirpe mais nobre, afim de o produto se apresenta com melhor aspecto e tenha maior valor. (grifos nossos)⁷⁴

"A sua língua nos é incompreensível, os costumes muito diferentes dos nossos, com um aspecto físico pouco atraente, dotado de uma moral ao nosso ver estranhável e que se caracteriza pela falta de cumprimento de contratos, o colono japonês, em regra, quando recebe o pagamento, deserta em massa da fazenda durante a noite... Além de tudo, a ninguém é preciso lembrar que o Japão é potência militar, considerada de primeira ordem, bem como em condições de provocar atritos com os povos fracos, por oferecerem restrições à sua expansão colonial." (idem: 462)

A citação deixa claro que a estratégia fundamental de combate à imigração japonesa passava, necessariamente, por enquadrá-la numa dada possibilidade classificatória que maximizasse a negatividade deste tipo de imigração. Tratava-se de impor ao imigrante japonês tanto o estigma da inferioridade racial - prejudicando as já poucas virtudes do homem brasileiro - quanto o enquadramento na imagem do imigrante inassimilável. Isto através da manipulação de três elementos presentes no tema da inassimilação: o fechamento em sua própria língua e comunidade; o desrespeito à lei sob a forma da quebra de contrato; e o temor de uma ameaça imperialista.

E esta operação discursiva levada a cabo pelo deputado estava situada no centro do debate em torno da destinação de imigrantes para os estados do Norte. De modo que à condenação da imigração japonesa se segue, na argumentação do deputado, a imigração europeia como solução eugênica e civilizatória para os estados do Norte.⁷⁵ Segundo ele:

"A insistência com que o Sul reclama a continuidade da imigração europeia é a prova de que pela experiência, se verificou que esses colonos não só concorreram para os surtos de nossa economia rural, como ainda porque o seu caldeamento com nossa gente está dando ótimos resultados. Diante disso, deve vir a pergunta: por que não se faz a mesma coisa com a região Norte. A falência do trabalhador agrícola do Norte precisa ser corrigida com o estímulo que só pode vir do colono europeu colocado junto dele, com outros métodos de cultura e de economia doméstica." (Idem: 467)

Esta citação fecha um ciclo na construção do argumento anti-nipônico. De um lado, opera-se uma desqualificação do imigrante japonês pelo seu enquadramento numa

⁷⁴ Podemos perceber aqui com que facilidade os trabalhadores braçais são concebidos como parte da natureza. Trata-se da já citada "eugenia de curral".

⁷⁵ O deputado chegou a propor em seu relatório do projeto a inclusão de um artigo com o seguinte texto: "O Governo fundará em cada estado do Norte, a começar pela Bahia, um núcleo de imigrantes camponeses europeus, com a denominação de "Núcleo Colonial Modelo". (Idem: 470)

possibilidade classificatória das mais negativas, para, em seguida, definir-se a imigração europeia como a única recomendável para o país. E esta definição é de tal modo absoluta que deveria prevalecer inclusive nas situações em que a experiência já tinha mostrado a inviabilidade da imigração europeia, como era o caso da imigração para os estados do norte. Mais ainda, as duas operações do argumento conformaram também as sugestões de política pública presentes no relatório do deputado paulista que inviabilizariam a imigração japonesa para os estados menos dinâmicos: de um lado, a restrição dos incentivos e subsídios tão somente ao imigrante europeu; e de outro, a restrição à entrada dos imigrantes japoneses no país.

Sendo que nesta última medida o relator incluiu uma modificação que redefinia em termos bem mais duros a proposta de Fidélis Reis. O relatório propunha que fosse...

"..proibida a entrada de imigrantes da raça preta no Brasil e quanto ao amarelo será ela permitida, anualmente, em número correspondente a 5% dos indivíduos dessa origem, localizados em cada estado e reconhecidamente agricultores." (Idem: 471)

Esta "pequena" modificação por meio da qual deslocava-se o eixo de cálculo do país para os Estados significava simplesmente que se garantia de forma efetiva que só entrassem imigrantes japoneses nos estados que já haviam recebido este tipo de imigração, ou seja São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A estrutura do argumento definiu também os termos da resposta por parte dos partidários da imigração japonesa. Estes últimos igualmente contra-atacaram em duas frentes. De um lado, visaram deslocar as representações acerca do japonês daquela possibilidade classificatória mais negativa para outra mais positiva ao mesmo tempo em que procuravam neutralizar as políticas que pudessem estrangular o fluxo de imigrantes japoneses. Começamos pela segunda operação.

Encerradas as discussões na comissão de agricultura em dezembro de 1923, o projeto que de lá saiu - e onde se encontram incorporadas as sugestões do relator - foi à comissão de finanças por ter incluído matéria orçamentária. Lá chegando, o deputado federal por Sergipe Oliveira Botelho apresentou um parecer ao projeto em preservava a maior parte do texto de João de Faria mas propunha uma emenda supressiva cujo conteúdo incidia somente sobre dois pontos: a exclusão do termo "europeus" em todos os

artigos que definiam os benefícios a serem concedidos aos imigrantes; e eliminação do artigo acerca das restrições à imigração japonesa. Ambas as propostas visavam neutralizar as iniciativas de Fidélis Reis e João de Faria. Com a primeira, o deputado garantia que os benefícios dados à imigração não se restringissem aos imigrantes europeus; com a segunda, eliminava, de um só golpe, qualquer espécie de restrição legal à imigração japonesa.

Contudo, para garantir a aprovação destas modificações era necessário não só apresentar propostas como essas mas também convencer o conjunto dos agentes políticos envolvidos nesta decisão a aceitarem tais propostas. E foi a busca em construir uma imagem positiva do imigrante japonês, de modo a sustentar um consenso em torno da emenda de Oliveira Botelho o que levou, ainda durante o debate sobre o projeto na comissão de finanças, o senador Lyra de Castro - presidente da SNA - a *pedir vistas dos projetos e produzir um parecer que incorporava as conclusões do Inquérito sobre Imigração promovido pela SNA*. Desse modo, o Inquérito passava a fazer parte do debate parlamentar, trazendo para este campo de discussão não só as formulações da SNA, mas também a estrutura de seu discurso, uma vez que levar o inquérito à Câmara significava a tentativa de impor um determinado terreno, circunscrito pela própria SNA, ao debate sobre imigração.⁷⁶

O inquérito inscrevia-se assim, num duplo esforço simbólico em, de um lado modificar as representações sobre o imigrante japonês buscando classificá-lo numa categoria mais positiva; e de outro, produzir um fato político que, sob a representação da

⁷⁶ Um exemplo significativo de como o debate sobre a imigração japonesa como solução para a "falta de braços no norte" alcançou espaços mais amplos do que o parlamento e a própria SNA, e também de como o Inquérito foi utilizado de modo a definir um certo terreno a este debate pode ser extraído da apresentação do Censo de 1920, em que o organizador, Bulhões de Carvalho, também membro da SNA e colaborador da Lavoura, após a apresentação de uma série de estatísticas comparativas dos fluxos migratórios em vários países e das diferenças na concentração dos imigrantes em território brasileiro, afirmou: "...é evidente a deficiência do elemento estrangeiro na estrutura demográfica do Brasil, deficiência muito mais notável na Zona Norte do que na Sul, para a qual tem afluído a quase totalidade das correntes migratórias...Tão exíguo número de estrangeiros, em um território tão vasto como o Brasil está indicando a necessidade imprescindível de facilitar a entrada de imigrantes que possam favorecer com seu concurso o progresso do país; não sendo razoável, portanto criar restrições à imigração estrangeira, com preconceitos étnicos ou embaraços ao ingresso dos indivíduos de raça amarela, - colonização assaz eficiente no que diz respeito aos japoneses, e considerada por uma autoridade no assunto `um magnífico elemento de trabalho, no meio de nacionais, principalmente nas zonas de clima menos propício aos europeus". ("Introdução ao item população por nacionalidades" In Brasil, 1927). A citação feita por Bulhões de Carvalho foi extraída da resposta de J.F Gonçalves Junior ao Inquérito da SNA.

existência de uma opinião nacional, minimizasse ou desqualificasse as posições contrárias à imigração japonesa, validando aquela classificação mais positiva e seus defensores. O modo pelo qual a SNA construiu o inquérito e sua interpretação de modo a levar a cabo esse duplo objetivo é o que veremos na próxima seção.

5. CONSTRUINDO A POSIÇÃO: A ESTRUTURA E A INTERPRETAÇÃO DO INQUÉRITO

Podemos dizer que foram três as estratégias básicas por meio das quais aquela fração da SNA representada por Lyra de Castro buscou construir o Inquérito como forma de intervenção no debate sobre a imigração com o objetivo de mudar as representações sobre os imigrantes japoneses. Estas três estratégias foram: impor, por meio das perguntas selecionadas, determinadas problemáticas aos leitores; criar, frente ao conjunto de atores políticos envolvidos no debate, a representação do inquérito como expressão da opinião pública acerca do encaminhamento a ser dado a ação do Estado; e interpretar as respostas num sentido determinado, o qual deslegitimava as propostas de restrição aos imigrantes japoneses. Analisemos mais detidamente cada uma das estratégias.

A primeira das estratégias consistiu em definir os termos em que se deveria encaminhar o debate sobre os tipos preferenciais de imigrante e um dos instrumentos utilizados nesse sentido foi o da seleção das perguntas que compuseram o inquérito. A terceira pergunta do questionário ilustra bem esta estratégia. Ela foi assim formulada:

"Pensa que essa imigração deva ser exclusivamente da raça branca? Parece-lhe que esta se aclima(sic) bem em todas as regiões do país? Há preferência por alguma nacionalidade?" (SNA, 1925:3 - grifos nossos)

Podemos observar aí que os organizadores do Inquérito não colocam ao perguntado a questão da **preferência** pelo imigrante branco, isto porque, face aquele quadro classificatório anteriormente trabalhado, tal pergunta necessariamente induziria a uma unanimidade em torno do imigrante europeu e, em consequência, fortaleceria a posição contrária a qualquer outro tipo de imigrante. Ao contrário, foi proposto ao inquirido o tema da **exclusividade** da imigração branca, associando imediatamente esta

exclusividade a uma preocupação com a *aclimatação* da raça branca em todo o território nacional.

E esta ordem entre as perguntas visava menos assegurar uma resposta positiva ou negativa à imigração japonesa do que impor uma dada ligação entre os temas da imigração e da aclimatação definindo o terreno de abordagem do problema. Isto porque, uma vez que uma das justificativas mais recorrentes para a ausência de imigrantes europeus na região Norte era a dificuldade de aclimatação destes, tais perguntas apontavam para o fato de que a formulação de políticas imigratórias que produzissem uma virtual exclusividade da imigração europeia para o país trazia, como consequência, uma reprodução das dificuldades vividas até então pela região Norte.

E o esforço em impor esta associação como o terreno de enfrentamento do problema político da imigração foi complementado por um outro esforço em impor também as condições de resposta à algumas das perguntas feitas, notadamente aquelas referidas à imigração japonesa, de modo a neutralizar possíveis e desagradáveis surpresas. Nesse sentido, a quarta e a sexta perguntas trazem uma sutil, porém importante, diferença em sua formulação:

"IV) Qual a opinião de V.Ex.a. no tocante à imigração de raça amarela?...
VI) Qual o parecer de V.Ex.a. no tocante à imigração de raça negra?" (Idem
- grifos nossos)

Esta sutil diferença de termos impõe uma distância que vai do senso comum ao discurso competente, da mera retórica ao saber que se baseia na experiência e/ou na técnica. Esta diferença se baseia na suposição de que a totalidade dos inquiridos, independente das regiões de origem, já teria uma "experiência" com imigração negra ao país - eufemismo com que muitas vezes se recobriu a experiência do tráfico negreiro e da escravidão -, o que lhes permitia produzir um "parecer" sobre o assunto, ao passo que a experiência com a imigração japonesa se resumiria a uns poucos estados da federação, cabendo apenas às respostas dadas ou por pessoas oriundas destes estados ou por autoridades com conhecimento técnico sobre o assunto.

E a funcionalidade dessa diferença entre opinião e parecer reside no fato que ela permitiu aos organizadores do inquérito trabalharem a interpretação dos questionários

num registro intermediário entre a opinião de todos e o saber de poucos, privilegiando, de modo a legitimar suas pretensões acerca da imigração japonesa, ora um, ora outro destes referenciais na seleção dos elementos a serem destacados das respostas ao Inquérito. Vejamos como isto aconteceu na análise que o secretário-geral da entidade fez das "opiniões" sobre a imigração japonesa:

"O Sul merece, em matéria de imigração, especial atenção, porque é a região nacional que tem efetiva experiência da questão. E do Sul, São Paulo, seguindo-se-lhe o Rio Grande. Ora, São Paulo, em 39 respostas a respeito da imigração amarela, apresenta 20 favoráveis e 19 contrárias, o que dá o que pensar, sabendo-se não só a preferência que pelo grande estado têm os imigrantes brancos...como o fato do clima paulista ser propício à qualquer raça ariana... Rio Grande do Sul é outro vasto laboratório experimental desta matéria. Este oferece face diferente: em 31 respostas só 10 são favoráveis ao amarelo, mas cumpre advertir que no Rio Grande do Sul, ao que parece, é menor a necessidade do imigrante... Mas ainda assim, a palavra oficial e técnica é em favor do amarelo: o Dr. Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e colonização do Estado, é, liberalmente, pela aceitação do asiático.."(Idem: 25 - grifos meus)

Podemos perceber aí, como a análise enfatiza ora a opinião de todos ora o saber de poucos. No primeiro caso temos a divisão de opiniões no conjunto de respostas de São Paulo, ao mesmo tempo em que o estado é destacado dos demais pela sua "efetiva experiência da questão".⁷⁷ Divisão que é ainda mais valorizada face a uma suposta fartura na oferta de imigrantes europeus.

Na contramão dessa "divisão de opiniões", o conjunto de opiniões provenientes do outro estado com "experiência imigratória" significativa, o Rio Grande do Sul, forneceu ampla maioria contra quaisquer experiências com o japonês. Neste caso, a interpretação das respostas obedeceu a outro referencial que não o da opinião de todos, privilegiando o saber competente de uns poucos como o "Diretor de Terras e Colonização" do estado, de modo a construir, na leitura da região que tinha "efetiva experiência da questão", a imagem de uma opinião dividida e não de uma maioria anti-

⁷⁷ _Esta divisão é importante na estrutura do argumento de Lyra de Castro, uma vez que a existência de uma suposta divisão de opiniões sobre a imigração japonesa como um todo, deveria conceder a estes imigrantes o benefício da dúvida, legitimando, no mínimo, experiências de colonização com o japonês. Ainda que, como sugere a pergunta nº5, esta imigração pudesse sofrer "**restrição ou distribuição pelas zonas do país**", isto é concentrar-se exclusivamente em determinadas regiões, como o Norte do país. (Idem: 3)

nipônica, em que pese o total das respostas apresentado na tabulação do próprio secretário-geral apontar o contrário.⁷⁸

A segunda das estratégias desenvolvida no Inquérito, criar para o conjunto dos agentes políticos a representação do inquérito como expressão da opinião pública acerca do encaminhamento a ser dado a ação do Estado, explicita-se tanto nas perguntas formuladas quanto na apresentação do questionário e interpretação das respostas. Todavia ela exige alguns movimentos específicos em relação à estratégia anterior.

O primeiro destes movimentos consistiu em afirmar uma separação entre *saber* e *poder*. Tal separação foi operada por meio de um lado, da atribuição aos inquiridos de uma *competência* específica para lidar com o tema e, de outro lado, pela proposta de que esta competência servisse de norte à ação do Estado. Tal pretensão fica clara já na definição dos problemas abordados no inquérito, os quais foram, antes de tudo, problemas *políticos* no sentido estrito do termo, pois, como já vimos mais atrás, tais questões nasceram do debate parlamentar acerca da ação do Estado. O inquérito foi ele mesmo concebido como instrumento por meio do qual tal debate seria alargado na direção de incorporar um determinado conjunto de atores considerados competentes pela SNA. Já no início do questionário pode-se ler:

"Ex.mo. Sr. - saudações atenciosas - a Sociedade Nacional de Agricultura, preocupada, patrioticamente, em apurar, por meio de inquérito promovido entre as pessoas competentes, qual o pensamento brasileiro acerca da imigração, pede a V. Ex.a. o favor de responder, francamente, aos seguintes itens..."(idem: 2)

Como nos mostra o texto, essa "competência" dizia respeito não só aquele saber técnico que, como mostramos mais atrás era privilegiado na análise das respostas, mas ao fato dos inquiridos de um modo geral expressarem um suposto "pensamento brasileiro acerca da imigração", o qual deveria ser identificado pelas respostas ao inquérito. E o que nos revela a segunda pergunta formulada no questionário, é que a identificação desse "pensamento brasileiro" tinha uma função específica:

"No caso afirmativo, acha que essa imigração deva ser espontânea, ou deva ser intensificada ou subvencionada pelo governo do Brasil? No primeiro caso, que ordem de auxílios poderão prestar os governos aos imigrantes?" (Idem: 2)

⁷⁸ Segundo os números da SNA foram 44 (53,66%) contrários, 34 (41,46%) favoráveis e 4 (4,88%) abstenções, totalizando 82 respostas.(Idem: 22)

Esta função era o de definir - ou pelo menos influenciar, como nos mostra a ação de Lyra de Castro pedindo vistas do projeto na comissão de finanças -, a partir dos resultados do Inquérito, os rumos dados ao debate parlamentar acerca das políticas de imigração.

O segundo movimento por meio do qual a SNA visou construir a representação de um "pensamento nacional brasileiro" consistiu, num conjunto de três operações por meio das quais a entidade visou carrear ao evento do inquérito uma certa legitimidade política. Estas operações foram: em primeiro lugar, um esquema de distribuição dos questionários que privilegiou atores com peso no campo político; em segundo lugar, uma engenhosa interpretação do número de respostas face ao número de questionários enviados, a qual definiu aquelas recebidas como "representantes" do conjunto total de questionários remetidos; e uma terceira e complementar operação por meio da qual delimitou-se um subconjunto dentre as respostas que, de um lado carregado de peso político, e de outro, constituído com a participação de membros da SNA, expressaria a legitimidade das pretensões dos organizadores da mostra. Analisemos cada uma destas operações mais detidamente.

A primeira das operações diz respeito à estrutura de distribuição dos questionários. Como já assinalamos no segundo capítulo, os questionários foram remetidos na forma de 6000 circulares distribuídas da seguinte forma: 51 a toda a diretoria da SNA, 101 a associações rurais e 55 a comerciais, 21 a presidentes e governadores de estado, 39 a um conjunto de entidades e pessoas tais como a Academia de Medicina, à Sociedade Brasileira de Geografia, ao IHGB, ao Diretor do serviço de imigração de São Paulo, os secretários de agricultura de São Paulo, Bahia e Pernambuco, e mais um conjunto de indivíduos tidos como "autoridades" nos temas do questionário, à prefeitos de SP (157), RS (68), SC (37), RJ (38), PR (42), GO (17), AL (17), ES (17), MT (7), MG (117), AM (18), CE (29), BA (57), PA (30), MA (37), PE (27), PB (10), SE (11), AC (3); 43 a todos os principais jornais do país; 19 a empresas de navegação, 33 a toda a diretoria da Associação comercial do Rio de Janeiro, perfazendo um total de 1.170 circulares expedidas. Além destas, o secretário-geral da entidade informou que "a muitas pessoas e a cada presidente de estado e chefe de municípios, foram enviadas mais cinco formulários para que fossem distribuídas à cinco

peças *competentes* no estado ou município." (SNA, 1926:14 - grifos nossos). Este último lote contaria então 4.830 questionários.

Um primeiro dado a se observar sobre este esquema de distribuição é que ele traz, no seu aspecto mais geral, uma tripla divisão quanto à sua estrutura. Em primeiro lugar, um conjunto de "autoridades" e entidades selecionados pela SNA e para as quais foram destinados 410 questionários; em segundo lugar, um conjunto mais largo de 760 agentes políticos, entre prefeitos e presidentes de estado. Por fim, um terceiro e último conjunto, muito mais amplo que os demais, de pessoas que seriam indicadas pelos prefeitos, presidentes de estado e pelos organizadores do Inquérito, mas não especificadas quanto a seu mérito e motivo da escolha, e que somaram 4.830 questionários. Deste último grupo, a única especificidade que conseguimos apurar a partir da leitura das respostas do inquérito, foi a dele ser composto, basicamente, por funcionários municipais e proprietários rurais.

O primeiro grupo foi composto por entidades e pessoas com efetivo peso intelectual e político no cenário republicano⁷⁹, incluindo aí tanto propagandistas da imigração japonesa como Antonio Carlos Simões da Silva quanto opositores como Athur Neiva. O segundo grupo representava estritamente o aparato estatal, pelo menos ao nível dos municípios e unidades da federação. E o terceiro, agrupava um conjunto de

⁷⁹ Este conjunto de nomes foi composto por: Alves de Souza, Antonio Carlos Simões da Silva (Etnólogo, presidiu o 20º congresso internacional de americanistas em 1922, foi também membro da SNA e fez parte da Diretoria da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro), Arthur Neiva (Médico, Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo e do Instituto Oswaldo Cruz, representante da Bahia na constituinte de 34), Astrolábio Ramos (Médico, dirigiu revista especializadas e exerceu cargos públicos ligados à medicina), Augusto Ferreira Ramos (Engenheiro, um dos criadores da "caixa de conversão" adotada em 1909, foi Vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da SNA), Benedito Raimundo Silva, Bento de Miranda (Engenheiro Civil, diretor da SNA e deputado pelo Pará), Cícero Odon Peregrino da Silva (Deputado da província de Pernambuco), Dulphe Pinheiro Machado, Edgar Roquette-Pinto (Médico, Antropólogo e ex-diretor do Museu Nacional), Everado Backeuser, Hannibal Porto, Hugo Carneiro, Ildelfonso Simões Lopes (Jurista e futuro - e mais duradouro - dos presidentes da SNA), João Batista de Castro (Engenheiro e diretor da SNA), João Francisco Gonçalves Junior (diretor do Serviço de Povoamento do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio), José Luiz Sayão Bulhões de Carvalho (Engenheiro, Diretor Geral de Estatística do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, organizador do Censo de 1920 e membro da SNA), Juscelino Barbosa, Mario Pinto Serva (Bacharel, redator do Jornal do Comércio, fundador da Liga Nacionalista e deputado por São Paulo), Miguel Mello (Jornalista com passagem nos grandes jornais da época), Otto Prazeres (Jornalista e Secretário da Câmara dos Deputados na década de 10), Conde Pereira Carneiro (proprietário do *Jornal do Brasil*), Ramiz Galvão (Professor de Botânica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro do IHGB), Raul Adalberto de Campos (Ministro das Relações Exteriores na década de 20), Silva Araújo, Victor Vianna (Redator-chefe do *Jornal do Comércio*)

proprietários rurais e funcionários municipais numerosos, mas de reduzido peso no campo político.

Se respondidos os questionários na sua totalidade, estes dois primeiros conjuntos seguramente garantiriam ao inquérito um considerável peso político, produzindo assim, um evento a ser considerado no debate então em curso no congresso. Isto é o peso dos atores envolvidos seria por si só suficiente para produzir um fato político de tal dimensão que permitisse a SNA intervir - por meio da interpretação das respostas nos moldes por nós descritos mais acima - no debate parlamentar, seja sobre o projeto Fidélis Reis seja sobre o orçamento e a destinação de verbas à imigração.

Todavia, essa equação escondia dificuldades. A primeira, e mais óbvia era a possibilidade da simples recusa destes agentes em responder ao questionário, o que privaria o inquérito do cacife político que cada um carregava. A segunda dificuldade consistia em que, mesmo respondendo, estes agentes poderiam produzir um juízo peremptoriamente negativo sobre o imigrante japonês. Vimos mais atrás como a organização das perguntas e a interpretação das respostas visou equacionar este último problema, já aquela primeira dificuldade mereceu uma dupla solução. Em primeiro lugar, por meio da ampliação, para além daquele círculo de "autoridades" - estatais ou não - do número de participantes do inquérito; e em segundo, por meio de uma estratégia de interpretação das respostas que tomou as respostas dadas como "representantes" dos questionários enviados. Analisemos cada uma das soluções mais detidamente.

A primeira das soluções foi operada por meio da definição daquele terceiro e amplo conjunto de agentes que poderiam responder os questionários. Esta amplitude possibilitaria a introdução de um elemento de multiplicação nas respostas potenciais ao inquérito, que teria por efeito, a um só tempo, legitimar a pretensão de seus organizadores em afirmar estarem identificando "um pensamento nacional" - carreando assim, uma outra fonte de capital simbólico ao evento -, e descolar a distribuição estatística das respostas das posições concretamente assumidas pelos atores de maior peso político no debate público sobre imigração. Isto é, aumentar ao máximo o número de participantes no Inquérito permitiria dissolver o peso específico de uma determinada "autoridade" contrária à imigração japonesa numa totalidade maior de respostas a serem

representadas numa linguagem estatística, aparentemente despida de ambiguidades e das idiosincrasias dos autores particulares.

Estes três conjuntos dentro do esquema de distribuição dos questionários revelam, assim, uma dupla estrutura, com os dois primeiros carreando ao evento Inquérito um determinado peso político e simbólico que poderia qualifica-lo como peça a ser levada em conta no debate sobre imigração; e o terceiro conjunto proporcionando, uma vez que a multiplicação do número de participantes permitia o predomínio de uma abordagem estatística das respostas, a ampliação das possibilidades de interpretação dos resultados da consulta.

Analisemos agora aquela segunda operação por meio da qual SNA procurou carrear ao inquérito um certo peso político. Esta operação consistiu num malabarismo interpretativo exposto numa das seções de apresentação do inquérito e de seus resultados denominada "*A significação exata das fichas individuais*". Nesta seção, os organizadores do inquérito procuraram enfrentar um resultado que obviamente punha em risco as pretensões de legitimidade política que deveriam advir da realização do evento, e que foi o envio de 166 respostas aos 6000 questionários enviados. E esse número registrou ausências significativas naqueles três conjuntos anteriormente descritos, incluindo aí a maior parte dos nomes do primeiro grupo para os quais o questionário foi enviado nominalmente.

Passemos à argumentação do secretário geral:

"Poder-se-ia, talvez, dizer que é pouco significativo o número de respostas obtidas: 166. Mas é bom não esquecer que foi grande o número de circulares expedidas: 6.000. Acresce que, dessas, algumas foram, com êxito, dirigidas aos jornais, pedindo-lhes a respectiva publicação e um apelo aos leitores para que enviassem suas opiniões à Sociedade Nacional de Agricultura, o que eleva aqueles 6.000 a mais de 100.000. Ora, o inquérito teria sido restrito se tivesse se dirigido a 166 pessoas. Mas, não; ela de fato apelou para mais de 100.000... Isso quer dizer que todos esses tiveram o conhecimento do inquérito. Se não participaram dele, respondendo, é porque se desinteressavam do assunto. Esta observação dá notável relevo ao resultado da investigação. Fica evidente que quem tem opinião respondeu - o que vale acentuar que aquelas 166 respostas assumem expressão iniludível. São 166 respostas que representam dezenas e dezenas de milhares de pessoas e instituições que, consultadas, preferiram calar, isto é, concederam tacitamente, poderes àqueles 166, estando, portanto por eles decidirem." (SNA, 1925:58 - grifos nossos)

A citação é tão clara que quase nos poupa comentários. Por meio de um raciocínio que transforma desinteresse pelo inquérito em delegação de voz e voto, os organizadores do evento procuraram carrear ao limitado número de respostas obtidas todo o peso contido na abrangência dos questionários remetidos. Buscaram, desse modo, construir a representação de que as respostas ao inquérito expressavam efetivamente o "pensamento nacional". Todavia essa representação de um "pensamento nacional" que as respostas expressariam implicou outras subtilezas na sua construção.

Basicamente, esta representação foi construída em três movimentos: Em primeiro lugar, o esquema de distribuição dos questionários implicou a seleção de um determinado espectro de agentes aos quais, de antemão, já cabia o papel de representar o pensamento de todos os brasileiros. Estes agentes estavam inseridos seja no aparelho estatal, seja em entidades ao nível da sociedade civil as quais, como expusemos no caso da SNA, encontravam-se entrelaçadas com aqueles aparelhos. Estes agentes formavam o campo em que se disputava a direção das políticas públicas, por conseguinte, como já visto em muitas discussões sobre o período, o pensamento da "Nação" nada mais era do que o pensamento do Estado.

O segundo movimento é aquele que acabamos de descrever, em que, por meio de um malabarismo interpretativo, este amplo conjunto de agentes, em torno de cujas ações se definia a direção do Estado, delegava poderes de representação aqueles que responderam ao inquérito. Sobre esta operação cabe ainda apontar que, uma vez que um dos espaços de divulgação do questionário foi a própria *Lavoura - remetida gratuitamente a todos os sócios da SNA, no país inteiro* -, seguramente muitos dos que responderam eram sócios ou representantes da entidade. Mais do que indicar uma resposta na direção A ou B - nós mostramos como a própria direção da entidade estava dividida face à imigração japonesa -, este dado revela como a entidade logrou formar uma representação de "pensamento nacional" numa estrutura em que sua própria voz tinha papel privilegiado. Tratava-se de representar seus próprios interesses como interesses nacionais.

O terceiro e último movimento consistiu em delimitar, no interior do conjunto de respostas ao questionário - as quais cabia representar toda a Nação -, um subconjunto que expressaria como que a nata das respostas, a ponto de serem definidas pelo,

secretário-geral da SNA como "pareceres" dignos de publicação integral. Isto significa que, se a totalidade das respostas deveria expressar o "pensamento nacional", legitimando o inquérito ao modo das pesquisas de opinião, este subconjunto deveria concentrar a porção mais técnica e qualificada deste "pensamento nacional". Bem de acordo com a visão de mundo hierarquizada que Foucault nos apresenta como estando na base do inquérito como forma de saber. Vejamos como este recorte aparece no inquérito da SNA.

Conforme já assinalamos mais atrás, o produto do inquérito veio à luz no volume de 1925 na forma de fichas individuais onde se encontravam citados ou parafraseados trechos das respostas de cada inquirido ao questionário. Segundo o secretário-geral da SNA:

"..No intuito de uniformizar para todos, as faces reais do problema e a minudenciar o questionário, de modo que o estudioso encontrasse a verdadeira medida das opiniões acerca dos mesmos pontos, reduzi a 30 itens cada uma das informações obtidas, com o cabeçalho para a individualização do consultado, estabelecendo assim fichas individuais. Nessas fichas, de tal forma organizadas, não houve propriamente resumos, como a simples leitura pode verificar. Houve redução de cada resposta à fórmulas, respeitando-se, porém, as próprias nuances de que se revestiam e pontos de vista de cada qual. Foi, por isso, tarefa árdua e escrupulosa...na ânsia de uniformizar, sem deformar, e de reduzir, sem destruir. Tanto quanto possível, parece que o intuito foi conseguido. A publicação das fichas, salvo alguns pareceres que são notabilíssimos, e merecem publicação integral, substituiria, como material amplamente didático, a divulgação, na íntegra, da maioria das respostas." (Idem: 57 - grifos nossos)

Como nos mostra o trecho acima, se a desconstrução e redução das respostas à fórmulas e citações permitia identificar a "verdadeira medida das opiniões" sobre os temas, cabia a um reduzido conjunto de respostas a oportunidade de escapar deste processo de redução - ainda que parcialmente, uma vez que também eram apresentadas na forma de fichas individuais na seção geral - por meio da sua publicação integral numa seção denominada "subsídios". A justificativa para tal privilégio, frente ao modo pelo qual foram publicadas as demais respostas, foi assim expressa pelo secretário-geral:

"Para melhor elucidar o leitor, resolvemos inserir, na presente publicação, alguns dos pareceres levados à Sociedade Nacional de Agricultura. A divulgação integral de todas as contribuições oferecidas exigiria um espaço demasiado para nós, pois dariam, talvez, matéria para vários volumes como este. Deliberamos, então, fazer uma seleção entre tais subsídios, dando estampa aqueles em que seus autores examinaram a palpitante questão com

maior amplitude ou a encararam sob certos pontos de vista, que exigem explicação especial."(Idem: 307 - grifos nossos)

Tratava-se assim, em princípio, de expor de forma integral algumas das respostas mais brilhantes. Todavia, a análise dos nomes selecionados nos permite trazer à luz alguns outros critérios certamente presentes na definição das trinta e duas respostas que foram publicadas integralmente.

Em primeiro lugar, cabe apontar que estiveram presentes entre os 32, aqueles cinco deputados federais que responderam ao Inquérito, bem como os dois presidentes de província, os quatro secretários estaduais, uma das "autoridades" a quem a entidade enviou diretamente o questionário - e a única que respondeu -, os dois funcionários federais de órgãos de povoamento e colonização, e cinco das sete entidades civis ligadas ao tema, num total de 19 das 32 respostas selecionadas. Vale dizer que, independente da qualidade das respostas - a do presidente de província do Amazonas, por exemplo, é curta e omissa na maioria das perguntas -, aqueles conjunto de agentes que poderia garantir capital político ao inquérito é amplamente recuperado no momento em que os seus organizadores selecionam as respostas que abordam "o palpitante tema com maior amplitude". O que fica claro é que parte da "amplitude" diz respeito, na verdade, ao alcance que as formulações destes agentes poderiam lograr na própria discussão no parlamento.

Em seguida a este subgrupo que pudemos identificar dentro dos "subsídios" encontramos um outro formado por filiados da Sociedade Nacional de Agricultura e membros da sua diretoria. Este subconjunto abarcou 15 das 32 respostas (sendo que cinco dos nomes - quatro deputados federais e um dos funcionários federais - já se encontram no outro subgrupo). Restou ainda um terceiro e reduzido conjunto de três respostas dadas por dois prefeitos e um advogado.

O que esta seleção das respostas nos revela é que a Sociedade Nacional de Agricultura construiu a sua representação de um "pensamento nacional" em movimentos sucessivamente excludentes, primeiro através dos critérios de distribuição, em seguida interpretando as respostas como delegação por parte daqueles que não responderam, e, por fim, recortando uma parcela das respostas, tomadas como a nata do conjunto, e que

foi formada quase que exclusivamente por detentores de capital político e por membros da SNA.

A última questão que esta análise nos coloca diz respeito ao conteúdo destas respostas selecionadas quanto ao tema da imigração japonesa. Isto é, constituída por meio destas operações a representação de um "pensamento nacional" a questão que se nos coloca remete a imagem que esta representação devia lançar sobre a imigração japonesa.

Para responder esta questão cabe observar que a tentativa de impôr uma determinada imagem acerca da imigração japonesa lançou mão no inquérito de três operações diferentes. Uma delas já foi por nós analisada, trata-se da elaboração de perguntas em que a imigração japonesa sai beneficiada. Nestas perguntas buscou-se induzir uma associação entre raça branca e aclimatação que beneficiava outros tipos de imigrantes ao mesmo tempo em que introduzia uma prévia desqualificação das respostas negativas sobre o imigrante japonês.

A segunda operação consistiu em produzir, por meio da interpretação das respostas a imagem de uma "divisão de opiniões" acerca da imigração japonesa no interior do "pensamento nacional" que o inquérito pretendia estar revelando. Esta operação está plenamente expressa na seção intitulada: "Considerações provocadas pelo resultado do inquérito quanto à imigração amarela".

Nesta seção, a mais longa da introdução do inquérito, o secretário-geral da SNA buscou extrair das respostas dadas uma representação favorável ao imigrante japonês. Para tal, fazia-se necessário afastar este imigrante daquelas possibilidades classificatórias mais negativas que, como vimos quando da análise do quadro classificatório, estavam correntemente associadas ao imigrante chinês. Dai a necessidade em afirmar, logo à entrada da seção:

"Da leitura das respostas a propósito da imigração amarela, uma observação, desde logo impõe-se: os participantes do inquérito, ao se referirem à raça amarela, tem em mente, quase sempre, o japonês, o que é natural dada a relevância internacional do Japão..." (Idem: 24)

Tratava-se aí, de afastar o japonês daquela classificação negativa que enfatizava sobretudo a inassimilação e a pouca eugenia e que se reforçava na medida em que seus

adversários conseguiram aproxima-lo do *chin*. E este afastamento era operado por meio do destaque dado ao crescimento do Japão como potência internacional, o que deveria lhe conferir uma positividade máxima no quesito civilização. Porém, para que os defensores da imigração japonesa construíssem esta representação mais positiva era necessário não somente afirmar sua positividade por meio do realce do tema da civilização como também reduzir o alcance político dos ataques à imigração japonesa.

Esta última tarefa foi realizada por meio da contraposição à autoridade advinda do peso político de alguns dos opositores a este tipo de imigração, outras duas autoridades, uma proveniente do capital político e do saber técnico de alguns dos participantes do inquérito, e outra advinda do "pensamento nacional" expresso nas respostas. Vejamos como estes dois argumentos aparecem na análise do secretário-geral da SNA:

"No mero intuito de esclarecer os que tiverem sob os olhos este inquérito, e sem minorar o valor dos que são contrários à imigração amarela, que alcançaram maioria, ainda que pequena, nesta investigação, e, portanto, não precisam de outro realce do que a sua própria vitória, é nosso dever sublinhar que, na relação dos que são favoráveis ao amarelo, ou, talvez, ao japonês, há também nomes de alta responsabilidade, alguns dos quais técnicos..." (Idem: 26)

Como vemos tratava-se aí de pôr a vista os nomes que - sejam carregados de capital político, como é o caso de presidentes de província, deputados e secretários de agricultura, sejam carregados de um capital simbólico relativo a um saber técnico, como é o caso do diretor do Serviço de Povoamento do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio - pudessem emprestar uma autoridade política e simbólica em prol da manutenção da imigração japonesa, então ameaçada pelos projetos apresentados à Câmara.

A outra autoridade invocada, a do "pensamento brasileiro", aparece da seguinte forma na fala do secretário:

Um fato é surpreendente: ninguém contava que, num inquérito no Brasil, as opiniões contra e a favor do amarelo quase se equilibrassem, como neste aconteceu. Com efeito, a seu favor contaram-se 75 votos e em seu desfavor 79, isto é apenas de 4 é a maioria contrária à imigração amarela... Estas nossas asserções buscam apenas desfazer uma noção que andava espalhada, segundo a qual a opinião brasileira fôra adversa à aceitação do imigrante amarelo, versão que avulta ante o prestigioso parecer do eminente Dr. Miguel Couto." (Idem: 25 e 27 - grifos nossos)

Podemos perceber aí como esta autoridade foi posta a serviço do questionamento aos opositores da imigração japonesa por meio de duas operações. Em primeiro lugar construiu-se, como vimos, a própria representação de que o inquérito expressaria uma opinião majoritária no país. Em segundo lugar, a interpretação das respostas foi conduzida a demonstrar que, ao invés de um consenso contra o japonês - que justificaria a amplitude das propostas de restrição à sua entrada no país - haveria na verdade uma divisão de opiniões entre os brasileiros acerca da imigração japonesa, a qual, por sua vez, justificaria experiências com este tipo de imigrante, ainda que restritas a determinadas regiões do país como a norte. E esta última operação baseou-se ela mesma num astucioso artifício, que consistiu em tomar como favoráveis à imigração japonesa todo aquele que "...admitia a imigração fosse qual fosse a razão, e desfavorável o que não admitia.."(Idem: 28). Isto, independentemente da natureza e do alcance das restrições que fizesse.

Este critério permitiu aos organizadores do inquérito tomarem como favoráveis à imigração japonesa até mesmo o autor do projeto que restringia este tipo de imigração, Fidélis Reis. Por esse raciocínio, produzia-se tanto a imagem de uma suposta "divisão de opiniões" em meio a um conjunto de opiniões muito mais matizado e potencialmente contrário à imigração japonesa, quanto se produzia uma situação em que todos aqueles que formularam propostas de restrição que inviabilizavam a imigração japonesa para país de um modo geral e para o Norte em particular, principalmente a do substitutivo apresentado por João de Faria e apoiado pelo próprio Fidélis Reis, ao responderem o inquérito acabavam por carrear peso político e simbólico à construção de uma representação mais positiva do imigrante japonês, representação esta que tinha por objetivo básico barrar tais propostas de restrição.

E, por fim, aquele subconjunto de pareceres que a entidade recortou dentre as respostas ao inquérito - recorte este que, como vimos mais acima, foi construído de modo a representar aquele subconjunto como expressão mais qualificada da totalidade de respostas que expressavam o "pensamento nacional" - cristalizou não este suposto equilíbrio entre opiniões contrárias e favoráveis à imigração japonesa, mas antes uma maioria (seguindo os critérios da SNA, 24 favoráveis, 7 contrários e uma abstenção) pró-japonesa, indicando aí que não só a opinião "nacional" estava longe de um consenso

anti-nipônico, como a sua porção mais "qualificada" a lidar com o tema se mostrava amplamente favorável a este tipo de imigrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos parece estranho que, após todos os esforços de conclusão e arremate de idéias feitos ao longo do texto, esta dissertação tivesse um momento final em que, as nuances e contradições, presentes no material e, por que não, na própria análise, apresentadas em cada um dos quatro capítulos se fechassem de maneira plena e perfeita numa espécie de palavra final. Duvidando deste tipo de procedimento, tentaremos, aqui, menos concluir do que apontar três entre as direções que atravessam o texto, as quais nos parecem particularmente interessantes para um desenvolvimento futuro. A primeira delas diz respeito à circularidade que registramos entre a ação política diante da imigração e um universo cultural em cujo centro se encontrava a *classificação racial* como instrumento de repartição simbólica dos homens. A segunda, refere-se à presença da *hierarquia* e da *mistura* como princípios estruturantes das representações acerca da produção do *povo brasileiro*. A terceira e última direção que gostaríamos de apontar, diz respeito ao modo pelo qual esse esforço por constituir um *povo* esteve intrinsecamente ligado à produção de um *território brasileiro*. Tomemos cada uma destas direções mais detidamente.

1.

"On sait en effect que l'ordre social doit pour une part sa permanence au fait qu'il impose des schèmes de classement qui, étant ajustés aux classements objectifs, produisent une forme de reconnaissance de cet ordre, celle qu'implique la méconnaissance de l'arbitraire de ses fondements: la correspondance entre les divisions objectives et les schèmes classificatoires, entre les structures objectives et les structures mentales est au principe d'une sorte d'adhésion originaire à l'ordre établi." (Bourdieu, 1982:149-61)

Sem dúvida, a repartição simbólica dos homens nos termos de um esquema de classificação racial, tal como aquele preconizado pelas teorias do chamado *racismo científico*, adequou-se perfeitamente à repartição objetiva de brancos e não-brancos na hierarquia social sobre a qual foi construída a república brasileira.

E essa adequação entre um modo de classificar os homens que toma por referência suas diferenças físicas, e uma hierarquia social construída sob a forma de uma hierarquia entre populações foi, seguramente, o elemento responsável pela abrangência do esquema classificatório de base racial nos projetos das elites agrárias acerca do mundo do trabalho, em geral, e da imigração, em particular.

A citação de Bourdieu aponta para o fato de que toda a ação política se move tendo como eixo a homologia entre a repartição simbólica dos homens - os esquemas de classificação por meio dos quais define-se o que os reúne e aquilo que os diferencia - e a repartição objetiva dos homens em classes e grupos.

Essa confluência implica a naturalização das hierarquias sociais na forma de uma *doxa*, ou seja, de uma ausência de tematização dos fundamentos arbitrários de toda a ordem social. Dessa maneira, quando Foucault afirma ser necessário inverter a máxima de Clausewitz e reconhecer que a política é a guerra feita por outros meios, o que ele procura ressaltar são as relações de força que constituem toda e qualquer ordem social. Relações as quais, os esquemas de classificação concorrem para encobrir por meio da transformação, em atributos da natureza humana, das escolhas e imposições por sobre as quais estrutura-se essa ordem.

Daí que toda a ação política gire em torno deste eixo, seja, num polo, para reforçar ou recriar a solidariedade entre classificações mentais e classificações objetivas, seja, noutro polo, para transformar essa classificação objetiva, por meio do questionamento da *doxa*, visando a quebra da naturalização com que as classificações mentais recobrem a experiência cotidiana das classificações objetivas.

Essas observações iluminam alguns dos principais aspectos deste evento que foi o inquérito da SNA, bem como da análise que dele fizemos. Tomemos dois deles em consideração mais detida.

Em primeiro lugar, como bem apontou Da Matta, as teorias raciais, que tanto sucesso fizeram entre os intelectuais republicanos, restaram como último aparato ideológico a justificar a manutenção de negros e mestiços, que compunham a grande maioria da população brasileira, numa condição social inferior após o fim da escravidão. E a análise do inquérito nos permite aprofundar essa observação, ao mostrar que a hierarquia pressuposta nas teorias raciais, mais do que simplesmente justificar a

hierarquia entre populações que a República herdou do Império, teve o papel de reforçar e reproduzir em outras bases essa hierarquia, tendo tematizado a imigração como instrumento fundamental a esse reforço.

A relação entre as classificações mentais e o reforço de um determinado tipo de classificação objetiva, revelou-se, também, naquelas propostas acerca do imigrante que visavam, seja a sua seleção, de modo a obstar o reforço numérico das raças iguais ou próximas ao negro brasileiro, seja a condução e o controle das populações imigradas, através dos quais visava-se garantir a realização de uma *mistura* entre *nacional* e *imigrante*, que era condição, a um só tempo, de quebra da unidade física e cultural do imigrante, e de civilização do nacional em termos que reafirmavam a hierarquia entre populações.

Em segundo lugar, esse esquema de classificação consistiu num conjunto finito de classificações que funcionou, de um lado, como elemento estruturante das tomadas de posição acerca das possibilidades de imigração - estando na origem tanto das propostas acerca da seleção e do controle de fluxos imigratórios quanto do interesse, por parte dos representantes de elites agrárias periféricas, no japonês como imigrante ideal para o Norte e Nordeste -; e de outro, como arena de disputa em torno do modo pelo qual essas possibilidades de classificação deveriam recobrir os grupos concretos de imigrantes - o que definiu a maneira como foi conduzida a luta em torno da imigração japonesa, uma vez que seus protagonistas debateram menos o próprio esquema de classificação racial do que a posição ocupada pelo imigrante japonês como objeto classificado neste esquema.

Essas observações apontam para uma circularidade entre aquele esquema classificatório e a luta pela definição de políticas públicas de imigração. Isso na medida em que a vigência deste esquema, revelada a partir dos questionários respondidos, foi ela mesma responsável pela existência do inquérito como instrumento de intervenção simbólica no debate sobre a imigração japonesa. Isso significa que, tanto na sua origem quanto nas modalidades de disputa que o constituíram, esse debate foi atravessado por aquele esquema classificatório.

Esse fato fica particularmente claro naquilo que configurou o ponto central do debate: o confronto entre o conjunto de argumentos mobilizados para a rejeição deste

tipo de imigrante, que tinham como eixo uma suposta contribuição negativa deste imigrante à *mistura* de onde deveria emergir o *tipo racial brasileiro*, de um lado; e de outro, as representações acerca do japonês que conformaram o interesse das elites periféricas por esse tipo de imigrante, na medida em que o tomavam como espécime de raça inferior - por isso supostamente mais disposta a se submeter às condições climáticas e de trabalho mais duras -, porém, civilizada - o que lhe conferia a possibilidade de exercer um papel educativo diante do trabalhador nacional.

Essa circularidade permite-nos, ainda, explicar a razão por que optamos em expor, somente no último capítulo, uma análise mais detida dos interesses organizados em torno da SNA e do modo como a direção da entidade visou estruturar o inquérito como forma de intervenção no debate acerca da imigração japonesa. Essa opção deveu-se, fundamentalmente, ao esforço em - por meio de uma determinada ordem de exposição em que primeiro identificamos o modo como se articularam as representações raciais sobre o imigrante na forma de um *mapa cognitivo*, para depois tomarmos em consideração um conjunto de ações políticas organizadas em torno deste *mapa* - explicitar a preexistência do esquema classificatório de base racial frente às ações que constituíram o inquérito. Isso significa, apontar o fato de que a classificação mental envolvida neste esquema, definiu tanto os objetos legítimos de disputa política - no caso, todo o esforço da SNA em manter aberta a possibilidade da imigração japonesa ao país -, quanto as formas válidas desta disputa - qual seja, o esforço por modificar algumas das representações sobre o imigrante japonês, de modo a definir para ele uma posição mais favorável naquele esquema de classificação.

2.

"A lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado... Neste sistema não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante. O maior crime entre nós, ou melhor: no seio de um sistema hierarquizado, não está em ter alguma característica que permita diferenciar e assim inferiorizar, mas não ter relações sociais. Uma vez que tais relações são estabelecidas, todos ficam dentro de um sistema totalizante e é sempre por meio dele que as

diferenças entre os grupos são resolvidas. "(Da Matta, 1981 - grifos do autor)

Como podemos perceber pela citação acima, um segundo aspecto que atravessou em grande medida essa pesquisa foi o modo pelo qual a **mistura** e a **hierarquia** funcionaram como princípios estruturantes daquele esquema classificatório e da grande maioria das formulações acerca do imigrante e de seu papel no país.

Componentes necessários de um sistema *relacional*, esses dois princípios foram apontados, na análise de Da Matta, como elementos fundamentais à definição do que o autor chamou o "*racismo à brasileira*". Esses princípios conferem uma especificidade ao modo pelo qual as formulações raciais foram estruturadas no Brasil, que pode ser resumida na fórmula: "desiguais e misturados". Essa fórmula indica que o contato entre os indivíduos de raças diferentes não só é possível como deve mesmo ser estimulado, visto que é esse contato e essa mistura que permitem o englobamento, numa totalidade altamente hierarquizada, de sujeitos que são concebidos como desiguais.

Esse padrão de relações raciais contrasta nitidamente com o racismo vivido em sociedades marcadas por um credo igualitário. Nesse caso, o confronto entre a idéia de igualdade entre indivíduos e o pressuposto da diferença entre as raças, resulta numa outra fórmula que privilegia a exclusividade do contato e da mistura somente entre "iguais". De modo que, numa ideologia igualitária, o racismo acaba por assumir a forma da segregação racial.

Neste contraste, o autor põe a vista a questão da **mistura** como tema central da diferença entre as duas formas de racismo. Ao passo que "*..o credo racista norte-americano situa as raças como sendo realidades individuais, isoladas e que correm de modo paralelo, jamais devendo se encontrar, no Brasil elas estão frente a frente, de modo complementar, como os pontos de um triângulo*".(Da Matta, 1981:80)

Nestas palavras o autor aponta a presença, na cultura brasileira, de uma ênfase à mistura e à relação entre as partes do todo, na exata medida da desigualdade e da hierarquia entre essas. A **mistura/relação** seria, assim, o contraponto necessário da hierarquia enquanto princípio de organização da sociedade brasileira. Daí que o pressuposto da desigualdade racial, solidamente enraizado na cultura brasileira como um de seus eixos básicos de hierarquização, tenha como contraponto necessário o estímulo,

e mesmo a exigência, do contato e da mistura entre as raças. O que fica particularmente claro no predomínio de uma ideologia que define essa mistura racial como o ponto mítico de origem e unidade da nação e, portanto, do Brasil como totalidade.

A partir desta análise, podemos identificar no esquema classificatório que explicitamos no segundo capítulo, a clara vigência da *hierarquia* e da *mistura* como princípios estruturais na produção das representações sobre a imigração, notadamente em sua relação com a constituição de um *povo brasileiro*. Esses dois princípios estruturaram aquele esquema de classificações ao conformar não somente as interpretações da realidade brasileira e do papel do imigrante nesta, mas também as propostas de construção desta realidade, por meio do controle sobre a imigração. Essa estruturação assumiu as seguintes três formas:

Em primeiro lugar, o quadro de classificações extrai toda o seu significado do fato da imigração ter sido predominantemente interpretada, a partir do fim da escravidão, como instrumento de *mistura* entre populações de modo a produzir um "tipo brasileiro" homogêneo, civilizado e racialmente mais puro.

Efetivamente, o que revelam tanto os questionários por nós analisado quanto a literatura acerca da imigração de massa ao Brasil é que, após a década de 80 do século passado, a imigração foi representada menos no sentido do simples aumento da população branca - isso é, a inversão da pirâmide demográfica predominantemente negra - do que segundo uma expectativa de assimilação e miscigenação dos imigrantes.

Nestes termos, a *mistura* foi pensada como um fim e um meio no que diz respeito à imigração. Isso porque, cabia, através dela, impedir a manutenção de uma unidade física e cultural por parte das populações imigradas. Ao mesmo tempo em que, quaisquer esforços no sentido desta manutenção eram concebidos como uma rejeição ao próprio eixo sobre o qual sustentava-se a origem mítica da unidade nacional: **a mistura das raças.**

Em segundo lugar, os vários componentes possíveis dessa mistura nunca foram tomados como equivalentes entre si. Ao contrário, foram classificados nos termos de uma nítida hierarquia racial, de modo que a *mistura* não é expressão de uma suposta "ausência de preconceitos raciais". Ao contrário, a classificação das populações, possível ou realmente imigradas, obedeceu a critérios que definiam desde a plena positividade de

determinados povos até extrema negatividade de outros. Essa classificação não recomendava quaisquer misturas indistintamente, mas tão somente aquelas que poderiam representar o "apuro racial" e a civilização do trabalhador nativo. E mesmo entre as populações selecionadas positivamente, postulava-se uma hierarquia a recomendar diferentes combinações segundo o povo imigrado e a região onde seriam instalados. Temos assim, a evidente presença de um princípio hierárquico, por meio do qual qualificava-se a mistura, definido racialmente os seus componentes desejados e indesejados, e propondo diferentes combinações a que esses componentes deveriam ser submetidos.

Em terceiro lugar, essa hierarquização mental, a que cabia definir a seleção dos imigrantes e o tratamento que lhes cabia por parte do Estado Brasileiro, tinha também um papel de reforço e reprodução da **hierarquia entre populações** presente na sociedade brasileira. E os mecanismos de seleção e controle das populações imigradas contribuíam de duas maneiras básicas à reprodução desta hierarquia objetiva.

De um lado, procurava-se a maximização numérica dos indivíduos de raça branca e a redução do número de não brancos no cômputo geral da população. Esses movimentos complementares estavam diretamente ligados à redução do risco a que estava submetido o Estado brasileiro, diante da possibilidade de uma violência racial que partisse dos não-brancos. Daí que os mecanismos de seleção tenham incidido não somente sobre a cor da pele, mas também sobre a disponibilidade das populações imigradas em aceitarem os papéis a elas impostos e em respeitarem a "ordem constituída". Tratava-se, assim, de escolher os mais assimiláveis entre os brancos e os mais "dóceis" entre as "raças inferiores". Tratava-se, ainda, de esconjurar o risco máximo de não- brancos - sobretudo negros - indóceis, inassimiláveis e questionadores da hierarquia racial, tal como eram representados os negros americanos.

Por outro lado, o privilégio concedido à imigração branca e civilizada devia garantir, por meio da dissolução física e simbólica deste imigrante entre aqueles que compunham o mundo do trabalho, a civilização e a regeneração do nacional. E a esse último, caberia reconhecer o sangue e a civilização que o imigrante branco carregava como o instrumento fundamental de sua evolução enquanto tipo humano. Essa perspectiva garantia a reatualização, no próprio espaço da lavoura, de uma unidade

simbólica entre proximidade física e cultural ao imigrante triplamente positivo e as representações de civilização e progresso do país. Com a direção que esses imigrantes deviam fornecer ao nacional, por meio de uma *pedagogia do exemplo*, como que duplicando, e legitimando, a direção dos grandes proprietários - expressão maior da "nação de sangue branco", nas palavras de José Bonifácio - por sobre todo o mundo do trabalho.

3.

"Territórios definidos às custas de um processo de alienação das dinâmicas internas às comunidades nativas, [as reservas indígenas - JSR] compõem parte de um sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência nacional." (Lima, 1992:40)

A citação acima condensa algumas das idéias presentes na análise de Lima acerca dos padrões de ação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, agência do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio. Em seu estudo, o autor identifica nas políticas adotadas por essa agência, estratégias cujo o objetivo foi implementar um determinado padrão de ocupação de faixas do território abarcado pelo Estado Brasileiro, que eram, naquele momento, habitadas por populações indígenas. O padrão de ocupação que essas estratégias visavam implementar caracterizou-se pela abertura de terras ao mercado; pelo controle militarizado das fronteiras internacionais; e pelo domínio da agricultura mercantil.

A principal entre as estratégias de que a agência lançou mão, foi a **transformação dos comportamentos das populações indígenas**, por meio de uma **ação sobre suas ações** e não pela pura violência. Essa estratégia foi posta em ação por homens como Rondon nos moldes de uma espécie de **conquista pacífica** onde, por meio de ações de atração e representação da existência e do poderio do Estado brasileiro, buscou-se a vinculação destas populações ao Estado nacional na forma de **povos tutelados**. Buscava-se, ainda, que essas populações incorporassem comportamentos que garantiriam sua assimilação e civilização de modo a que, de índios transformassem-se em **trabalhadores nacionais**.

Essa análise, acerca das políticas adotadas pelo Estado brasileiro para com as populações indígenas, apontou-nos alguns caminhos de leitura das propostas acerca de

políticas públicas de imigração, formuladas em resposta ao inquérito da SNA. Isso, na medida em que o conteúdo de muitos dos questionários revela o temor de que a manutenção de determinados comportamentos, por parte das populações imigradas ao país, pudesse resultar em prejuízos ao controle do Estado nacional sobre porções do território brasileiro.

De modo que, de maneira análoga, tais propostas prescreviam políticas cujo o eixo era a transformação dos comportamentos de imigrantes, de modo à **nacionaliza-los** e, por meio desta nacionalização, instituir aquele padrão mercantil de ocupação do território que descrevemos mais acima, sem pôr em risco a lealdade desta populações ao Estado brasileiro e o controle deste sobre o território que essas populações viriam a ocupar.

O temor de que a preservação de determinados comportamentos revelava-se, contudo, mais intenso na medida em que as representações acerca dos imigrantes prescreviam para esses o papel de ocupar regiões "despovoadas" - isso é, porções de terra nem abertas à mercantilização, nem ocupadas por populações inteiramente subordinadas ao Estado brasileiro. Neste último caso, temia-se que a ausência de um rígido controle sobre a ocupação, por parte do imigrante, de tais regiões, pudesse propiciar situações em que a manutenção de uma unidade física e cultural do imigrante desse origem a uma **unidade política**.

O imigrante era, assim, representado em termos ambíguos. De um lado, cabia à civilização que ele carregava em seus comportamentos - e que dizia respeito à hábitos de trabalho e de poupança, à técnicas de cultivo e criação de animais, e à apropriação do território nos moldes da pequena propriedade capitalista - a função de abrir territórios ao mercado, seja por meio de seu próprio trabalho, seja por meio de uma ação pedagógica a ser exercida sobre a população nativa.

Por outro lado, temia-se a manutenção, por parte do imigrante, de práticas culturais - tais como o uso de línguas não-brasileiras e a preferência por casamentos entre pessoas de mesma nacionalidade - que expressassem, seja uma lealdade ao país de origem seja uma recusa à incorporação das representações e símbolos por meio dos quais a **nação brasileira era construída na forma de uma comunidade imaginada**. Aquela manutenção implicava preservar uma unidade física e cultural que era concebida,

à época, como a base por sobre a qual erguiam-se **unidades políticas** na forma de **Estados nacionais**.

Essa ambigüidade resultou na definição de estratégias que tinham como objetivo garantir uma **assimilação** do imigrante. Tratava-se de obter uma **mistura** que lhes desfizesse a unidade cultural propiciando, a um só tempo, a redução dos riscos que essa unidade representava à integridade do território brasileiro, e a realização daquele papel pedagógico que se imputava ao imigrante, por meio da maximização do contato entre esses e o nacional em estruturas tais como as chamadas "colônias mistas".

Foram esses os objetivos que conformaram as estratégias de atração e controle dos fluxos imigratórios, presentes nas respostas ao inquérito que descrevemos no terceiro capítulo deste texto. Tais respostas propunham formas de ação do Estado brasileiro, frente às populações imigradas ou por imigrar, cujo o objetivo era alcançar uma transformação do imigrante em **nacional** e, por conseguinte, a definição do território ocupado por esses como território, a um só tempo, mercantil e nacional. Isso, tanto por meio tanto da dispersão e sedentarização do imigrante ao longo do território nacional, quanto pela transformação de suas práticas culturais através do ensino de conteúdos e da encenação de rituais, tais como o canto do hino brasileiro e o hasteamento da bandeira nas escolas localizadas em colônias de imigrantes. Práticas que simbolizavam a existência da **Nação brasileira como comunidade imaginada**, **ao mesmo tempo em que visavam garantir a lealdade das populações imigradas ao estado brasileiro**.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDERSON, Benedict

1989 *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, ed, Ática.

ARENDDT, Hanna.

1992 *As origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

AZEVEDO, Celia M.

1987 *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BOMENY, G. et alli.

1990 *O Tempo de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BONIFÁCIO, José

1963 "Representação a Assembléia Constituinte sobre a abolição da escravatura" e "Representação a Assembléia Constituinte sobre a civilização dos índios bravos" in FALCÃO, Edgard (org.): **Obras científicas, políticas e sociais**. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.

BOXER, C.R.

1977 *O Império Colonial Português*. Lisboa. Ed.70.

BRASIL. Câmara dos Deputados

1923 *Anais da Câmara*. Vol. 14. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1927 *Censo demográfico de 1920*, vol.IV. Rio de Janeiro, Typografia da estatística.

BOURDIEU, Pierre

1980 "A opinião pública não existe" in THIOLENT, Michel (org). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, Ed. Pólis.

1982 *"Decrire et prescrire"*

1987 *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva.

CARNEIRO, Maria L. Tucci

1983 *Preconceito racial. Portugal e Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Brasiliense.

CARVALHO, José Murilo

1980 *A construção da ordem*. Brasília, Ed. UNB.

CHALOUB, Sidnei

1988 "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro" in **Revista brasileira de história**, vol. 8 (16). São Paulo, Ed. Marco Zero.

- CHAMPANGNE, Patrick
1990 *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris. Les edition de minuit
- CORREA, Mariza
1982 *As ilusões da liberdade*. Tese de Doutorado. São Paulo, xerox.
- ELIAS, Norbert
1972 "Process of state formation and nation building" in **Transactions of seventh world congress of sociology**, vol. 3. Varna.
- FOUCAULT, Michel
1974 *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Cadernos da PUC.
1986a "A governamentalidade" in *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
1986b "Poder-corpo" in *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GOULD, S.J.
1981 *The mismeasure of man*. New York, W.W. Norton.
- HALL, Michel
1969 *Origins of mass imigration in Brasil, 1871-1914*. Michigan, Columbia University.
- HOBBSAWM, Eric.
1988 *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOBSON, J.
1954 *The imperialism*. London, George Allen e Unwin ltd.
- LEITE, Dante Moreira
1967 *O caráter nacional brasileiro*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- LEVI-STRAUSS, Claude.
1975 "Análise estrutural em linguística e em Antropologia" in **Antropologia estrutural**. Rio, Tempo Brasileiro.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza
1993 *Um grande cerco de paz*. Tese de Doutorado ao PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro, Xerox.
1985 *Aos fetichistas: ordem e progresso*. Dissertação de mestrado ao PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro, Xerox.
- MATTA, Roberto da
1984 "A fábula das três raças" in *Relativizando*. Petrópolis, Vozes.
- MATTOS, Ilmar
1985 *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec.

- MAUSS, Marcel
1970 *"La Nacion"* in **Obras**, Vol.III. Barcelona, Barrad.
- MENDONÇA, Sonia
1990 **O Ruralismo**. Tese de Doutorado à USP. São Paulo, Mimeo.
1992 *"Fontes para o estudo da história economica do estado do Rio de Janeiro"* in **Cadernos do ICHF**. Niterói, UFF/ICHF.
- MONTAGU, M F Ashley
1945 **Man's most dangerous myth: the falacy of race**. New York, Columbia University Press.
- NABUCO, Joaquim
1977 **O Abolicionismo**. Petrópolis, Vozes.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha
1973 **"A imigração japonesa para a lavoura cafeeira" (1908-1922)**. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros.
- ORTIZ, Renato
1985 **Cultura e identidade nacional brasileira**. Rio, Brasiliense.
- PERDIGÃO MALHEIRO, A.M.
1976 **A escravidão no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- REVOREDO, Julio de
1934 **Imigração**. São Paulo, Editorial Paulista.
- RODRIGUES, Nina.
1932 **Os africanos no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ROMERO, Sílvio
1906 **O alemanismo no sul do Brasil** in **Realidades e Ilusões no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
1902 *O elemento português no Brasil* in **Realidades e Ilusões no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- SAITO, Hiroshi
1961 **O japonês no Brasil**. São Paulo, Ed. Sociologia e Política.
- SCHARCZ, Lilia M.
1987 **Retrato em branco e negro**. Rio de Janeiro, Companhia das letras.
1993 **O espetáculo das raças**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda
1982 **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis, FCC edições.

1985 "A antropologia e a teoria do branqueamento de raça no Brasil" in **Revista do Museu paulista** (5) vol.XXX, São Paulo.

1990 *"Os paradoxos da miscigenação"*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, apost.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA).

1907 *Inquérito sobre o gado zebú*. Rio de Janeiro, Companhia Gráfica do Brasil.

1926 *Inquérito sobre imigração*. Rio de Janeiro, ed. Irmãos Versini.

SKIDMORE, Thomas

1976 *O Preto no Branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

VAINFAS, Ronaldo.

1986 *Ideologia e Escravidão*. Petrópolis, Vozes.

VELHO, Otávio

1980 *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel.

VENTURA, Roberto

1991 *O estilo tropical*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

WILLIAMS, Brackette F.

1989 "A class act: Anthropology and race to nation across ethnic terrain". **Annual Review Of Anthropology** (7)

PERIÓDICOS

A Lavoura. 1910-1930